

As melhores
páginas de

Getúlio **V**argas

Leituras Cívicas



Pro 981.061 is, econômi-
cos V297 ducacionais,
ev M521 óricas, etc.,
co 1940 marizados e
onados por

José Pereira da Silva



Digitized by the Internet Archive
in 2017 with funding from
Duke University Libraries

<https://archive.org/details/asmelhorespginas01varg>

As Melhores Páginas de Getúlio Vargas

TRABALHOS DO MESMO AUTOR:

GETÚLIO VARGAS — estudo biográfico — 1933.

CRIME E PSICO-ANÁLISE — 1933.

OS MELHORES DISCURSOS DE GETÚLIO VARGAS — 1934.

NOVOS RUMOS DA CRIMINOLOGIA — 1.^a ed. 1934, 2.^a ed. 1939.

REGIMEN LEGAL DAS SOCIEDADES DE SEGUROS — 1937.

AS MELHORES PÁGINAS
DE
GETÚLIO VARGAS

LEITURAS CÍVICAS

PROBLEMAS SOCIAIS, MILITARES, ECONÔMICOS,
EDUCACIONAIS, EVOCAÇÕES HISTÓRICAS, ETC.,
COORDENADOS, SUMARIZADOS E QUESTIONADOS

POR

José Pereira da Silva



A . MARÇAL
e d i t o u

Rua do Ouvidor, 71 — Sala 8 — 1.º
RIO

Nº 2702

... **T**ODO o nosso esforço tem de ser dirigido no sentido de educar a mocidade, de prepará-la para o futuro: desde a que vive nas praias defrontando o mar, que é um educador de energias, àquela que vive no interior lavrando a terra creadora de riquezas, àquela que vive pastoreando o gado e que é descendente dos antigos centauros do Rio Grande; à mocidade das fábricas, das indústrias e do comércio; enfim, a todos aqueles que na juventude vêm com os olhos abertos pelo deslumbramento da vida que recém-desponta, a essa mocidade que sacode os braços para o alto como se pretendesse abraçar o Sol. É nela que deposito a minha confiança; é para ela que eu apelo, porque é uma força capaz de consolidar o Estado Novo.

Getúlio Vargas.

INTRODUÇÃO

Se ao Estado compete legislar sôbre o ensino, se à Nação pelos órgãos que a dirigem cabe o contróle das atividades educativas, ao Govêrno consequentemente é atribuído o encargo de zelar pela plasmagem da mentalidade de quantos passam pelos bancos das escolas afim de torná-los pela consciência da cidadania fôrças êneas, diligentes, construtoras dêsse complexo maravilhoso que é o Brasil.

Nossa literatura didática no que concerne a assuntos que tais não é das mais abundantes. A que existe, diga-se a verdade, embora brilhante, não se recomenda pelo realismo. É ditirâmica, lírica, louva-minheira e, por isso, falsa. Vivemos no instante que corre uma nova vida ou, melhor será dizer, um novo sentido de vida empolga a coletividade brasileira, tornando-se preciso coordenar tendências e vontades, dirigindo-as devidamente, dando-lhes o norte desejável, aquela diretiva sonhada pelos bons patriotas, os que anseiam a edificação de uma cultura derivante do nosso ambiente telúrico e psíquico, mas não exclusiva, por fôrça das raízes da civilização pátria e do caráter universalista dos conhecimentos humanos, embora nos reservemos o direito de a êstes aceitar, ou não, na con-

formidade dos cânones que já vamos estabelecendo na defesa do que nos é patrimonial.

*

* *

Este livro, “As melhores páginas de Getúlio Vargas”, atende a desejo nosso, supre-nos não a incapacidade de conceber e executar um compêndio de leituras cívicas destinado aos colégios do Brasil, mas poderosamente impôs-se-nos à razão porque, na realidade, quem se acha nas condições de substituir a Getúlio Vargas na doutrinação dos múltiplos assuntos que se relacionam com os hercúleos esforços do seu idealismo serenamente dirigido e diurna e diuturnamente a repontar em sugestões que surpreendem, em realizações que conquistam a confiança plena da nacionalidade?

*

* *

Se êsse homem singular soergueu dos escombros uma Nação, fê-lo com os próprios elementos materiais e humanos a ela mesma pertinentes, o que demonstra a habilidade do artifice estupendo, o trabalho tenaz de quem, sendo aparentemente frio de temperamento, sabe todavia comunicar entusiasmos fortes e perduráveis, impressivos, tanta vez carregados de emotividade que toca as almas mais crestadas pela indiferença. Dessa fórmula, o que surte do cérebro dêsse grande

representativo da galeria dos maiores vultos patrícios de todos os tempos percorre a gama inteira do pensamento num colorido variegado e contudo nítido, que reputamos impar na impessoalidade dos têmeas, afirmadores afinal da robustez de uma personalidade.

*

* *

Como velho amigo, admirador decidido de Getúlio Vargas, não se nos inquene de interesseiro nos elogios à sua personagem. No regime decaído menores lhes eram as atribuições e da pena modesta do autor resultou um ensaio biográfico, logo esgotado (1933) e, no ano subsequente, “Os melhores discursos de Getúlio Vargas”, espécie de embrião da série vultosa editada há um ano por José Olímpio.

E por que não, de manancial assim vastíssimo, deixar-se com o relêvo devido e divulgação acessível à mocidade “As melhores páginas de Getúlio Vargas”?

*

* *

Processamos ao selecionamento dos excertos que vamos entesourar, excluindo-nos de qualquer propósito alheio ao finalismo da antologia imaginada e concretizada neste volume. E significando antologia *colheita de flores*, aqui enfeixamos as mealthas estilísticas

de Getúlio Vargas, numa floração de idéias magistrais urdidas com o pensamento e o coração do patriota.

*

* *

Sumarizações a explicar e questionários encerram “As melhores páginas de Getúlio Vargas”. Submetendo-as ao professorado do país, aguardamos favorável acolhida ao livro.

Rio, Janeiro de 1940.

JOSÉ PEREIRA DA SILVA.

AO PROFESSOR

Este volume é uma obra educativa, dependendo-lhe o êxito principalmente do professor, daquele que pode falar como mestre.

Na esfera das idéias de Getúlio Vargas encontramos margem segura, sólido terreno para a instituição de um curso de civismo.

Que é, entretanto, civismo?

— Devoção ao interêsse público, sentimento gerador de patriotismo, formador do bom cidadão.

O Chefe da Nação incarna, pelo seu apostolado, o mais completo dos magistrados dirigentes que nunca tivemos, revestindo-lhe a personagem os atributos com que acima definimos civismo. Intelectual equilibrado, pragmatista a seu jeito, emotivo sem transportes delirantes, desde que iniciou suas prêgações uma linha soberba de coerência se traçou, e a vem seguindo, tecendo de contínuo páginas eivadas de brasilidade estreme, que o colocaram no ápice do magistério nacional pelo molde dos ensinamentos que há ministrado.

Acompanhá-lo no caminho áspero, mas iluminado pela predestinação, é dever dos que mestream e, daí, as sumarizações formuladas que acompanham os excertos oferecidos à

leitura, os quais, explanados à base dos conhecimentos hauridos explícita e implicitamente neles, corporificar-se-ão em assinalado serviço à mocidade do Brasil. Tais roteiros (as sumarizações), convenientemente desenvolvidos pelo mestre (as explicações), comportam lições múltiplas sôbre cousas brasileiras, suscitando na juventude — apelada tantas vezes pelo senhor Getúlio Vargas — entusiasmo raciocinado, e mesmo um místico fervor pela Grande Pátria.

Conforme a maior ou menor extensão dos capítulos (consideremos assim cada fragmento transcrito e as sumarizações e questionários seguintes), o professor tratará da matéria numa ou em mais aulas, observando entrementes — e a rigor — o pensamento, e os princípios advogados por Getúlio Vargas.

Após a explicação, dentro de idêntico critério, aos alunos se proporá um questionário obediente à fórmula que proporcionamos, que não encerra *testes* e sim perguntas que demandam respostas meditadas, facultando-se aos discípulos redigí-las ulteriormente, no sossêgo das suas mesas de estudo, relendo os excertos, remontando-se às palavras do mestre, e recorrendo até às publicações e aos livros que fôr mistér compulsar.

Julgamos que, de tal maneira, melhor aproveitarão os discentes, cabendo ao orientador da classe, de período a período, e a seu juízo, exigir uma prova de sintéticas teses, mediante sorteio de vários dos pontos dados, rateando-os por grupos de estudantes.

Não sabemos se isso constitue inovação, o que, aliás, pouco

nos importa. O certo, porém, está nos elevados desígnios que nutrimos.

Dito isto, encerramos a breve mensagem que nos cumpria endereçar aos abnegados educadores patricios.

J. P. S.

P Á T R I A

Excertos dos discursos pronunciados
no Rio de Janeiro, nos dias 7 de se-
tembro de 1938 e 7 de setembro de
1934, na ordem dos trechos transcritos.

PÁTRIA não é apenas a extensão territorial, do-
tada de grandes recursos naturais e admi-
rada pela imponência dos seus panoramas: é,
acima de tudo, a comunidade de laços afetivos
e interêsses econômicos, e só existe, em verdade,
quando se impõe à inteligência e ao coração do
povo como a mais alta representação das suas
virtudes e energias creadoras.

DEBRUÇAI-VOS sôbre o mapa da nossa Pátria!
Observai o imenso domínio de que se apo-
deraram os nossos maiores, desprezando vicissi-
tudes, retemperando o caráter, a cada hora, nas
lides contra os acidentes naturais, recuando as
raias da superfície geográfica até aos pendores da
cordilheira dos Andes, galgando montanhas, trans-
pondo caudais, varando saltos e cachoeiras, rom-

pendo estradas em regiões inhóspitas, drenando pântanos e alagadiços e assentando os alicerces de uma Nação de cerca de nove milhões de quilômetros quadrados!

Essa epopéia, entretanto, é sobrepujada por outra ainda mais impressionante e que deve encher de justo orgulho a todos vós. A manutenção da unidade brasileira constitue fenômeno sem paralelo na história dos povos modernos. O centrifugismo foi a lei que imperou em nosso Continente. Enquanto, ao longo das nossas lindes, os vice-reinados espanhóis se desagregavam, decompondo-se em dezenas de Estados; enquanto, na Europa e na Ásia, poderosos impérios se desarticulavam, mantínhamos com inquebrantável fidelidade o ritmo da nossa união sagrada. Nada nos separou, nada teve o dom de afrouxar os elos que nos soldam numa cadeia indivisível. A unidade brasileira é um dogma inviolável e um exemplo que nos servirá sempre de bússola no rumo do porvir.

Tende fé no Brasil! Afastai do vosso espírito quaisquer prejuízos de casta, quaisquer temores de ameaças perturbadoras do desenvolvimento nacional. Em pouco mais de um século de independência, estão aí, para confirmar a nossa capacidade creadora, dezenas de cidades, algumas das quais já se inscrevem entre as mais importantes do mundo, centenas de fábricas de todos os artefatos, formidáveis florestas plantadas pelo

homem, numerosos portos, onde milhares de navios despejam e carregam os produtos do trabalho universal, estradas de ferro e rodovias que se multiplicam por milhares de quilômetros de extensão, universidades superiores, escolas técnicas e fundamentais, centros de preparação militar e naval, de onde saem, anualmente, legiões de operários da grandeza do país.

Uní-vos cada vez mais. Da vossa colaboração infatigável surgirá um Estado forte, coêso, capaz de promover a ventura e a fortuna da coletividade. Acima dos ódios e das rivalidades, acima dos partidos e das competições, paira a imagem da Pátria.

NORMA DO MESTRE

Sumarização a explicar: — Conceito de pátria — A Pátria Brasileira, comunidade de laços afetivos e interêsses econômicos, síntese representativa de virtudes e energias creadoras de um povo — O mapa do Brasil desde suas origens — Tordesilhas — Recúo dêsse meridiano — Expansão geográfica graças ao destemor de uma raça, que venceu a natureza — Tratado de Madrí — Alexandre de Gusmão, avô dos diplomatas brasileiros — Fenômeno sem paralelo da unidade brasileira — Fundamentos sentimentais dessa unidade (convém acen-tuar que os portugueses já se encontravam territorial e politicamente unificados à época da conquista, o que não sucedia com a Espanha) — Raça, idioma, religião — O Brasil escapando ao centrifugismo do Continente — Decomposição dos vice-reinados espanhóis — Desmembramentos de impérios europeus e asiáti-

cos — Dogma da nossa inviolabilidade e união sagrada — O *Deus Terminus* das nossas fronteiras — Nosso progresso desde a Independência: as cidades monumentais, portos, estradas de ferro e rodovias, centenas de fábricas, universidades, escolas técnicas, centros de preparação naval e militar, intercâmbio comercial com o mundo inteiro — A imagem da Pátria acima de quaisquer competições.

Questionário

Que é Pátria? Quais as características do sentimento pátrio? — Que área foi destinada ao Brasil pelo Tratado de Tordesilhas? — Que entende pela expressão “recúo do meridiano”? — Que diplomata brasileiro, a serviço de Portugal, negociou o Tratado de Madri? — Que sabe de Alexandre de Gusmão? — Como o Brasil realizou e manteve sua unidade territorial? — Que aconteceu aos vice-reinados espanhóis do Continente? — Que outros impérios europeus e asiáticos se desmembraram enquanto que o Brasil mantinha a sua união sagrada? — Por que ao Barão do Rio Branco se chama “Deus Terminus” das nossas fronteiras? — Que índices podemos apresentar do nosso progresso num século de Independência? — Que obrigações temos para com a Pátria?

O MILAGRE DA INSTRUÇÃO

Excerto do discurso pronunciado
em Salvador, no dia 28 de agosto de
1933.

TODAS as grandes nações, assim merecidamente consideradas, atingiram nível superior de progresso pela educação do povo. Refiro-me à educação, no significado amplo e social do vocábulo: física e moral, eugênica e cívica, industrial e agrícola, tendo por base a instrução primária de letras e a técnica e profissional.

Nesse sentido, até agora, nada temos feito de orgânico e definitivo. Existem iniciativas parciais em alguns Estados, embora incompletas e sem sistematização. Quanto ao mais, permanecemos no domínio ideológico das campanhas pro-alfabetização, de resultados falhos, pois o simples conhecimento do alfabeto não destrói a ignorância nem conforma o caráter.

Há profunda diferença entre ensinar a ler e educar. A leitura é ponto inicial da instrução, e essa, propriamente, só é completa quando se refere à inteligência e à atividade. O raciocínio, força máxima da inteligência, deve ser aperfei-

çoado, principalmente por sabermos que o trabalho manual também o exige, pronto e arguto. Não deixa de haver certo fundo de verdade na afirmação do psicólogo: "O homem que conhece bem um ofício possui, só por êsse fato, mais lógica, mais raciocínio e mais aptidão para refletir do que o mais perfeito dos retóricos".

A instrução que precisamos desenvolver, até ao limite extremo das nossas possibilidades, é a profissional e técnica. Sem ela, sobretudo na época caracterizada pelo predomínio da máquina, é impossível trabalho organizado.

A par da instrução, a educação: dar ao sertanejo, quasi abandonado a si mesmo, a consciência dos seus direitos e deveres; fortalecer-lhe a alma, convencendo-o de que existe solidariedade humana; enrijar-lhe o físico pela higiene e pelo trabalho, para premiá-lo, enfim, com a alegria de viver, proveniente do conforto conquistado pelas próprias mãos.

No Brasil, o homem rude do sertão, sempre pronto a atender aos reclamos da Pátria nos momentos de perigo, é matéria prima excelente e, se vegeta decaído e atrasado, culpemos a nossa incúria e imprevidência. Por vezes, o seu aspecto é miserável, mas, no corpo combalido, aninha-se a alma forte que venceu a natureza amazônica e desbravou o Acre. Em algumas regiões, vêmo-lo quebrantado pelas moléstias tropicais, enfraquecido pela miséria, mal alimentado, indolente e

sem iniciativa, como se fôsse um autômato. Dai a êsse espectro farta alimentação e trabalho compensador; creai-lhe a capacidade de pensar, instruindo-o, educando-o, e rivalizará com os melhores homens do mundo. Convençamo-nos de que todo brasileiro poderá ser um homem admirável e um modelar cidadão. Para isso conseguirmos, há um só meio, uma só terapêutica, uma só providência: — é preciso que todos os brasileiros recebam educação.

Relembrai o exemplo do Japão. O Imperador Mutuzahito, certo dia, baixou um édito determinando “fôsse o saber procurado no mundo, onde quer que existisse, e a instrução difundida de tal fórma que em nenhuma aldeia restasse uma só família ignorante e que os pais e irmãos mais velhos tivessem por entendido que lhes cabia o dever de ensinar aos filhos e irmãos mais moços”.

O Imperador foi obedecido. O milagre da instrução, em pouco mais de 40 anos, de 1877 a 1919, fez que a exportação e a importação do país centuplicassem; o Japão vencia a Rússia e entrava para o rol das grandes potências.

NORMA DO MESTRE

Sumarização a explicar: — Aferimento da grandeza das nações pelo nível superior de progresso atingido pela educação do povo — O vocábulo educação na amplitude do seu significado social — Ensinar a ler e educar (distinções) — A instrução que precisamos de-

envolver no limite extremo do possível: a profissional e técnica — O predomínio da máquina exigindo êsse desenvolvimento para que haja trabalho organizado — Conciência de direitos e deveres ao sertanejo e fortalecimento da sua alma, convencendo-o de que existe solidariedade humana — A higiene e o trabalho enrijando-lhe o físico e premiando-o com a alegria de viver, oriunda do conforto conquistado pelas próprias mãos — Nossa incúria e imprevidência responsáveis pela sua decadência e atraso — Potencial de qualidades que o homem do sertão armazena — Uma única terapêutica reabilitadora: educação — O exemplo do Japão.

Questionário

Como se afere a grandeza das nações? — Qual a amplitude social do vocábulo educação? — Qual a distinção entre educar e ensinar? — Qual a modalidade de instrução que precisamos desenvolver? — Porquê? — Que qualidades em potencial armazena o homem rude do sertão? — Como proceder para reabilitá-lo, resgatando criminosa incúria? — De que maneira o Japão se averbou no rol das grandes potências?

A CIDADANIA E O SERVIÇO MILITAR

Trecho da Plataforma lida no Rio de Janeiro, no dia 2 de janeiro de 1930.

O INSTINTO de conservação e defesa, aguça-se nos povos à medida que se intensifica o seu desenvolvimento material. A acumulação de riquezas é que, por via de regra, os torna vigilantes e cautelosos, consoante a observação de James Bryce (*) a propósito dos Estados Unidos.

Só as nações pobres são imprevidentes; só se despreocupam da sua segurança os países que, economicamente, pouco têm a perder.

É uma lei histórica inelutável, que dispensa exemplificação.

Não se explica, porisso mesmo, o nosso des-caso, no tocante às forças armadas, já que é incontestável, sob muitos aspectos, o progresso material do Brasil.

(*) Observação constante do livro "The American Commonwealth" (1882), que é um estudo das instituições norte-americanas.

Devemos cogitar de pôr as instituições militares à altura da sua imensa responsabilidade, harmonizando-as com o crescimento da fortuna pública e privada, de que elas são a garantia natural.

Além disso, o sentimento do dever militar, que, dêse modo, ainda mais se enraizará, é um fator imprecindível ao enrijamento da cociência cívica e do espírito de nacionalidade.

O sorteio militar, como o praticamos, foi um grande passo nesse sentido, porém ainda deixa muito a desejar. Será oportuno reformar a lei do serviço obrigatório, para aperfeiçoá-la, no sentido de se dar inteira solução ao problema da conscrição militar.

Atingida a maioria, todo brasileiro deve estar obrigado a justificar a sua posição em face do serviço militar, mediante provas de inscrição na reserva ou no alistamento. Essa situação constará de uma caderneta, a qual terá fé pública e servirá de prova de identidade da pessoa e de título de eleitor.

A cidadania será, assim, uma consequência do serviço militar, à maneira do que acontece noutros países.

NORMA DO MESTRE

Sumarização a explicar: — O instinto de conservação e defesa nas sociedades humanas — Nações pobres e nações ricas — As instituições militares como

garantidoras da fortuna pública e privada — Como fortalecer o sentimento militar, base da consciência cívica e do espírito de nacionalidade — Sorteio e conscrição militar — Conceito da cidadania.

Questionário

Que é instinto de conservação? — Por que se manifesta êle nas sociedades humanas? — Qual a causa da confiança nacional nas instituições militares? — Que é conscrição militar? — Em que condições se deve adquirir a cidadania integral?

FERRO, OPULÊNCIA DO BRASIL

Excertos do discurso pronunciado
em Belo Horizonte, no dia 23 de fevereiro de 1931.

O PROBLEMA máximo, pode dizer-se, básico da nossa economia, é o siderúrgico. Para o Brasil, a idade do ferro marcará o período da sua opulência econômica. No amplo emprêgo desse metal, sôbre todos precioso, se expressa a equação do nosso progresso. Entrava-o a nossa mímica de transportes e a falta de aparelhamento, indispensável à exploração da riqueza material que possuimos imobilizada.

O ferro é fortuna, confôrto, cultura e padrão, mesmo, da vida em sociedade. Por seu intermédio, abastecem-se de água as cidades e irrigam-se as lavouras. Dele se faz a máquina, e é fôrça. Por êle se transporta a energia, florescem as indústrias, movimentam-se as usinas. Na terra, sôbre fitas de aço, locomotivas potentes encurtam distâncias e aproximam regiões afastadas, que permutam, com rapidez, os seus produtos. Sôbre as águas, é o navio a fôrça propulsora que o aciona, fazendo-o singrar velozmente mares e

rios. No ar, é o motor do aeroplano mantendo-o em equilíbrio e alijeirando-lhe o voo. É, finalmente, a trave do teto, o lume para o lar e, ao mesmo tempo, a arma para a defesa da Pátria.

A GRANDEZA futura do Brasil depende, principalmente, da exploração das suas jazidas de ferro.

E o ferro é Minas Gerais.

Aos mineiros, cujo próprio nome indica certa predestinação histórica nesse sentido, deve caber o esforço maior para a conquista dessa glória. Minas possui montanhas de ferro, com capacidade para satisfazer as necessidades do consumo mundial durante séculos. Explorêmo-las, adquirindo, com trabalho tenaz e inteligência prática, a abundância e independência econômica.

Muito teremos feito dentro de breve tempo se conseguirmos libertar-nos da importação de artefatos de ferro, produzindo o indispensável ao abastecimento do país. Nacionalizando a indústria siderúrgica, daremos grande passo na escalada ao alto destino que nos aguarda. O nosso engrandecimento tem que provir da terra, pelo intenso desenvolvimento da agricultura. Mas, o esforço para esse fim se esteriliza e fraqueia, ao lembrarmo-nos que todo o maquinismo, desde o arado que sulca o seio da gleba até ao veículo que

transporta o produto das colheitas, deva vir do estrangeiro.

Na solução dêsse problema, em que se enquadra a fórmula principal do nosso progresso e do qual depende, evidentemente, a ascensão do Brasil, podeis contar com o Govêrno Federal, que mobilizará a totalidade dos recursos disponíveis, para vos auxiliar.

A tarefa é árdua. Fazei dela um ideal. O ideal é ainda a alma de todas as realizações. O mesmo idealismo que fez surgir por entre as montanhas sagradas de Minas as aguerridas hostes de seus filhos, em marcha para a redenção da República, transforme-se, agora, em idealismo construtor, fazendo-os curvar-se sôbre a montanha fecunda para arrancar das suas entranhas a riqueza e a prosperidade da Pátria.

NORMA DO MESTRE

Sumarização a explicar: — A siderurgia, coluna mestra da economia nacional — Prenúncios da nossa “idade do ferro” — Transporte e aparelhagem — O ferro, padrão da vida de uma sociedade — Plenitude do nosso complexo industrial — Defesa da Pátria — Minas Gerais e suas jazidas de minério — Nacionalização da siderurgia — O engrandecimento agrícola na dependência do ferro.

Questionário

Que é siderurgia? — Que vantagens auferirá o país com a exploração da indústria do ferro? — Qual

a função do ferro na vida de uma sociedade? — Será possível defesa nacional sem as usinas que lhe proporcionem o aço? — Que representa Minas Gerais no problema da implantação da nossa “idade do ferro”?

AS FÔRÇAS ARMADAS

Trecho da Plataforma lida no Rio de Janeiro, no dia 2 de janeiro de 1930.

TUDO quanto a Nação realizar para tornar eficientes as suas fôrças terrestres e marítimas encontrará nessa mesma eficiência a melhor compensação.

O papel do Exército e da Armada, em todos os acontecimentos culminantes da nossa história, tem sido sempre glorioso e decisivo. Até agora, não assiste ao Brasil direito algum de queixa contra as suas classes militares: O crédito destas sobre a gratidão nacional é largo e duradouro.

Elas foram, invariavelmente, guardas da lei, defensoras do direito e da justiça. Não se prestaram nunca, nem se prestarão jamais, à função de simples autômato, como instrumento de opressão e de tirania, a serviço dos dominadores ocasionais.

Daí, as hostilidades, surdas ou abertas, que contra elas têm sido desfechadas; daí, a situação material a que se acham reduzidas.

Mas, porisso mesmo, também, é tempo de a Nação, afinal, num movimento irreprimível de justiça, corrigir as desconfianças e preterições que sôbre elas pesam, absurda e clamorosamente.

NORMA DO MESTRE

Sumarização a explicar: — Exército e Armada — Caráter nacional dessas corporações — Missão civilizadora — Interferência patriótica das forças de terra e mar na história do Brasil — A disciplina, imperativo das sociedades organizadas — Conduta dos cidadãos em face do soldado.

Questionário

Qual a importância das forças armadas na vida nacional dos povos? — Que deve a nossa Pátria ao Exército e à Marinha? — Como se conduzirem os cidadãos ante os soldados de terra, mar e ar?

A ESCOLA DO MAR

Excertos do discurso pronunciado
no Rio de Janeiro, no dia 11 de junho
de 1934.

A ESCOLA do mar é a grande mestra da disciplina. Longe do remoinho terreno, sôbre as águas livres do oceano, o marinheiro absorve o espírito na contemplação dos grandes panoramas espetaculares. Os pontos de referência, que lhe marcam o rumo, não são as mesquinhas imagens das paixões humanas, mas os relevos de arquipélagos e continentes, a vastidão dos horizontes e a luz dos astros.

A guarnição do navio é um organismo, cujo ritmo vital depende, diretamente, da coesão de todos os elementos que o compõem. O contacto permanente com o perigo desenvolve, no ânimo do marujo, a noção da responsabilidade, apura as qualidades de mando e avigora os sentimentos de solidariedade. Nesses restritos núcleos sociais, que se aventuram às mais estranhas paragens, cada qual, em seus múltiplos misteres, responde pela existência dos demais. Do capitão ao modesto foguista todos se conjugam, harmônica-

mente, para vencer os óbices que a natureza lhes depara. Basta que se afrouxe um dos elos da cadeia, para que os restantes se desarticulem.

Mercê dessa comunhão perene de esforços, o homem do mar conseguiu, na era maravilhosa do Renascimento, dilatar o império do mundo antigo e conquistar, para a cultura ocidental, um Novo Mundo. A êle, aos seus empreendimentos, à sua coragem quotidiana, deve a civilização as mais altas realizações. Que outra obra poderia emparelhar com a sua? Entrelaçar os países, transportar os produtos do trabalho, os braços do colono, a energia dos exploradores, o pensamento dos sábios, unir as raças pelo mútuo conhecimento, acudir com remédio pronto aos que se tresmalham nas solidões marinhas, sem medir riscos nem poupar a própria vida — eis a tarefa benemérita, muitas vezes obscura, do nauta desinteressado.

Seu labor é tão edificante que já houve quem afirmasse, com inteira procedência, que, se, porventura, desaparecessem todos os padrões intelectuais e morais de Portugal, seria suficiente, para perpetuar as tradições lusitanas, conservar-se, apenas, a “História Trágico-Marítima” (*) —

(*) Narrativas dos naufrágios da época das conquistas. Há uma edição de 1934, adaptação resumida de Antônio Sérgio (Livraria Sá da Costa, Lisboa). Data de 1688 a compilação, por Bernardo Gomes de Brito, dos 12 relatos que constituem a “História Trágico-Marítima”, publicada em dois volumes.

onde figuram as rudes crônicas dos tripulantes das náus, caravelas e galeões da época dos descobrimentos.

NO DESEMPENHO dessa generosa missão, tem a Marinha de Guerra papel da subida importância. Enquanto as fontes da nossa economia estiverem próximas do litoral; enquanto o interior do nosso território não possuir rodovias e estradas de ferro perfeitamente articuladas, a civilização brasileira dependerá das comunicações marítimas e fluviais. Através dos portos, ao longo das nossas tantas léguas de costa e pelo curso dos nossos grandes rios, por muitos anos ainda, levarão os navios da esquadra, com o pavilhão do Brasil, a imagem da Pátria.

NORMA DO MESTRE

Sumarização a explicar: — O mar, escola de disciplina — A noção da responsabilidade apurando os sentimentos de solidariedade — As grandes navegações e a conquista para a cultura ocidental de um Novo Mundo — Desígnio civilizador do homem do mar — Perenidade das tradições lusitanas na “História Trágico-Marítima” — Falta de um sistema rodo e ferroviário perfeitamente articulado — A missão da nossa Marinha de Guerra.

Questionário

Que sentimentos se desenvolvem no homem do mar? — Quais os resultados dos descobrimentos marítimos? — Que papel desempenharam os portugueses no descobrimento dos novos mundos? Por que a civilização brasileira depende ainda principalmente das comunicações marítimas e fluviais? — Qual a missão da Marinha de Guerra no quadro das nossas atividades?

A LIÇÃO DO PASSADO

Trecho da Mensagem lida no Rio
de Janeiro, no dia 15 de novembro de
1933.

OS POVOS, como os indivíduos, jamais conseguem realizar integralmente as suas aspirações. Na ânsia por atingir o melhor e o mais perfeito, consagram-se a experiências em que o ideal só é alcançado aproximativamente, através de lutas repetidas e ingentes.

Estudando o processo da formação política do Brasil, duas tendências se apresentam, persistentes e definidas, emergindo da época colonial para as pugnas emancipadoras: a federação e o govêrno representativo.

As condições em que se iniciou e desenvolveu a nossa colonização esboçaram desde logo essas tendências. Num vastíssimo território de litoral também vastíssimo, disseminaram-se núcleos de povoadores, quasi isolados entre si e da metrópole. Para se organizarem e desenvolverem, num meio desconhecido e hostil, precisavam prover as próprias necessidades de economia e defesa. Esses núcleos evoluíram espontâneamente para a

autonomia e acabaram criando para si um governo de certo modo original, cuja forma definida e precisa vamos encontrar no funcionamento das câmaras municipais, que administravam, ditavam leis, proviam a justiça e chegaram, com o tempo, a entender-se umas com as outras e, às vezes, diretamente com a metrópole, sobre assuntos de interesse público local ou da colônia.

Não admira, portanto, que, proclamada a Independência, consolidando uma situação de fato, viessem refletir-se no seio da nossa primeira Constituinte anseios declarados e persistentes pela implantação de um governo de forma democrática e federativa.

O ato político da nossa emancipação colocou, por fatalidade histórica, nas mãos de um príncipe estrangeiro, os destinos do Brasil, operando-se uma espécie de enxertia dinástica, cujos interesses haviam, fatalmente, de colidir com as aspirações nativistas, já orientadas no sentido liberal e de franca descentralização.

O conflito verificou-se logo de início, quando a Constituinte delineou, dentro daquela orientação, a estrutura institucional do país. Dissolvida intempestiva e violentamente, num ato de inequívoca reação às suas tendências, a Constituição outorgada impôs a forma unitária e retirou da Câmara, pela criação do Poder Moderador, o controle do Governo, enfeixando-o nas mãos do Imperador.

Estava aberto o dissídio, cujo desfêcho foi o movimento reivindicador de 7 de abril de 1831, verdadeiramente admirável como demonstração da vitalidade de uma consciência nacional e que deveria ter produzido, com a abdicação, todas as consequências políticas que a Independência frustrara.

Estabelecida a Regência, reacenderam-se as agitações em prol do ideal federativo, refletindo a crise da formação política do país. O Ato Adicional, que modificou o regime unitário da Constituição de 1824, não foi mais do que uma concessão ao federalismo, criando as Assembléias e aumentando as atribuições dos presidentes das províncias, extinguindo o Conselho de Estado e retirando da Regência a faculdade de dissolver a Câmara.

Dentro da lógica dos acontecimentos e de acôrdo com o nosso passado histórico, o movimento de 7 de abril, com antecedentes claramente orientados, deveria ter realizado, no mínimo de efeito, o Império federativo; o Ato Adicional condescendeu, apenas, com os pendores de descentralização, burlando-os com disposições contemporizadoras. Sob o aspecto político, pode êle ser considerado, por isso, como um segundo desvio do movimento emancipador, que nos teria dado a República, se não ocorresse a transplantação da dinastia bragantina, com a qual fizemos a Independência.

As lutas desencadeadas durante o período regencial não tiveram o caráter generalizado de simples motins; contrariamente, além de revelarem espírito cívico vigilante e combativo, traduziram, quasi todas, o impulso de um movimento de idéias, expressando aspirações populares, que não haviam conseguido enquadrar-se na organização política dada ao país.

Com a sua formação eletiva e temporária, a Regência, tão agitada e discutida nos seus atos, mais se aproximava de um Governo de molde republicano que propriamente monárquico. Explica-se, assim, em grande parte, a crise da sua estabilidade: contra ela investiam, mais do que as correntes extremistas em rebelião, para assimilá-la, os interesses da dinastia incipiente, procurando empolgá-la para manter e garantir o estado de coisas creado em 1822. O golpe da Maioridade, antecipada, caracterizando um expediente político, foi a solução encontrada para evitar o prolongamento do dissídio que, ameaçando em primeiro plano o regime monárquico, parecia capaz de quebrar a unidade nacional.

Vista à distância e a-pesar-da mediania das realizações, a década regencial constitue admirável afirmação de vitalidade cívica, marcando distintamente uma época da história política do Brasil.

É corrente afirmar-se que a consolidação das instituições monárquicas, resultante da Maiori-

dade, obstou o desmembramento da Nação e o advento do “caudilhismo”. Evidentemente, a vitória do Centro e, portanto, do poder monárquico, muito concorreu para manter e fortalecer a unidade nacional. Contudo, não é de rigorosa lógica concluir que, generalizado e triunfante algum dos movimentos de caráter regional e de tendências federalistas e até republicanas, fosse o país, inevitavelmente, arrastado, como consequência imperiosa, à desagregação. Tornados nacionais e unânimes, poderiam garantir da mesma maneira a integridade da Pátria, sacrificando, embora, a continuidade do Império.

Saindo da Maioridade, vencida a revolução liberal de 1842, encerrado o decênio farroupilha e sufocada a insurreição praieira, o Império estabilizou-se num longo período de apaziguamento interior e de prestígio internacional.

Êsse período foi absorvido pela experiência do regime parlamentar, que nunca se praticou realmente, pela falta de uma opinião pública organizada e preponderante, capaz de exercer a representação com consciência e vontade livre. Supria-a artificialmente a interferência do Poder Moderador nas mãos do Imperante, provocando as crises políticas a seu alvedrio, a queda dos ministérios e, consequentemente, a substituição dos partidos no poder.

O progresso da nação, nesses cinquenta anos de tranquilidade, não foi fruto exclusivo do regime,

como procuram fazer crer alguns historiadores do tempo. Avançamos no terreno das realizações materiais, porque as forças creadoras da nação nos impeliam para a frente, e por ser condição de vitalidade inerente aos povos jovens, ricos em recursos naturais inexplorados, progredir, ainda quando mal governados ou dirigidos.

Enquanto a vida política do país se ajustava, desajeitadamente, a um modelo copiado, marchando e contra-marchando ao ritmo do rotativismo fictício dos partidos desavindos em tórno da corôa, continuaram a agitar-se subterrâneamente as aspirações recalcadas da nacionalidade. A ação pessoal do Imperador, temperamento patriarcal e comedido no uso do poder, influiu, sobremaneira, no prolongamento do regime, subtraindo-o aos choques violentos com a opinião e condicionando-lhe a duração à da existência do Imperante. A decadência das instituições monárquicas era tão evidente, nos últimos anos, que generalizara a convicção de que não sobreviveriam à pessoa do monarca, impossibilitando, natural e fatalmente, o advento do terceiro reinado.

A-pesar-de meio século de paz interna e das adaptações políticas experimentadas, o país não recebera ainda uma organização completa e eficiente, capaz de dar rumo definitivo e propício à expansão das energias nacionais. A administração pública desenvolvia-se no sentido burocrático, baseada no processo simplista de arrecadar

para gastar, por vezes, improdutivamente. A economia da Nação, desenvolvida à margem da influência do Estado, tinha com êle apenas o contacto da aparelhagem fiscal, mais ou menos absorvente, conforme as exigências das suas finanças, quasi sempre deficitárias. Socialmente, não se cogitara de valorizar o homem, nem como entidade política, nem como fator econômico. Oferecíamos o espetáculo de uma minoria embebida de cultura humanista, fazendo política à européia, vivendo reflexamente a vida dos grandes centros de civilização, em contraste com a massa ignorante das populações rurais e urbanas.

O problema da escravatura, encerrando o da organização do trabalho, fundamental para o nosso desenvolvimento econômico, não teve a solução que mais convinha. Retardada, procrastinada, erigida em ponto nevrálgico da existência do regime, atuou até como fator de perturbação pela fôrma brusca e pelo ambiente de exaltação política em que se operou a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre.

A campanha abolicionista foi, indiscutivelmente, um dos nossos grandes movimentos de opinião. Empolgou totalmente o país numa solidariedade admirável de todas as suas fôrças espirituais. Vitoriosa, os resultados surpreenderam, entretanto, aos seus próprios paladinos. Os centros produtores, principalmente os da exploração agrícola, caíram em colapso, ante a desordem e o

êxodo das massas trabalhadoras, entregues repentinamente à inexperiência da liberdade. Dominados pela idéia generosa, os pro-homens do abolicionismo não haviam cogitado sequer do que convinha e cumpria fazer dos escravos libertados.

Se o problema do trabalho escravo teve solução, ainda que defeituosa e tardia, o mesmo não aconteceu com o da educação popular, quasi completamente esquecida, até no seu aspecto mais elementar, o ensino primário. No projeto de Constituição de 1823, fôra êle encarado de frente e praticamente, estabelecendo-se a criação obrigatória de aulas públicas nos termos, e liceus nas sédes de todas as comarcas. A Constituição outorgada eliminou, porém, essa sábia disposição, que, adotada e cumprida, teria, pelo menos, evitado os males do analfabetismo.

Em resumo, o Império encerrou a sua atividade deixando insolúveis os dois maiores problemas nacionais: o da organização do trabalho livre e o da educação.

Por outro lado, a centralização imposta pelo regime, tanto no sentido político como no administrativo, agira sôbre as províncias refreando-lhes o desenvolvimento e criando uma espécie de heliotropismo que as retinha voltadas para a coroa, dependentes do seu arbítrio e dela tudo providencialmente esperando. Os efeitos de semelhante centralização atuavam como entorpecen-

tes sôbre as iniciativas e energias locais, prêsas à rotina e ao favor oficial.

Tal era, em largos traços, o panorama da situação do país em 1889. Para determinar-lhe os contornos com mais precisão, acentuemos ainda: aos abalos econômicos produzidos pela Abolição aplicaram-se remédios de emergência, visando principalmente reanimar a exploração agrícola desorganizada; definira-se a política protecionista, destinada a estimular os primeiros surtos de industrialização, e que deveria mais tarde, expandir-se até ao abuso; enveredou-se pelo caminho tentador do inflacionismo monetário com as suas abundâncias fictícias, que, refletidas no campo dos negócios, geraram o espírito de aventura, de especulação e caça ao lucro fácil, culminando, afinal, na derrocada do “encilhamento”.

ADVENTO DO REGIME REPUBLICANO

Foi nesse ambiente de inquietude generalizada que a propaganda republicana começou a ganhar terreno, aproveitando-se dos efeitos perturbadores da Abolição e recolhendo os desgostos dos partidos monárquicos delinquentes. Não constituiria, ainda assim, o que se poderia chamar uma fôrça de opinião organizada, com poder suficiente para atuar por si e provocar a queda do trono vacilante.

O ideal republicano tinha raízes profundas na

vida política do país. Definira-se em movimentos cívicos memoráveis, embora fracassados, e, até certo ponto, compendiava as aspirações nacionalistas desatendidas desde a Independência. Basta recordar a exortação de José Clemente no apêlo feito ao príncipe D. Pedro para ficar no Brasil: “Vossa A. R. não ignora que o partido republicano aí está e fará por si a Independência, se não a empolgarmos”.

A proclamação da República, apreciada rigorosamente como fato histórico, foi, entretanto, uma antecipação dos acontecimentos, precipitada pelas questões militares. Tais circunstâncias não lhe tiram, contudo, o caráter de ato nitidamente revolucionário. Como tal, deveria importar numa mutação obrigatória de valores e influir também no sentido de profundidade na vida política do país, para não se transformar em mera substituição de normas teóricas de governo.

Precipitada pelos acontecimentos ou obra de uma minoria resoluta, como quer que seja, a revolução se fizera. A falta de uma corrente de opinião, fortemente organizada e dirigida por um núcleo de homens ideologicamente identificados, viria, porém, desvirtuar-lhe a finalidade. Acresce, ainda, que, vitoriosa sem luta, não provocou reação capaz de determinar uma indispensável seleção de valores, suscitando, ao contrário, o adesismo oportunista em grau tão absorvente que a quarta presidência da República já foi exer-

cida por uma mentalidade formada na política monárquica.

O movimento de 1893, de feição reacionária, produziu-se três anos depois da proclamação, quando o conformismo adesista se consolidara, galgando posições. Ainda assim, verificou-se em tôrno do Govêrno constituído uma homogeneização de elementos moços e idealistas que, embora consagrados à resistência oferecida, não conseguiram predominar na direção da vida pública do país. Faltou-lhes a atuação de um mentor providencial, com visão de estadista e espírito agremiador, qualidades que não possuía o depositário legal do poder, grande figura histórica, pelo caráter e energia inflexível, mas que, acima de tudo, soldado e chefe militar, sòmente desejava ser, consolidando as instituições, garantia da ordem e do prestígio da autoridade, cuja suprema magistratura lhe cumpria manter e fazer respeitada.

Êsses e outros fatores influíram para o desvirtuamento do regime republicano, constituído sòbre ruínas precoces, esboços abandonados e interrompidos do passado.

Muitos problemas pertinentes à organização nacional, que se impunham pela mudança radical da fórmula de govêrno, ficaram intactos ou foram resolvidos de modo incompleto. Administrativa e financeiramente, reatámos a tradição do Império. A nova distribuição de rendas, resultante da des-

centralização, foi péssima, refletindo-se desastrosamente na vida dos Estados, para deixar uns na opulência e outros na miséria. Proveiu daí, em parte, o estabelecimento das oligarquias locais, tornadas endêmicas e voltadas para o centro, como no tempo da monarquia, e a êle pedindo ordens e mendigando favores.

Creou-se, mercê dêsse estado de coisas, uma espécie de casta governamental, instalada no poder, com o privilégio de aproveitar e distribuir os seus proventos.

Os orçamentos, de pura estimativa, transformaram-se numa liquidação final de ajustes, estourando á pressão das despesas não catalogadas e dos créditos extraordinários. Adotou-se, como norma regular de administração, o expediente de passar de um exercício para outro avultados *deficits* e de contrair empréstimos para solvê-los, enfraquecendo o crédito do país, sobrecarregando de onus as gerações futuras e agravando, contra nós, o desequilíbrio da balança de pagamentos no intercâmbio internacional.

Com a absorvente predominância do Executivo sôbre os demais poderes, falseou-se o equilíbrio inerente à estrutura do regime. O Congresso era produto de um processo eleitoral profundamente viciado, e os seus membros, com raras exceções, não representavam a opinião nacional, mas a vontade dos oligarcas, todos creados pela mesma máquina de puro artifício, montada pela

fraude, e coligados na defesa de uma política de favoritismos pessoais, que se exercia, às vezes, escusamente e sempre à revelia dos interesses nacionais.

Fechado num círculo de vantagens restritas que se confundiam com as da pequena minoria instalada nas posições governamentais, o poder público tornou-se, aos poucos, alheio e impermeável às exigências sociais e econômicas da Nação. Adveiu-lhe, em consequência, uma situação de desprestígio e de isolamento. Espessa atmosfera de indiferença separava da política profissional as forças vivas do país.

Renovara-se, afinal, o dissídio clássico entre as aspirações vitais da nacionalidade e a organização do Estado, aberto desde a Independência e que poderia ter encontrado solução no advento da República.

A reação tinha de vir, inevitavelmente. Foram-lhe primeiras manifestações as revoltas de 22 e 24. Daí por diante, o mal-estar e a hostilidade do país a semelhante estado de coisas revelaram-se crescentes e indisfarçáveis. A última sucessão presidencial, trazendo o desentendimento entre as classes governamentais, já foi reflexo dêsse descontentamento generalizado. A luta eleitoral, ao deturpar mais uma vez a vontade soberana do povo, deu-lhe pretêxto para reagir pelas armas, porque, nas consciências e nos ânimos, a revolução estava feita. Explica-se, assim, que o

movimento de Outubro de 1930 perdesse o caráter de simples pronunciamento partidário para desencadear-se como força de ação social, assumindo o aspecto de verdadeira insurreição nacional e impondo, conseqüentemente, conquistas amplas e profundas no terreno econômico e político.

NORMA DO MESTRE

Sumarização a explicar: — Eterna a ânsia dos povos, como dos indivíduos, no esforço para atingir o melhor e o mais perfeito — As duas tendências do *processus* da formação política do Brasil — Desenvolvimento da tese: disseminação de núcleos povoadores, quasi isolados entre si e da metrópole, pelo vastíssimo território litorâneo, e provimento das próprias necessidades de economia e defesa; evolução autonomista dêsses nódulos traduzindo-se nas suas câmaras municipais, espontaneamente creadas — A nossa primeira Constituinte refletindo declarada e persistentemente o desêjo de um governo democrático e federativo — Uma fatalidade histórica coloca-nos os destinos nas mãos de um príncipe estrangeiro, enxertia dinástica que colidiria alfin com as aspirações nativistas, já orientadas no sentido liberal e de descentralização — Em consequência do conflito dissolve-se a Constituinte, impondo-se na Carta outorgada (1824) a fôrma unitária, enfeixando nas mãos do monarca, o controle do governo (Poder Moderador) — O movimento reivindicador de 7 de abril de 1831 — A Regência reacendendo as agitações federalistas e o Ato Adicional, modificando o regimen unitário, não passando de mero desvio do movimento emancipador, que nos teria dado a República se não fôra o Bra-

gança, com quem fizéramos a Independência — As lutas intestinas do período regencial expressando aspirações populares não satisfeitas — A crise da estabilidade da Regência, de formação eletiva e temporária, pelo seu molde mais republicano que monárquico, explica as rebeliões extremistas visando empolgá-la — O prolongamento do dissídio resolvido pelo golpe da Maioridade — A vitória do Centro concorrendo para a manutenção e fortalecimento da unidade nacional — Os movimentos de caráter regional, e federalistas no seu alvo, se tornados nacionais e unânimes garantiriam da mesma maneira a integridade da Pátria — O Segundo Reinado e o meio século de paz e prestígio internacional — Crítica do parlamentarismo e dos partidos políticos — A ação pessoal do Imperador como que condiciona a duração do regimen à sua existência — A decadência do Império nos derradeiros anos, e a República evitando o advento do Terceiro Reinado — O proteccionismo, de que se abusou mais tarde, estimulando os primeiros surtos de industrialização — Inflacionismo monetário — A derrocada do *encilhamento* — Crítica do govêrno de D. Pedro II sob os aspectos social, econômico, financeiro e político, ressaltadas as qualidades que exornavam a individualidade do supremo chefe da Administração — As raízes profundas dos idéais republicanos justificando o golpe de 1889, não obstante sua antecipação por causa das questões militares — A falta de uma corrente de opinião organizada, de homens ideologicamente identificados, e o adesismo oportunista desvirtuando o regime — A revolução de 1893 e Floriano Peixoto — A grandeza histórica dêsse vulto, eminente chefe militar, energia inflexível, que somente quis consolidar as instituições, cuja magistratura suprema lhe cumpria manter e fazer respeitar — A ausência de visão de estadista e espírito agremiador do

depositário legal do poder não resolve o problema da República — Retomamento das tradições administrativas do Império — A distribuição das rendas, resultante da descentralização, refletindo-se desastrosamente na vida dos Estados, criando nuns a opulência e jogando outros na miséria — As oligarquias endêmicas gravitando de em torno o Centro, como no tempo da monarquia, e a êle pedindo ordens e mendigando favores — Creação de uma espécie de casta governamental, instalada no poder, com o privilégio de aproveitar e distribuir os seus proventos — Os orçamentos e os *deficits* — Os empréstimos comprometendo as gerações futuras e agravando-nos o desequilíbrio de pagamento no intercâmbio internacional — A hipertrofia do Executivo — O Congresso, produto da fraude eleitoral, representando a vontade dos oligarcas, também frutos de idêntica fraude — Esquecimento das exigências sociais e econômicas da Nação — Situação de desprestígio e isolamento — Renovação, afinal, do clássico dissídio entre as aspirações vitais da nacionalidade e a organização do Estado, aberto desde a Independência e que poderia ter encontrado solução no advento da República — O movimento de outubro de 1930 desenhando-se como força de ação social assume latitude nacional e impõe amplas e profundas conquistas no terreno econômico e político.

Questionário

É possível aos povos, como aos indivíduos, conseguir a realização integral das suas aspirações? — Que tendências atuaram no “processus” da formação política do Brasil? — Como se formaram originariamente os nossos núcleos de população? — Que evolução se operou neles? — Que idéias influíram no espírito da nossa

primeira Constituinte? — Que fator impediu o molde democrático e a federação das Províncias após a Independência? — Qual a forma de governo imposta pela Carta de 1824? — Quais as causas da Abdicação do primeiro imperador? — Que idéias se acenderam com o período Regencial? — Que foi o Ato Adicional? — Quais as razões da crise de estabilidade da Regência? — Que se alcançou com o golpe da Maioridade? — Que resultou da vitória do Centro contra as insurreições regionais? — Essas insurreições, se tornadas nacionais, salvariam a unidade brasileira? — Que alcançou o Brasil no Segundo Reinado? — Como funcionava o nosso regime parlamentar? — Foi benéfico o exercício do Poder Moderador por D. Pedro II? — Quando se acentuou a decadência do regime monárquico? — Que é protecionismo? E inflacionismo? E “encilhamento”? — Que qualidades exornavam a pessoa de D. Pedro de Alcântara? — Que evitou a República? — Quais os êrros do regime recém implantado? — Que deve a República a Floriano Peixoto? — Por que o triunfo da legalidade sobre a revolta de 1893 não creou o Brasil essencialmente Republicano? — Por que na República se acentuou a existência de unidades opulentas contrastando com a miséria de outras? — Que males causaram as oligarquias endêmicas? — Que revelavam os orçamentos e os “deficits” da República de 1889? — Que prejuízos originaram os empréstimos externos? — Que entende por hipertrofia do Executivo? — Que valiam Congresso, presidentes e governadores eleitos por máquina eleitoral viciada? — De que latitude se revestiu o movimento de outubro de 1930?

MARCHA PARA O OESTE

Excerto do discurso pronunciado
no Rio de Janeiro, no dia 1 de janeiro
de 1938, aos primeiros minutos.

A CIVILIZAÇÃO brasileira, mercê dos fatores geográficos, estendeu-se no sentido da longitude, ocupando o vasto litoral, onde se localizaram os centros principais de atividade, riqueza e vida. Mais do que uma simples imagem, é uma realidade urgente e necessária galgar a montanha, transpor os planaltos e expandir-nos no sentido das latitudes. Retomando a trilha dos pioneiros que plantaram no coração do Continente, em vigorosa e épica arremetida, os marcos das fronteiras territoriais, precisamos de novo suprimir obstáculos, encurtar distâncias, abrir caminhos e estender as fronteiras econômicas, consolidando, definitivamente, os alicerces da Nação.

O verdadeiro sentido de brasilidade é a marcha para o Oeste. No século XVIII, de lá jorrou a caudal de ouro que transbordou na Europa e fez da América o Continente das cobiças e tentativas aventureiras. E lá teremos de ir buscar: — dos vales férteis e vastos, o produto das cul-

turas variadas e fartas; das entranhas da terra, o metal com que forjar os instrumentos da nossa defesa e do nosso progresso industrial.

Para tanto, empenharemos todas as energias disponíveis. Não será, certamente, obra de uma única geração, mas é a que tem de ser feita, e ao seu início queremos, porisso, consagrar o melhor dos nossos esforços.

NORMA DO MESTRE

Sumarização a explanar: A civilização brasileira e o sentido em que se estendeu: o da longitude — Realidade urgente e necessária de se estender no sentido da latitude (explicações rápidas acêrca de longitude e latitude) — Retomamento da trilha dos pioneiros (os bandeirantes), suprimindo obstáculos, encurtando distâncias, abrindo caminhos e dilatando as fronteiras econômicas para que se consolide definitivamente os alicerces da Nação — A marcha para o Oeste, verdadeiro sentido da brasilidade — O exemplo do século XVIII — Perspectivas dessa marcha: a vastidão e fertilidade dos vales, o produto das culturas variadas e fartas, e a retirada das entranhas da terra do metal com que forjar os instrumentos da nossa defesa e do nosso progresso industrial.

Questionário

Qual o sentido em que se estendeu a civilização brasileira? — Por que se deve estender no sentido da latitude? — Quais as vantagens da política da marcha para o Oeste? — Qual o exemplo do século XVIII? — Que perspectivas oferece essa marcha?

A UNIDADE BRASILEIRA

Excerto do discurso pronunciado
no Rio de Janeiro, no dia 7 de Se-
tembro de 1934.

QUEM, atentamente, despojando-se de preconceitos e paixões, considerar o patrimônio que herdámos do passado e não tiver confiança nos nossos destinos, é indigno do legado que recebeu! A formação do Brasil vale pelo mais luminoso testemunho das virtudes da raça que se levanta, neste rincão do planeta, em benefício da comunhão universal. Somos o resultado de quatro séculos de energia perseverante que, através de lutas e sobressaltos, vencendo os óbices da natureza agreste e os entraves das ambições humanas, vigiando, no litoral e nas fronteiras, as agressões extranhas, preservando, no interior, a obra e o esforço das gerações passadas, conseguiu conquistar e defender um dos mais dilatados impérios do mundo!

Desde o século XVII, depois das batalhas dos Guararapes, ganhas mercê da tenacidade e da coragem do heroísmo brasileiro, o sentimento nacional cristalizou-se entre nós, de modo seguro,

desenvolvendo-se com firmeza, abatendo todas as resistências. A força de absorção do meio físico predominou, misteriosamente, sobre quaisquer idiosincrasias étnicas. A conquista do território, feita pelos rudes exploradores do rio das Velhas, do Tieté, do Paranapanema, do Amazonas, da serra da Mantiqueira, da serra do Mar, a travessia do planalto central, o descobrimento das minas, o ímpeto dos bandeirantes, que atingiram as praias do Pacífico, em arriadas destemerosas, foram empreendimentos da gente nascida neste lado do Atlântico. A miragem do metal precioso e das pedrarias não esgotou, nos corações sertanejos, o amor da Pátria que amanhecia. Raros foram aqueles que acumularam pecúnia. As pepitas e as piscas das minerações atestaram as arcas ultramarinas. E, enquanto, à luz do sol, um rio de ouro escorria para a Metrópole, num total de mais de 10.000.000:000\$000, só no século XVIII, outro rio ia fluindo, silenciosa e obscuramente, nas entranhas da Nação: o manancial em que se abeberou o ideal da Independência.

Esse ideal palpita em quasi todas as páginas das nossas efemérides, onde estão gravados os nomes de Henrique Dias, Camarão, Borba Gato, Pais Leme, Bartolomeu Bueno, Tiradentes, Cláudio Manuel da Costa, Domingos Teotónio Jorge, José de Barros Lima, Domingos José Martins, Pinto Bandeira, Borges do Couto, Joaquim Gonçalves Lêdo, Hipólito da Costa, José Bonifácio e

tantos e tantos outros que, para varrerem do solo natal os seus ocupantes, sacrificaram haveres, honrarias e a própria vida, pondo no sêlo do sangue o braço da liberdade!

NORMA DO MESTRE

Sumarização a explicar: A formação territorial do Brasil — Conquista da terra — Expansão bandeirante — Defesa do litoral e do sertão — Fortaleza de uma raça na criação de um dos mais dilatados impérios do mundo — Afirmções nativistas — Guararapes — Predominância do meio físico na absorção do elemento étnico — O descobrimento das minas — Miragem do ouro e das pedrarias — O amor da Pátria que amanhcia — Ideal de Independência — Pioneiros da nossa emancipação política — Braço da liberdade.

Questionário

Como se processou a formação territorial do Brasil? — Que qualidades possuíam os homens que colonizaram e defenderam o país da cobiça estrangeira? — De que importância histórica e simbólica se revestem as batalhas dos Guararapes? — A quantos milhões de contos montou o ouro extraído do Brasil só no século XVIII? — Quais os principais vultos das lutas pela integridade e independência da nossa terra?

A M É R I C A

Trecho do discurso pronunciado em
Uruguaiana, no dia 9 de janeiro de
1938.

EM NENHUMA outra época da nossa história, a necessidade de incentivar e estreitar as relações inter-americanas se impôs de fôrma mais decisiva. Quando os postulados do Direito Internacional são objeto de controvérsia e uma rajada de ceticismo ameaça subverter os ensinamentos da solidariedade cristã, a América, aglomerado de povos com idêntica formação histórica e continuidade geográfica, que edifica sôbre materiais novos uma nova civilização, precisa unir-se, para dar ao mundo exemplo de convivência pacífica e leal colaboração no domínio das relações econômicas.

Os homens responsáveis pelos negócios de Estado têm sabido corresponder a tão natural predestinação dos povos americanos. A recente conferência de Buenos Aires, em que se congregaram unânimes, traduziu formalmente êsse con-

senso soberano das nações do Continente, unidas na mesma fé e na comunhão do mesmo ideal.

NORMA DO MESTRE

Sumarização a explicar: O estreitamento das relações inter-americanas — Necessidade da sua incentivação — A idêntica formação histórica e a continuidade geográfica indigitando uma união para dar ao mundo exemplo de convivência pacífica e leal colaboração no domínio das relações econômicas — O consenso soberano das nações do Continente na conferência de Buenos Aires.

Questionário

Por que devem estreitar suas relações os Estados sul-americanos? — Que causas indicam a necessidade dessa aproximação? — Qual o significado da conferência de Buenos Aires?

O SEGRÊDO DA NOSSA PROSPERIDADE

Trecho do discurso pronunciado em
Salvador, no dia 28 de agosto de 1933.

O PROLETARIADO das cidades aumentou desproporcionadamente, originando o pauperismo e todos os males decorrentes do excesso de atividades sem ocupações fixas.

Isso, quanto aos indivíduos pertencentes às classes pobres. Entre os das mais favorecidas, a miragem das cidades atuou também, fortemente, embora sob outro prisma. Seduzia-os a aristocracia do diploma ou as vantagens aparentes do emprego público, quando não a vida faustosa dos grandes centros sociais, onde a ilusão dos prazeres fáceis os arrastava à ociosidade dissipadora.

O panorama bosquejado, ainda agora, mantém-se, nas suas linhas gerais e em certos aspectos, talvez ampliadamente. Cumpre-nos incentivar, por todas as formas, a volta ao bom caminho. Os atalhos que nos podem levar a êle são muitos, mas o rumo, um só: o retôrno aos campos.

Encontrados os meios capazes de provocar

êsse retôrno, estará resolvido um dos maiores problemas da atualidade brasileira.

O homem sente-se prêso à terra quando ela corresponde generosamente ao seu esforço. Para que tal aconteça, torna-se necessário saber aproveitá-la, escolhendo-a onde seja fértil à semente e saudável à vida.

A consecução dêsse objetivo exige, como soluções primárias, educar as populações rurais e, ao mesmo tempo, valorizar economicamente o interior, povoando-o e saneando-o.

Balanceando os termos da equação enunciada — educar e povoar — síntese em que se contém o sêgrêdo da nossa prosperidade, comecemos por examinar, inicialmente, entre êles o que diz respeito ao aproveitamento da terra.

Povoar não é sòmente acumular elementos humanos em determinada região. Sem prévia verificação das condições do meio físico, sob o tríplice aspecto da terra fértil, salubre e de fácil acessibilidade aos escoadouros normais da produção; sem assistência social e auxílios técnicos, não é possível fixar, com segurança de êxito, populações que apenas dispõem, para progredir, do esforço próprio e do trabalho rudimentar.

Possuímos extensas faixas territoriais ubérrimas e saudáveis, próximas a centros urbanos florescentes, quasi completamente incultas e despovoadas. Nelas devemos, de preferência, localizar o trabalhador rural, que aquí e alí vegeta,

desarticulado da gleba e sem teto próprio, antes de nos preocuparmos com o saneamento de zonas inhóspitas, só utilizáveis mediante obras de custo vultoso e vigilância sanitária continuada, quando pequena parte dêsse dispêndio bastaria para aparelhar, em condições prósperas, numerosos núcleos coloniais, situados em lugares de fácil e produtiva adaptação.

Não significa isso desconhecimento da necessidade imperiosa de sanear as regiões densamente povoadas, sujeitas à devastação de endemias que depauperam os seus habitantes, diminuindo-lhes a capacidade de trabalho e aniquilando-lhes a descendência, através de gerações sucessivas.

Para atender ao saneamento rural, o Govêrno tem fornecido aos Estados apreciáveis recursos pecuniários. Trata-se, porém, de esforços parcelados, em benefício de determinados núcleos de população. O problema exige, entretanto, providências mais enérgicas e generalizadas.

Precisamos pôr em execução um plano completo de saneamento rural e urbano, capaz de revigorar a raça e melhorá-la como capital humano aplicável ao aproveitamento inteligente das nossas condições excepcionais de riqueza.

NORMA DO MESTRE

Sumarização a explicar: — Aumento do proletariado urbano — O pauperismo como resultante do

excesso de atividades sem ocupações fixas — A aristocracia do diploma e a ilusão do emprêgo público — Prazeres fáceis e ociosidade dissipadora — O retôrno ao campo — Povoamento e saneamento do solo — Educação das populações rurais — Assistência social e auxílios técnicos — Aproveitamento preferencial das faixas territoriais próximas das cidades — Saneamento rural pela União e pelos Estados — A raça melhorada como capital humano.

Questionário

Que males causa o aumento do proletariado citadino? — Qual a razão do pauperismo urbano? — Que inconveniente acarreta o doutorismo sem vocação? — Por que devemos voltar ao campo? — Que modalidades de assistência devem ser prestadas ao rurícola? — Por que preferir os tratos de terra mais próximos dos centros urbanos de importância? — Quais as vantagens para a raça resultantes do saneamento da terra e do homem?

A PALAVRA DO PROFESSOR

Excerto do discurso pronunciado
no Rio de Janeiro, no dia 2 de dezembro
de 1937.

A PALAVRA do professor não transmite apenas conhecimentos e noções do mundo exterior. Atua, igualmente, pelas sugestões emotivas, inspiradas nos mais elevados sentimentos do coração humano. Desperta nas almas jovens o impulso heróico e a chama dos entusiasmos creadores. Concito-vos, porisso, a utilizá-la no puro e exemplar sentido do apostolado cívico — infundindo o amor à terra, o respeito às tradições e a crença inabalável nos grandes destinos do Brasil.

NORMA DO MESTRE

Sumarização a explicar: — Considerações sôbre o professor e a nobre missão do seu magistério — O mestre instruindo e educando — Instilação na juventude do impulso heróico e dos entusiasmos creadores — Seu apostolado cívico, infundindo amor à terra e às tradições.

Questionário

Que conhecimentos e emoções compete ao professor transmitir aos discípulos? — Que vale o heroísmo na juventude? — Como adquirir o entusiasmo creador? — Por que o apostolado cívico é inerente ao professor? Que noções deve êle instilar à juventude?

O LUGAR DA IGREJA CATÓLICA

Excerto do discurso pronunciado
no Rio de Janeiro, no banquete ofere-
cido ao Episcopado Brasileiro, em 1939.

O BRASIL nasceu sob o símbolo da Cruz, e entre os que primeiro lhe percorreram o território virgem contam-se os missionários cristãos. Enquanto os colonizadores buscavam tesouros materiais, preparando o advento de uma nação forte, extensa, capaz de resistir no futuro às mais duras vicissitudes, trabalhavam os apóstolos de Cristo as almas, unindo-as pela fé, aperfeiçoando-as pela moral, infundindo-lhes sentimentos de paz e de solidariedade humana, gravando em cada coração brasileiro o divino preceito do Mestre: Amai-vos uns aos outros.

Na época pareceriam antagônicos os esforços dos pioneiros; postos em perspectiva pela história, dirigiam-se, entretanto, em idêntico sentido os destemidos bandeirantes, afundados nos sertões bravios em busca de ouro e gemas preciosas, e os animosos sacerdotes, seguindo-lhes os passos de gigante, no afã apostólico de aumentar os rebanhos de Cristo.

Tanto são figuras heróicas da nacionalidade os chefes das monções como Anchieta e os jesuítas evangelizadores do Norte e do Sul.

No Brasil Colônia, no Brasil Império, no Brasil República, o lugar da Igreja Católica está marcado em destaque, como fator preponderante na formação espiritual da raça, e as suas doutrinas e ensinamentos constituem as bases da organização da família e da sociedade.

A semente plantada era fecunda e frutificou. Consolidou-se na selva americana um país dos maiores do mundo, dotado de variados climas, cheio das múltiplas riquezas de que carece o homem para criar o progresso e a felicidade, habitado por um povo cuja vida se organiza cristãmente em exemplo de labor profícuo, de pacifismo e de cordialidade internacional.

A-pesar-de separados os campos de atuação do poder político e do poder espiritual, nunca entre êles houve choques de maior importância; respeitam-se e auxiliam-se. O Estado, deixando à Igreja ampla liberdade de prègação, assegura-lhe ambiente propício a expandir-se e a ampliar o seu domínio sôbre as almas; os sacerdotes e missionários colaboram com o Estado, timbrando em ser bons cidadãos, obedientes à lei civil, compreendendo que sem ela — sem ordem e sem disciplina, portanto — os costumes se corrompem, o sentido da dignidade humana se apaga e toda vida espiritual se estanca.

Tão estreita cooperação jamais se interrompeu; afirma-se, de modo auspicioso, nos dias presentes e há de intensificar-se certamente no futuro, mantendo a admirável continuidade da nossa história, rica de exemplos cristãos e de vultos veneráveis pelas virtudes sacerdotais, pelos sentimentos piedosos, pelo devotamento cívico, pela cultura e o saber — catequistas, educadores, guias de almas, mestres da eloquência e até soldados valorosos, quando a Pátria esteve em risco.

NORMA DO MESTRE

Sumarização a explicar: — A Igreja Católica — Síntese histórica dessa instituição — O Brasil nascendo sob o símbolo da Cruz — Catequese — Missionarismo cristão — Elogio dos jesuítas evangelizadores — Nóbrega e Anchieta — A Igreja na formação espiritual da raça — Constituição sob sua égide das bases da organização da família e da sociedade — O Estado e a Igreja — Liberdade de expansão e domínio sobre as almas — Colaboração com o Estado dos sacerdotes e missionários, obedientes à lei civil, pela ordem e pela disciplina, diques que se opõem à corrupção de costumes e ao apagamento da dignidade humana para que se não estanque a vida do espírito — Vultos da Igreja na História do Brasil.

Questionário

Que é a Igreja Católica? — Como se originou? — Por que se diz que o Brasil nasceu sob o símbolo da Cruz? — Que é catequese? — E missionarismo cristão?

— *Que serviços prestaram os jesuítas ao Brasil? — Quem foram Nóbrega e Anchieta? — Que instituições se organizaram sob a égide da Igreja? — Quais as vantagens da liberdade da Igreja dentro do Estado? — Por que é dever dos sacerdotes e missionários obedecerem à lei civil? — Quais os principais vultos da Igreja na História do Brasil?*

A PEQUENA PROPRIEDADE

Excerto do discurso pronunciado
em Salvador, no dia 28 de agosto de
1933.

PRECISAMOS pôr em execução um plano completo de saneamento rural e urbano, capaz de revigorar a raça e melhorá-la como capital humano aplicável ao aproveitamento inteligente das nossas condições excepcionais de riqueza.

Visando obter, para isso, os necessários recursos, já foi baixado um decreto criando o sêlo sanitário, sugestão do ilustre Dr. Belisário Pena, utilizada para assegurar a realização progressiva de uma das iniciativas mais úteis que o Brasil exige dos seus governantes.

É verdadeiramente contristador, em país de imigração como o nosso, observar-se o espetáculo doloroso de vastos conglomerados humanos entorpecidos pela malária, corroídos pela sífilis ou a lepra, remissos a qualquer atividade produtiva e condenados a inevitável decadência, por mínima de socorros dos poderes públicos.

Para assegurar o aproveitamento econômico da terra, povoar e sanear não é tudo. Faz-se mis-

tér, também, prender o homem ao solo, o que somente se consegue transmitindo-lhe o direito de domínio. Quem labora e cultiva a terra, nela deposita a sementeira e alicerça a casa — abrigo da família — deve possuí-la como proprietário. Facilitada a aquisição por baixo preço e parceladamente, o povoador poderá satisfazê-lo com o produto do próprio trabalho. Outro benefício, daí, ainda adviria. Aos poucos, veríamos desaparecer os tratos incultos e latifundiários, substituídos pela pequena propriedade, de vantagens sobejamente conhecidas, como fator poderoso de fatura e enriquecimento.

NORMA DO MESTRE

Sumarização a explicar: — Conceito do latifúndio e da pequena propriedade — Saneamento rural e urbano — O sêlo sanitário e sua aplicação — O dr. Belisário Pena e o apostolado que exerceu — Enfermidades que corroem os brasileiros — Importância econômica, social e moral do cultivo da terra.

Questionário

Que é latifúndio? — Que é pequena propriedade? — Quais as vantagens da instituição da pequena propriedade? — Que é o sêlo sanitário? — Quem foi o dr. Belisário Pena e que serviços lhe deve o país? — Quais as enfermidades que mais assolam os brasileiros? — Que benefícios e consequências resultam da instituição da pequena propriedade?

ALVORADA DE UMA ÉPOCA

Trechos do discurso pronunciado no
Rio de Janeiro, no dia 11 de junho
de 1933.

A HORA atual do Brasil marca a alvorada de uma época renovadora, propícia à eclosão das energias mansas e impetuosas, capazes de realizar o milagre das grandes transformações políticas e, até, de rejuvenescer velhos postulados ideológicos. A mocidade brasileira precisa preparar-se para os postos de responsabilidade e viver à altura desta hora, emprestando-lhe o ímpeto generoso e a inteligência vivaz, para que a Pátria, que tudo pode reclamar de seus filhos, ascenda, com maior rapidez, à glória de seus destinos.

A NINGUÉM é permitido descrever da grandeza futura do Brasil nem distinguir entre amigos e inimigos quando se trata de servi-lo. Para defendê-lo na sua independência, conquistada pelo esforço dos nossos maiores, e na sua unidade,

argamassada com o sangue dos nossos antepassados, não pode haver vacilações nem desfalecimentos. O apêgo ao torrão natal jamais deve degenerar em localismo extremado a ponto de impedir que a fé patriótica se expanda em sincero culto pela grande Pátria. Os sentimentos regionais só podem acrescer o espírito de veneração pelo Brasil uno e indivisível, porque, ao alto é mistér que prevaleça o orgulho de sermos todos brasileiros.

NORMA DO MESTRE

Sumarização a explicar: — O dever da mocidade para com o Brasil — A juventude patrícia e os postos de responsabilidade — Interêsses nacionais acima de amigos e inimigos — Condenação do localismo e separatismo atentatórios da nossa unidade territorial e política — Como entender o verdadeiro regionalismo — Orgulho de sermos todos brasileiros.

Questionário

Quais são os deveres primordiais da mocidade para com a Pátria? — Deve a juventude pretender os postos de responsabilidade? — Como combater o localismo atentatório da unidade brasileira? — Por que nos orgulhamos de haver nascido no Brasil?

TRÊS PROBLEMAS FUNDAMENTAIS

(SANEAR — EDUCAR — POVOAR)

Trechos do Manifesto lido no Rio
de Janeiro, em junho de 1934.

HÁ, NO BRASIL, três problemas fundamentais, dentro dos quais está triangulado o seu progresso: sanear, educar, povoar. O homem é produto do *habitat*. Disciplinar a natureza é aperfeiçoar a vida social. Drenar os pântanos, canalizar as águas para as zonas áridas, transformando-as em celeiros fecundos, é coquistar a terra. Combater as verminoses, as endemias, as condições precárias de higiene, é criar o cidadão capaz e conciente.

Educar equivale, também, a uma forma de saneamento. Educar não é, somente, instruir mas desenvolver a moralidade e o caráter, preparando o homem para a comunhão, ensinando-lhe as artes necessárias para a mais alta das virtudes: o conhecimento das suas próprias forças. O melhor cidadão é o que pode ser mais útil aos seus

semelhantes e não o que mais cabedais de cultura é capaz de exhibir. A escola, no Brasil, terá que produzir homens práticos, profissionais seguros, cientes dos seus variados mistéres. Ao lado das universidades de ensino superior, destinadas à formação das *élites*, faz-se necessário fundar a Universidade do Trabalho. Daí sairá, no futuro, a legião dos nossos operários, dos nossos agricultores, dos nossos criadores, em suma, a legião dos obreiros dos campos e das fábricas.

Povoar não é, a exemplo do que tem ocorrido entre nós, atrair imigrantes e localizá-los, empiricamente, no território do país. Antes de praticarmos um plano sistemático de rodovias, antes de resolvermos o problema da navegabilidade dos rios e o da construção dos portos, não conseguiremos povoar o Brasil racionalmente. Povoar é ligar os nódulos da nossa população ganglionar, esparsa em núcleos alongados pelo interior do país. E, para uní-los, para tirar-lhes a fisionomia gregária, devemos abrir, para todos, vias de comunicação.

O PROBLEMA do Brasil exige solução brasileira. O primeiro dever do governador é tirar o povo da ganga obscura que o tem envolvido pelos séculos afora. A-pesar-de tantos e tão duros tempos de infortúnio, de abandono, de cruel desídia,

suas naturais qualidades de inteligência, entusiasmo, empreendimento e generoso patriotismo têm aflorado nos momentos decisivos da nossa história. Demos a êsse povo, de onde já saíram homens imortais pelo saber, pelo caráter, pelo heroísmo e pela santidade, os instrumentos que sempre lhe faltaram ao desenvolvimento normal da sua capacidade creadora. Só um povo forte, instruído e conciente das suas enormes responsabilidades poderá conduzir êste vasto país, da grandeza de um continente, aos seus destinos superiores. E o povo brasileiro, por suas virtudes, é digno do berço em que nasceu.

NORMA DO MESTRE

Sumarização a explicar: — O triângulo a que está condicionado o progresso do Brasil: sanear, educar, povoar — Drenagem dos pântanos, combate às verminoses, endemias e às precárias condições de higiene — A disciplinação da natureza — Não basta sòmente instruir, mas desenvolver a moralidade e o caráter — Finalidade da nossa produção escolar — A formação das *élites* pelas universidades de ensino superior — O que é uma universidade do trabalho — Povoamento racional do país — Urdidura de um plano sistemático para que êle se realize sem gregarismos ligando os nódulos da nossa população ganglionar, esparsa em núcleos pelo vasto *hinterland* brasileiro — Instrumentos que sempre faltaram aos nossos patrícios a bem do desenvolvimento normal da sua capacidade creadora.

Questionário

Qual o triângulo a que se acha condicionado o progresso do Brasil? — Que resultados advirão do saneamento da terra e do homem? — Que exprime disciplinar a natureza? — Por que não basta somente instruir? — Como preparar o cidadão? — Qual a finalidade da escola em geral? — E a das universidades de ensino superior? — Que é uma universidade do trabalho? — Que é preciso empreender para povoar racionalmente o país? — De que instrumentos precisam os brasileiros a bem do desenvolvimento normal da sua capacidade creadora?

O SOLDADO BRASILEIRO

Excerto do discurso pronunciado
em Petrópolis, no dia 29 de abril de
1937.

NO MOMENTO de perturbações generalizadas que atravessa o mundo, quando as nações de mais sólida estrutura se aprestam para melhor garantir o seu progresso, não constitue veleidade mas esforço digno de encômios cuidar do aparelhamento normal da nossa defesa.

Num país de economia em organização, com abundantes fontes de riqueza por explorar, dono de vasto território ainda não articulado por vias de comunicação que lhe venham dar perfeita homogeneidade social e econômica, e na fase culminante do seu caldeamento étnico, a função das corporações militares sobreleva a de quaisquer outras, em importância e complexidade.

Além da vigilância e garantia que oferecem, são entidades educadoras em contacto direto com as populações, às quais dão exemplo e estímulo de amor à Pátria e respeito às instituições. Porisso mesmo, arcam com responsabilidades graves e pesadas, como sejam as de colocar-se, a qualquer

momento, contra as forças desintegradoras disfarçadas à sombra de falsas reivindicações ou mal dissimuladas em suscetibilidades regionalistas, fonte de exploração preferida para as ambições de grupos, geralmente contrapostos aos legítimos interesses nacionais.

Os pretextos, com frequência, utilizados para justificar as arremetidas facciosas não conseguem ocultar os verdadeiros intentos de condenáveis hegemonias particularistas. Está de moda invocar o princípio de autonomia local, consignado na Constituição de Julho, cujos dispositivos o Governo Federal é o primeiro a fazer respeitados, para coonestar a pretensão insensata dos que se querem impôr à Nação como árbitros, pouco se lhes dando os prejuízos que lhe causam e o desassossêgo levado ao campo das atividades produtoras, em detrimento de todos os brasileiros.

Não é fortuita a coincidência atribuída aos objetivos de luta, próprios da tática comunista e dos pregoeiros de melindres locais. O afrouxamento dos laços de unidade nacional, pela surda investida contra as bases federativas, entra, igualmente, nos arremêdos programáticos dos autonomistas belicosos e dos extremistas vermelhos.

O soldado brasileiro sempre considerou sagrada a integridade pátria; nunca trilhou outro caminho que não fôsse o do fortalecimento do poder civil; e, mais honrado em cumprir deveres do que em invocar direitos, permanece a cavaleiro

das suspeitas de tutela, dando exemplo edificante de altruismo aos que se desmandam em fantasias e competições de poderio.

Não será patriótico consentir que, acima dos sentimentos unânimes do povo, da tranquilidade indispensável ao trabalho e ao progresso da Nação, se coloquem os sindicatos políticos, que vão buscar apóio para as suas aventuras em emprêsas estrangeiras, que lhes fornecem recursos materiais, resgatáveis, mais tarde, em benefícios lesivos aos interêsses da coletividade.

Guardar atitude passiva ante as ameaças dos elementos desagregadores é o mesmo que aliar-se a êles. Constitue função precípua dos govêrnos a garantia da ordem. Mas o melhor meio de garantir a ordem é prevenir a desordem evitando as suas funestas e danosas consequências.

O soldado tem o culto da Pátria, representada no pavilhão nacional, diante do qual todos os dias desfila em continência.

Encarai com orgulho a nossa bandeira e atentai na sua beleza simbólica. Ela é verde e encerra todas as nossas esperanças; é pequena mas cobre todo o nosso vasto território.

As fôrças armadas jamais permitirão que outras bandeiras tremulem mais alto do que a nossa; e todos os bons brasileiros, no momento preciso, acorrerão aos seus quadros, unidos na exaltação da mesma fé e decididos a viver para a Pátria ou a morrer pela Pátria.

NORMA DO MESTRE

Sumarização a explicar: — A função das corporações militares sobrelevando a de quaisquer outras — Motivos dessa sobrelevância — As forças armadas como entidades educadoras em contacto direto com as populações — Exemplo e estímulo de amor à Pátria e respeito às instituições — O Exército e o fortalecimento do poder civil — Uma organização mais ciosa de cumprir deveres que de invocar direitos — Altruismo do soldado brasileiro — Culto da Pátria representada pelo pavilhão nacional, diante do qual desfila diariamente em continência — Exortação à disciplina e ao patriotismo do soldado, pois o Exército é a Nação armada, que todos os brasileiros têm a obrigação de servir, mesmo com o sacrifício da própria vida — Caxias — Osório — Deodoro — Floriano.

Questionário

Por que a função das corporações militares se sobreleva a de quaisquer outras? — Por que as forças armadas são consideradas entidades educadoras? — Que exemplo e estímulo proporcionam aos brasileiros? — Por que o Exército ampara e fortalece o poder civil? — Por que o soldado brasileiro é altruista? — Que imagem incarna a Bandeira? — Por que todos os brasileiros estão na obrigação de prestigiar e servir ao Exército, mesmo com o sacrifício da própria vida? — Quais os capitais vultos do Exército Brasileiro?

NOSSA HISTÓRIA

Excerto do discurso pronunciado no
Rio de Janeiro, no dia 7 de setembro
de 1936.

ENQUANTO a história de numerosas nações é feita de violentos contrastes, de exaltações triunfantes e crises depressivas, a nossa apresenta uma ascensão constante, uma firmeza capaz de inspirar absoluta confiança no futuro.

Emancipados sob a forma de monarquia constitucional representativa, chegámos, depois de um período experimental de auto-governação, ao regime republicano, sem quebrar a continuidade de nossa estrutura democrática, desfrutando amplas perspectivas de progresso e lugar cada vez mais respeitável no seio de povos civilizados.

Ninguém, de bôa fé, pode negar o ardente esforço do povo brasileiro para engrandecer e dignificar a Pátria comum, sempre fiel aos ideais de justiça e solidariedade humana.

Todo o nosso progresso político e social se fez dentro dos rumos traçados pelos estadistas que fundaram a Nacionalidade: — o espírito de con-

córdia, a preeminência da paz para o trabalho fecundo, da ordem para o esforço creador.

Nas próprias lutas internas se refletem essas tendências de tolerância e equanimidade na ação. Mesmo naquelas mais violentas, conseguimos manter a ascendência dos princípios humanos e cristãos.

Os calamitosos acontecimentos que abalaram e fizeram sangrar o mundo, neste século, em nada modificaram a nossa fisionomia moral.

Atingimos pacificamente elevado estágio de desenvolvimento cultural, institucional e econômico. Sem lutas e sobressaltos perturbadores, assegurámos a interferência conciliadora do poder público na solução dos conflitos de interesses privados, na assistência social, no amparo e propulsão da vida econômica. E ainda sob êste aspecto o nosso avanço é digno de apreço. Assim como o organismo político se foi solidificando e estabilizando, sempre no sentido de dominar os particularismos e unificar a vontade coletiva numa fórmula de alta coesão nacional, ampliaram-se, paralelamente, as possibilidades da economia interna. Já não somos um país exclusivamente agrário, jungido à luta pelos mercados consumidores de matérias-primas e esmagado pelo peso das aquisições de produtos industriais.

Tendes aí, esboçado a ligeiros traços, o panorama da vida nacional, em pouco mais de um século de emancipação política. O que realizá-

mos, em tão curto espaço de tempo, justifica plenamente a fé e serenidade com que continuamos a trabalhar pelo engrandecimento da Nação. Se obstáculos ainda nos embaraçam a marcha, não são êles irremovíveis. Havemos de transpô-los de ânimo forte e sem riscos. Nem mesmo os que se levam à conta de erros ou desacertos nos devem decepcionar. Muitos são inevitáveis, próprios da fase de crescimento que atravessamos. Tenhamos a coragem de reconhecê-los, sejam quais forem, para corrigi-los e tirar deles ensinamentos, estímulos e maior confiança em nós mesmos.

NORMA DO MESTRE

Sumarização a explicar: — O sentido evolutivo da história do Brasil — A lógica serena do evoluer dos fatos — Pequenas perturbações, conflitos políticos e rebeliões esporádicas não alteraram uma diretiva verdadeiramente providencial — O espírito democrático em transformações sucessivas desde a Independência à República — Sua persistência consoante os imperativos de cada época, mas obediente aos rumos traçados pelos fundadores da nacionalidade — Tolerância e equanimidade nas lutas internas — Ascendência da formação cristã no caráter brasileiro — Fisionomia moral da nossa gente em face da desordem mundial — Mediação do poder público na resolução dos assuntos sociais e econômicos — Solidez do nosso organismo político — Pluralidade da nossa produção — Confiança nos destinos da Pátria.

Questionário

Como se tem processado a história do Brasil? — Que é espírito democrático? — Quais as transformações experimentadas por êsse princípio? — De que forma pensavam os fundadores da nacionalidade? — Que idéias norteavam José Bonifácio? Que influência teve o Cristianismo na plasmação do caráter brasileiro? — Qual a nossa posição diante da angústia mundial? — Que vantagens auferem o trabalho e o capital com a mediação do Estado nos seus conflitos? — Somos um sólido organismo político? — Por que devemos encarar confiantemente o futuro?

A ORDEM E O TRABALHO

Excertos do discurso pronunciado
no Rio de Janeiro, no dia 1 de maio
de 1938.

NENHUM govêrno, nos dias presentes, pode desempenhar a sua função sem satisfazer as justas aspirações das massas trabalhadoras.

Podeis interrogar, talvez: Quais são as aspirações das massas obreiras, quais os seus interesses? E eu vos responderei: A ordem e o trabalho!

Em primeiro lugar, a ordem, porque na desordem nada se constrói; porque, num país como o nosso, onde há tanto trabalho a realizar, onde há tantas iniciativas a adotar, onde há tantas possibilidades a desenvolver, só a ordem assegura a confiança e a estabilidade.

O TRABALHO é o maior fator da elevação da dignidade humana!

Ninguém pode viver sem trabalhar e o operário não pode viver ganhando, apenas, o indispensável para não morrer de fome!

O trabalho justamente remunerado eleva-o na dignidade social. Além dessas condições, é forçoso observar que, num país como o nosso, onde em alguns casos há excesso de produção, desde que o operário seja melhor remunerado, poderá, elevando o seu padrão de vida, aumentar o consumo, adquirir mais dos produtores e, portanto, melhorar as condições do mercado interno.

DA FIXAÇÃO dos preceitos do cooperativismo na Constituição de 10 de novembro deverá decorrer, naturalmente, o estímulo vivificador do espírito de colaboração entre todas as categorias de trabalho e de produção. Essa colaboração será efetivada na subordinação ao sentido superior da organização social. Um país não é apenas um conglomerado de indivíduos dentro de um trecho de território mas, principalmente, a unidade da raça, a unidade da língua, a unidade do pensamento nacional.

É preciso, portanto, para a realização desse ideal supremo, que todos marchem unidos, em ascensão prodigiosa, heróica e vibrante, no sentido da colaboração comum e do esforço homogêneo pela prosperidade e pela grandeza do Brasil!

NORMA DO MESTRE

Sumarização a explicar: — As aspirações das massas trabalhadoras — O trabalho, fator da elevação da dignidade humana — Sua justa remuneração — Preceitos do cooperativismo na Constituição de 10 de novembro — Subordinação ao sentido superior da organização social — Sentido da colaboração comum e do esforço homogêneo pela prosperidade e pela grandeza do Brasil.

Questionário

Quais deverão ser as aspirações das massas obreiras em nosso país? — Por que se recomendam a ordem e o trabalho? — Que é o trabalho? — Por que é indispensável a sua justa remuneração? — Que preceitos cooperativistas consagrou a Constituição de 10 de novembro de 1937? — Que sentido imprimir a essa colaboração?

A A M A Z Ô N I A

Trecho do discurso pronunciado em
Belém, E. do Pará, no dia 27 de se-
tembro de 1933.

A PRAZ-ME imaginar o que será esta vastidão, onde se estendem as terras fertilizadas pela bacia do Amazonas, sem rival em superfície e volume no mapa do mundo, quando nela estiver fixada a inteligência e a atividade de cem milhões de brasileiros.

A primeira impressão que se experimenta é de deslumbramento e espanto. O grandioso na natureza, inicialmente, assombra amesquinhando o homem. Depois, vem a reação. Faz-se a análise retrospectiva do que representa a civilização como vitória da humanidade contra as fôrças brutas naturais e adquire-se a consciência de que o homem vencerá a Amazônia, terra virgem a emergir do caos primitivo, único pedaço do planeta cuja conformação final ainda se processa.

Decorrente da própria condição de imaturidade da terra, avultam, em parte, as dificuldades e imprevistos a vencer para seu aproveitamento econômico.

Como todas as regiões opulentas em riquezas naturais inexploradas, a Amazônia foi, em épocas de fastígio, objeto de cobiça e vítima do espírito aventureiro. A sua conquista iniciou-se sob a forma rudimentar de assalto às riquezas que encerra. O homem, durante muito tempo, passou pelas suas florestas como visitante apressado, à caça de tesouros. Da sua passagem, a terra virgem e impetuosamente fértil conhecia apenas os vestígios dos roteiros traçados ao acaso ou os efeitos da devastação sistemática para aproveitar-lhe a produção agreste.

Esse traço de nomadismo aventureiro caracterizou a ação do homem na vida amazônica, refletindo-se semelhantemente na atividade do próprio poder público. Se o indivíduo, ofuscado pela ambição de enriquecer, veloz e facilmente, se atirava, sôfrego e imprevidente, em um mundo que lhe era desconhecido nos seus proveitos e perigos, o Estado, por sua vez, imitava-o, envolvendo-se no mesmo surto de desacertos e imprevidências.

O caso da borracha é, nesse sentido, exemplificante. Descobertos os filões do ouro negro, multidões adventícias acorreram aos seringais insalubres, transformados em verdadeiros campos de luta, onde a vida humana se aferia pela resistência ao pesado trabalho de extração do precioso *latex*. Quando o seringueiro, depois de tormentosos enbates, conseguia emergir do “inferno verde” com o produto do titânico esforço, sofria a ilusão do

deslumbramento, vendo-o metamorfoseado em ouro autêntico. A mutação brusca da miséria em abundância embriagava-o. Os instintos faziam-no perdulário. Com raríssimas exceções, desperdiçava, no fausto e na satisfação de prazeres momentâneos, a fortuna tão rapidamente alcançada. Esgotado de recursos, repetia a aventura trágica e magnífica. Voltava à selva inhóspita para regressar mais tarde, quando regressava, novamente vencedor ou transformado, pela insídia do clima, em verdadeira ruína humana.

Aos poucos, estimulados pela ambição sem limite e pela procura crescente do produto que a Amazônia monopolizava, os exploradores da borracha procuravam aumentar a margem dos lucros, elevando, periódicamente, sem descortino econômico, o custo da unidade exportável e encarecendo-o até ao exagêro.

A reação, como sempre acontece nesses casos, tornou-se inevitável... Matéria prima de consumo intensivo, não podia ficar à mercê da valorização injustificável e desmedida que alteou a sua cotação ao valor de quasi uma libra moeda, por quilograma, ao câmbio da época. Esse excesso de lucros provocou a concorrência. Grandes capitais foram aplicados na cultura da *hevea*, em terrenos especialmente escolhidos e aparelhados para uma exploração em larga escala e de custo módico. Semelhante competência tinha de ser fatal ao produto brasileiro. Dez anos depois, começou a

derrocada, e, hoje, em um consumo mundial de 700.000 toneladas, o Brasil, monopolizador da borracha e exclusivo fornecedor das sementes para as plantações inglesas e holandesas da Ásia, desapareceu do quadro dos produtores, exportando apenas 20.000 toneladas e por preço tão baixo que nem sequer compensa a dispendiosa indústria extrativa, realizada pelos antigos métodos empíricos e primitivos.

A AMAZÔNIA ressurgirá.

Em tempo remoto, de conquistas e descobertas, quando o primeiro desbravador desceu, assombrado, o rio caudaloso, criou a lenda maravilhosa que lhe deu o nome. Nas suas margens, localizou o Eldorado e o Reino fantástico das Amazonas. Nessas épocas de aventuras heróicas, o Eldorado não foi atingido e as Amazonas desapareceram. Permanece, no entanto, o prestígio da lenda, como antecipação da realidade.

Sentimos, talvez, persistência do espírito gerador da ficção, que o Eldorado, nesta prodigiosa região do globo, ainda se oculta. Os brasileiros, com esforço contínuo e labor disciplinado, hão-de descobri-lo. A era de ouro prometida surgirá — fruto da riqueza, amadurecido pelo trabalho. E, pela caudal impetuosa, onde Orellana combateu as Amazonas, descerão os tesouros da agricultura

e da indústria, para abastecer os mercados do mundo.

NORMA DO MESTRE

Sumarização a explicar: — A bacia do Amazonas — Breve descrição geológica e geográfica do vale — Investida do homem, povoamento e conquista da terra — Explorações extrativas. — O seringueiro, o tapúia — A borracha — Fastígio do *latex* — Apropriação das sementes da *hevea* — Sistemática produção na Ásia — Decadência do ouro negro — A lenda do Eldorado e das Amazonas — Fixação da planta humana — Agricultura e indústria, como fatores do ressurgimento amazônico.

Questionário

Qual a área da bacia amazônica? — Qual a formação geológica do vale? — De quando data a infiltração exploradora do homem na Amazônia? — E a colonizadora? — Que produtos exploráveis encontrou? — Que é o seringueiro? — E o tapúia? — Que importância teve a borracha na economia regional e na do Brasil? — Por que decaiu a exportação desse produto? — Como poderá ressurgir economicamente a Amazônia?

SOLIDARIEDADE CRISTÃ

(A PROPÓSITO DO NATAL)

Excertos do discurso pronunciado
no Rio de Janeiro, na noite de Natal
do ano de 1939.

COMEMORAMOS a grande data da Cristandade — o nascimento de Jesús — e á simples evocação da imagem do Deus-Menino, nimbado de doçura apostólica, sentimos reacender-se a fé nas almas e os corações confraternizarem sob o influxo transfigurador das suas divinas virtudes, dos seus imortais exemplos de justiça e altruísmo, de amor pelos fracos, de piedade pelos sofredores.

Nenhum momento me parece, por isso, mais próprio para falar aos vossos arraigados sentimentos de solidariedade cristã e convocar-vos a colaborar ativamente na obra já iniciada em favor do bem-estar e da saúde das mães e das crianças.

Pelo nosso vasto território desde os centros urbanos aos pequenos núcleos de população, ainda não se conseguiu instalar uma rêde eficiente de serviços de maternidade e amparo à infância, de útil e patriótica finalidade. Todos sabem quanto

é, entre nós, precário o tratamento das gestantes e elevado o coeficiente de mortalidade de recém-nascidos, sobretudo nas classes menos protegidas da fortuna.

Problema de tamanha relevância, diretamente ligado ao progresso e ao futuro da Nacionalidade, não poderia ser relegado a segundo plano. Cumpriria encará-lo de ânimo decidido, e assim procedemos, pondo em ação o máximo possível dos recursos administrativos. Mas, por mais que se faça, se não imprimirmos às nossas iniciativas o caráter de verdadeira campanha de cooperação nacional, veremos a desejada solução e os seus enormes benefícios retardados por longo tempo.

É preciso que em cada lar, médio ou abastado, se articulem as vontades generosas e se mobilize o espírito filantrópico do nosso povo, afim de que o ato mais sagrado da vida de família deixe de ser causa de apreensões para os pais e se transforme em benção e sadio conforto moral.

É PRECISO que as crianças dêsses colaboradores anônimos da prosperidade individual sejam devidamente amparadas e, enquanto as mães ganham o pão nas fábricas e oficinas, os filhos pequeninos estejam nas creches, recebendo, com os cuidados higiênicos necessários, alimentação sadia

e adequada, e os mais crescidos estudem nos jardins de infância e escolas próprias da idade.

Acredito que êste desejo de melhorar a raça, de dar ao país gente forte e sadia encontre ampla compreensão em todos os setores das atividades nacionais.

E é por isso que concito os homens de sentimentos nobres, as mulheres — sempre inclinadas aos gestos de bondade e altruísmo — os médicos concientes de sua missão e especialmente as pessoas de fortuna ao dever de aplicar em obras de filantropia e assistência social parte do que lhes sobeja, se não desejam ser apontados como egoístas endurecidos e simples amealhadores de pecúnia.

Alimento a esperança, tenho mesmo a certeza de que, dentro em pouco, de todos os recantos do nosso território se levantarão vozes de apôio e se organizarão esforços, formando um movimento de edificante solidariedade, capaz de assegurar completo êxito à campanha destinada a amparar a maternidade e a oferecer à Pátria gerações vigorosas.

Sei como o vosso coração transborda do desejo de servir o Brasil e tenho a segurança de que esta sugestão, como a bôa semente em terra fértil, germinará opulenta florindo e frutificando em obras de benemerência, dignas do vosso patriotismo e da noção elevada que tendes da solidariedade humana.

Acudindo a êste apêlo em favor da maternidade e da infância, feito deliberadamente no dia de Natal, tereis, por certo, prestado homenagem bem grata àquele que veio ao mundo como símbolo da bondade, amparo dos fracos e das crianças, e contribuireis de maneira decisiva para o fortalecimento da juventude, garantia futura do engrandecimento da nacionalidade brasileira.

NORMA DO MESTRE

Sumarização a explicar: — Confraternização dos corações sob o influxo transfigurador das divinas virtudes, dos imortais exemplos de justiça e altruísmo, de amor aos fracos e de piedade pelos sofredores, confraternização essa brotada à simples evocação da imagem do Deus-Menino — Breve discurso sôbre o “Sermão da Montanha” — Solidariedade cristã na tarefa iniciada em favor do bem-estar e da saúde das mães e das crianças — Ausência de uma rêde eficiente de serviços de maternidade e amparo à infância — O precário tratamento das gestantes e a mortalidade de recém-nascidos, maximé nas classes menos protegidas — Um problema ligado ao futuro da nacionalidade — Sua resolução por via de uma verdadeira campanha de cooperação nacional — Creches, jardins da infância e escolas próprias da idade para os filhos do proletariado feminino — Mobilização dos homens de sentimentos nobres, da alma altruística da mulher, dos médicos concientes da sua missão e, principalmente, dos homens de fortuna, concitando-os a aplicar em obras de filantropia o que lhes sobra, se não desejarem ser apontados egoístas endurecidos e simples amealhadores de pecúnia.

Questionário

Por que a evocação do nome de Jesús sugere a confraternização dos homens? — Que é o “Sermão da Montanha”? — Onde Cristo o pronunciou? — Por que é de solidariedade cristã a obra iniciada pelo Estado Novo a favor da saúde das mães e das crianças? — Quais as causas da mortalidade dos recém-nascidos nas classes pobres? — Por que a questão da maternidade e da infância é problema ligado ao porvir da nacionalidade? — Como encetar uma campanha de cooperação nacional afim de resolvê-la? — De que institutos carecem os filhos da mulher proletária? — Que fatores mobilizar para a consecução dêsse desiderato? — Como julgar os homens de fortuna que se alheiam das obras de filantropia?

D. PEDRO II

Excerto do discurso pronunciado
em Petrópolis, no dia 5 de dezembro
de 1939.

OS FUNDADORES da República e os homens que nela se educaram jamais deixaram de reconhecer-lhe e exaltar-lhe o devotamento cívico e as nobilíssimas virtudes pessoais.

Nunca existiu, entre nós, nem mesmo no período candente da propaganda republicana, quem o denegrisse; nem mesmo na hora do ocaso e da despedida quem o humilhasse; nem depois, quem lhe vilipendiasse o nome. Vencido pela revolução política, destronado, exilado, D. Pedro conduziu-se, por sua vez, com admirável dignidade acatando silenciosa e resignadamente a decisão do seu povo e desaconselhando as maquinações reacionárias contra o novo regimen.

A República e o Imperador foram assim adversários leais, que se respeitaram mutuamente, dando um raro exemplo de magnanimidade e compreensão patriótica que só nos deve orgulhar.

Com o decorrer dos anos, à medida que o regimen se consolidava como instrumento poli-

tico apropriado ao nosso progresso e aspirações de povo livre, desapareceram as restrições em relação à família imperial, trasladando-se, afinal, para o solo brasileiro os despojos mortais do Imperador.

Cumpria-se, assim, um dos seus mais ardentes votos de patriota: — repousar definitivamente na terra que tanto amou.

Evocando a figura de D. Pedro II, rendendo justiça que lhe é devida, no precisar os seus serviços mais salientes ao País e no exaltar os seus méritos excepcionais, outra cousa não fazemos senão firmar o pronunciamento da História. Sobre a sua personalidade, o julgamento definitivo já teve tempo de se formar, com serenidade e isenção de ânimo, sagrando-o como um brasileiro ilustre, notável por todos os títulos, que honrou o seu País e a época em que viveu.

Pode debater-se, com abundância de argumentos, a questão de saber se a duração da Monarquia representou um benefício para a organização da nacionalidade salvando-a dos abalos internos e das lutas caudilhescas, ou se foi fator de retardamento da nossa evolução social e política. Não se pode, porém, negar que a sua existência, nos últimos 50 anos, foi obra, em grande parte, do prestígio pessoal do Imperador.

O que lhe dava fôrças para exercer tão grande influência nos destinos políticos da Nação era, sem dúvida, a individualidade moral — o

patriotismo, a virtude, o saber, a honestidade e o bom senso — complexo de qualidades que fizeram dele uma figura de renome universal.

A cultura humanista e o amor aos livros e à ciência puseram-no em contacto íntimo com os maiores pensadores, poetas e filósofos do tempo. O seu espírito de tolerância, de moderação e generosidade afetiva, espelhava os traços fundamentais do caráter brasileiro, e essa identidade de temperamento explica psicologicamente a admiração e o prestígio populares que lhe aureolaram o nome. Pela austeridade da sua vida de homem bom e justo, êle dominou todo o panorama do Segundo Reinado, pairando acima das competições pessoais, dos partidos e das paixões políticas.

Em seu longo reinado, o Brasil viveu momentos decisivos: — consolidou a sua vida interna pela integração nacional; combateu duas guerras estrangeiras que lhe foram impostas; evoluiu do trabalho escravo para o trabalho livre; iniciou a sua indústria; introduziu os primeiros melhoramentos para a modernização dos transportes e meios de comunicação.

O declínio do Imperador, abatido pelas doenças e pela idade, marca precisamente o fim das instituições monárquicas. O Império que êle encarnava, tinha cumprido a sua grande missão histórica e esgotado a sua capacidade de ação. O regimen republicano, viva aspiração desde os

tempos coloniais vinha substituí-lo, abrindo novos horizontes ao desenvolvimento social e econômico do País.

Agora, decorrido quasi meio século da morte de D. Pedro II, o próprio Governo da República, em reconhecimento aos grandes serviços que prestou ao Brasil, inaugura êste mausoléu, destinado a guardar as suas cinzas venerandas, no seio amigo da sua cidade de Petrópolis, dentro da Catedral cuja construção teve início sob o seu generoso patrocínio.

Aquí poderá êle descansar para sempre, confiado à veneração de todos os brasileiros, entre os coros festivos das flores e das crianças tão caras ao seu espírito, ao pé destas montanhas e à sombra destas árvores que o viram passar tantas vezes, sereno e acolhedor, em contacto com o povo que governava e de pensamento no alto, embebido nas puras fontes da meditação e da sabedoria.

NORMA DO MESTRE

Sumarização a explicar: — O devotamento cívico e as virtudes pessoais de D. Pedro II — Seu reconhecimento pelos fundadores da República — A dignidade do Imperador no exílio, acatando os desígnios do povo — Consolidado o regímen, a família imperial e despojos do Imperador voltam ao Brasil — Cumpre-se o voto de D. Pedro: repousar definitivamente na terra do seu berço — O pronunciamento da História acêrca dos méritos excepcionais do monarca e dos serviços pres-

tados ao país — A existência da Monarquia em cinquenta anos obra, em grande parte, do prestígio pessoal do Imperador — Individualidade moral, patriotismo, saber, honestidade, tolerância e generosidade espelhando os traços fundamentais do caráter brasileiro — Um homem que pairou acima das competições pessoais, dos partidos e das paixões políticas — Os momentos decisivos do Brasil sob o reinado de D. Pedro de Alcântara: consolidação da vida interna do Império pela integração nacional; duas guerras que nos foram impostas e das quais saímos vitoriosos; substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre; iniciação da indústria; introdução dos primeiros melhoramentos para a modernização dos transportes e meios de comunicação — O declínio físico do Imperador assinalando o fim das instituições monárquicas — A República abrindo horizontes novos ao desenvolvimento do Brasil — O mausoléu de D. Pedro, monumento da República, no seio da Catedral de Petrópolis, ao grande cidadão.

Questionário

Que atributos morais exornavam a individualidade de D. Pedro II? — Que virtudes lhe reconheciam os fundadores da República? — Como se manteve o Imperador no exílio? — Que causa determinou o levantamento das restrições à família imperial? — Como se conduziu D. Pedro de Alcântara diante dos partidos políticos, das competições pessoais? — Que serviços lhe deve o Brasil? — Quais as guerras externas em que se empenhou? — Que fato assinalou o fim das instituições monárquicas? — Que possibilidades abriu a República ao desenvolvimento do Brasil? — Onde foi erigido o mausoléu de D. Pedro, e qual a razão da escolha do local?

O DIREITO NOVO

Trecho do discurso pronunciado no
Rio de Janeiro, no dia 4 de maio de
1931.

A TRAVESSAMOS momento de profundas e radicais transformações. Para legislarmos com segurança e previsão, é indispensável investigar e compreender as modificações sociais do mundo moderno, visto como vivemos o tempo em que se consegue, até, demonstrar a relatividade das leis físicas, secularmente julgadas absolutas.

No domínio jurídico, as condições da existência em sociedade, os fatores predominantes em certo período histórico, vão fazendo surgir novos institutos, criando direitos e obrigações que à ciência jurídica incumbe dar forma e sanção legais.

A grande força dominadora e renovadora da vida social contemporânea é, principalmente, de caráter econômico. O edifício do direito novo, a erigir-se, remodelado da base ao alto, para conseguir solidez e eficiência, deve ter por argamassa os fatos econômicos, perscrutados nas suas origens, previstos na sua marcha e ascensão, prog-

nosticados nos seus fins. A ordem jurídica precisa, pois, refletir a ordem econômica, garantindo-a e fortalecendo.

A propósito, lancemos ligeiro olhar sôbre o passado, fazendo rápida análise dos pontos predominantes na evolução política ocidental dos últimos tempos.

FUNÇÕES DO ESTADO

Os movimentos emancipadores, ocorridos ao alvorecer do século anterior, abatendo os privilégios de casta, desenfudando a propriedade e tornando triunfantes os direitos do homem, asseguraram, pela livre concorrência, o acesso dos indivíduos a todas as posições, conforme a capacidade de cada um.

Esta conquista — característica do individualismo filosófico — repercutiu na organização constitucional dos países cultos. Originou o constitucionalismo clássico, que deu cunho ao século XIX, com reação natural ao absolutismo, até então dominante, e derivou para o cerceamento das funções do Estado ao mínimo possível, reduzindo-as, quasi exclusivamente, à manutenção da ordem e à distribuição da justiça.

Mas o progresso vertiginoso dos tempos presentes, os múltiplos problemas morais e sociais provocados pela complexidade da vida moderna,

alargaram, naturalmente, o poder de ação do Estado muito além dos limites traçados pelo romantismo político do regime parlamentar.

Referindo-se às alterações do conceito do Estado, em face das circunstâncias históricas, Wilson afirma, com verdade: "Grande parte das transformações impostas ao conceito do Estado consiste em simples modificação do método e extensão do exercício das funções do Governo, que lhes são inerentes". Efetivamente, o Estado, que é a sociedade organizada, dirigido e impulsionado pelo interesse público, neste somente deve encontrar os limites normais a seu poder de intervenção.

À luz destes princípios, o próprio direito modifica-se em sua concepção, afasta-se do conceito clássico e deixa de ser conjunto de regras abstratas para se transformar em sistema de defesa social, adaptado à existência particular da comunidade onde vigora.

No quadro dos interesses sociais, o poder de polícia do Estado chega a atingir e absorver os interesses privados. Esse poder de vigilância, que, na órbita constitucional, se traduz nas grandes medidas de exceção, concernentes à ordem pública, na esfera administrativa, desdobra-se em polícia econômica, sanitária, de costumes, educativa, tudo envolvendo e controlando, e intervindo soberanamente na regulamentação do trabalho, na fiscalização das indústrias, nas relações do comércio.

AS LEIS, EXPRESSÃO DOS FENÔMENOS SOCIAIS

A simples enunciação dêsses aspectos das funções do Estado descobre, aos nossos olhos, novo e dilatado campo de experiências jurídicas.

Se as leis expressam direitos e o direito moderno, sob o impulso de fenômenos sociais irresistíveis, tem sofrido modificações radicais, devido às contingências oriundas do entrelaço econômico dos povos — justo é que a vossa função legisladora se enquadre nos imperativos da época, procurando dar ao Estado a fôrça e o poder capazes de dominar os imprevistos do novo período de transformação humana que se inicia.

NORMA DO MESTRE

Sumarização a explicar: — As profundas transformações do século — Compreensão das modificações sociais do mundo moderno para legislarmos com segurança — Os fatos econômicos alicerçando e argamassando o edifício do Direito Novo — A ordem jurídica refletindo, garantindo e fortalecendo a ordem econômica — Evolução política ocidental nos últimos tempos — A Revolução Francesa e os direitos do homem — Livre concorrência e acesso dos indivíduos, conforme sua capacidade, a todas as posições — O individualismo filosófico repercutindo na organização constitucional dos países cultos — O constitucionalismo clássico do século XIX, reduzindo as funções do Estado quasi que exclusivamente à manutenção da ordem e à distribuição

da justiça — O vertiginoso progresso hodierno alargando o poder do Estado além dos limites traçados pelo romantismo político do parlamentarismo — Uma afirmação de Wilson — O interesse público ditando ao Estado o seu poder de intervenção — Alteração das concepções do direito clássico mediante sua transformação em sistema de defesa social — O poder de polícia do Estado atingindo e absorvendo os interesses privados — Vigilância na órbita constitucional — Polícia econômica, sanitária, de costumes, educativa, regulamentação do trabalho, fiscalização das indústrias, das relações de comércio, etc. — As leis, expressão dos fenômenos sociais.

Questionário

Quais as principais transformações sociais do século? — Qual a importância dos fatos econômicos nas modernas concepções do Direito? — Que outra ordem de cousas reflete a ordem jurídica? — Que princípios derivaram da Revolução Francesa? — Quais os característicos do constitucionalismo no século XIX? — Por que o Estado teve necessidade de alargar o seu poder? — Quem dita ao Estado o seu poder de intervenção? — Por que sistema se substituiu o Direito clássico? — Até que ponto se dilata o poder do Estado moderno?

A S Ê C A

Trecho do discurso pronunciado em
João Pessoa, no dia 8 de setembro de
1933.

A LITERATURA nacional, idealizando a realidade, tem descrito o que há-de doloroso na tragédia das grandes estiagens. Primeiro — a esperança — o sertanejo mantém-se fiel ao torrão ressequido, até que se exaure a última gota d'água, sempre esperando, em troca do dia que passa, de fome e sede, o amanhã da chuva salvadora. Depois — a retirada — pungente procissão de calvários infinitos, que um dos vossos fotografou, com realidade tão aflitiva, nas páginas comburentes d' "A Bagaceira".

O deslocamento em massa dos flagelados, ocorrência dolorosa em que se evidencia a tempera de aço dos homens fortes do sertão, além dos prejuízos morais que acarreta, reduz à mais extrema miséria física valioso elemento humano, capital inestimável, principalmente num país, como o nosso, de fraca densidade de população. Acresce tratar-se, como já tive ensêjo de dizer, de brasileiros cuja fortaleza e energia são tão

grandes, que lhes têm permitido resistir, sózinhos, à conjugação dantesca do clima e da nossa inclas-sificável imprevidência.

Compreende-se que as sêcas, como fenômenos naturais, não possam ser evitadas, mas é crime não lhes neutralizar os efeitos devastadores, pela execução de uma série de medidas previdentes.

A solução de problemas dessa natureza não é impossível nem constitue novidade. Desde tempos imemoriais, o efeito nefasto das estiagens periódicas já fôra corrigido pelo esforço inteligente do homem, e a mais velha das civilizações (*) perpetuou-se, alteando-se pela cultura, em combate continuado a flagelos semelhantes.

Na atualidade, com os progressos da engenharia e da técnica moderna, mais fácil se torna a correção dessas anomalias climáticas.

Aperfeiçoados os conhecimentos meteorológicos, que permitem prever com maior segurança os fenômenos atmosféricos; desenvolvidos os processos mecânicos, que tornam possível a execução rápida de grandes obras de canalização e barragem capazes de proporcionar o aparelhamento de um sistema completo de irrigação e de açudagem, bem como os meios de locomoção e desenvolvimento agrícola, — ao nosso alcance todos êsses fatores, a dificuldade principal a enfrentar con-

(*) Evidente alusão à civilização egípcia ou nilótica.

siste, sem dúvida, no financiamento dos respectivos trabalhos.

Essa dificuldade, já de si relevante, pelos elevados recursos que exige, assume, no caso, maior vulto, se considerarmos a precariedade da nossa situação financeira. Contudo, não devemos jamais esquecer o conceito contundente de Euclides da Cunha, afirmando termos com o Nordeste uma dívida de quatrocentos anos, até hoje não resgatada.

NORMA DO MESTRE

Sumarização a explicar: — A literatura nacional e a tragédia da sêca — Livros e autores (Exemplo: “Os Retirantes”, de José do Patrocínio; “Terra do sol”, de Gustavo Barroso; “A Bagaceira”, de José Américo, etc.) — Fidelidade do sertanejo ao torrão ressequido — O valioso elemento, como capital humano, que é o homem do Nordeste — Sua têmpera de aço na resistência ao infortúnio das longas estiagens — O crime de se não procurar neutralizar os efeitos devastadores das sêcas — Facilidade da correção das anomalias climáticas com os progressos da engenharia e da técnica — A previsão, pelo aperfeiçoamento dos conhecimentos meteorológicos, dos fenômenos atmosféricos — Processos mecânicos tornando possível a rápida execução de canalizações e barragens capazes de proporcionar o aparelhamento de completo sistema de irrigação e açudagem — Meios de locomoção e desenvolvimento agrícola — O custo das obras em face das nossas dificuldades financeiras — Uma dívida de quatrocentos anos para com o Nordeste, e até hoje não resgatada.

Questionário

Qual o mérito das contribuições literárias descritoras da tragédia da sêca? — Que livros e autores pintaram mais ao vivo o drama das grandes estiagens? — Qual a contextura físico-moral do nordestino? — Que desvantagens traz o êxodo dos flagelados? — Como corrigir as anomalias climáticas derivantes da sêca? — Que outros empreendimentos devem acompanhar a construção de açudes e de canais de irrigação? — Que notável estilista e sociólogo nosso afirmou ser uma dívida brasileira de quatrocentos anos — e não resgatada — a da solução do problema capital do Nordeste?

INSTRUÇÃO PRIMÁRIA E PROFISSIONAL

Excerto do discurso pronunciado
em Salvador, no dia 28 de agosto de
1933.

SEM NECESSIDADE de vastos planos de soluções absolutas porém impraticáveis na realidade, procuremos assentar em dispositivos eficientes e de aplicação possível todo o nosso aparelhamento educador.

A instrução, como a possuímos, é lacunosa. Falha no seu objetivo primordial: preparar o homem para a vida. Nela devia, portanto, preponderar o ensino que lhe desse o instinto da ação no meio social em que vive. Ressalta, evidentemente, que o nosso maior esforço tem de consistir em desenvolver a instrução primária e profissional, pois, em matéria de ensino superior e universitário, nos moldes existentes, possuímo-lo em excesso, quasi transformado em caça ao diploma. O doutorado e o bacharelado instituíram uma espécie de casta privilegiada, única, que se julga com direito ao exercício das funções públicas, relegando para segundo plano a dos agri-

cultores, industriais e comerciantes, todos, em fim, que vivem do trabalho e fazem viver o país.

É óbvio que, para instruir, é preciso criar escolas. Não as criar, porém, segundo modelo rígido aplicável ao país inteiro. De acôrdo com as tendências de cada região e o regime de trabalho dos seus habitantes, devemos adotar os tipos de ensino que lhes convêm: nos centros urbanos, populosos e industriais — o técnico profissional, em fórmula de institutos especializados e liceus de artes e ofícios; no interior — rural e agrícola, em fórmula de escolas, patronatos e internatos. Em tudo, com o caráter prático e educativo, dotando cada cidadão de um ofício que o habilite a ganhar, com independência, a vida ou transformando-o em um produtor inteligente de riqueza, com hábitos de higiene e de trabalho, conciente do seu valor moral.

Atingimos o ponto onde os pessimistas se habituaram a encontrar dificuldades de toda sorte. Refiro-me aos recursos indispensáveis para organizar e manter semelhante aparêlho educativo, cujo desenvolvimento pode ser graduado de acôrdo com as possibilidades financeiras do país.

Nesse terreno, mais do que em qualquer outro, convém desenvolver o espírito de cooperação, congregando os esforços da União, dos Estados e dos Municípios. Quando todos, abstando-se de gastos suntuários e improdutivos, destinarem, elevada ao máximo, uma percentagem fixa de seus

orçamentos para custear as despesas da instrução, teremos dado grande passo para a solução do problema fundamental da nacionalidade.

NORMA DO MESTRE

Sumarização a explicar: — Assentamento em dispositivos eficientes e de aplicação possível de todo o nosso aparelhamento educador — Preponderância do ensino que dê o instinto da ação do nosso meio social, preparando o homem para a vida — Desenvolver a instrução primária e profissional antes que tudo — O excesso em matéria de ensino superior quasi que transformado em caça ao diploma — Uma espécie de casta privilegiada relegando a plano secundário os que vivem do trabalho e fazem viver o país — Escolas de acôrdo com as tendências de cada região e o regime de labor de seus habitantes — Tipos de ensino que convêm aos centros urbanos, populosos e industriais e aos do interior — Pessimismo descabido — Cooperação da União, dos Estados e dos Municípios na resolução gradual do problema.

Questionário

São praticáveis os planos educacionais de soluções absolutas? — Porque? — Qual o ensino preponderável? — Por que preferir a instrução primária e a profissional antes que tudo? — Por que as funções públicas não podem ser privilégio de nenhuma espécie de casta? — Quais os indivíduos mais habilitados a exercê-las? — Como devem ser as escolas? — Que tipo de ensino convêm aos grandes centros urbanos? — E aos núcleos de população do interior? — Quais as vantagens da cooperação da União, dos Estados e dos Municípios em matéria de ensino?

O C A F É

Trechos da Plataforma lida no Rio de Janeiro, no dia 2 de janeiro de 1930 e do discurso pronunciado em Ribeirão Preto, no dia 22 de julho de 1938, na ordem em que se acham transcritos.

A DEFESA do café constitue, sem controvérsias, o maior e mais urgente dos problemas econômicos atuais do Brasil, porisso que êsse produto concorre com mais de dois terços do ouro necessário ao equilíbrio da nossa balança comercial. Da sua sorte dependem, assim, o câmbio e a estabilização do valor da moeda.

O plano que agora falhou, com estrépito, alarmando o país todo, visava menos a defesa propriamente dita da produção cafeeira do que a sua valorização imediata. Esta deve ser alcançada, não de chôfre mas, lógicamente, por etapas, em consequência daquela. Majorar o preço de determinada mercadoria nem sempre é defendê-la: pode ser prejudicá-la. Se isto ocorre mesmo quando se tem a exclusividade da sua produção, pois o custo alto restringe o consumo e suscita o aparecimento dos sucedâneos, com mais razão se verifica, é claro, quando, como no caso do nosso café, existem

concorrentes, e concorrentes em especiais condições de êxito, pela sua maior proximidade do principal mercado recebedor.

A valorização do café, como se fazia, teve êsse triplice efeito negativo: diminuiu o consumo, fez surgir sucedâneos e intensificou a concorrência, que, se era precária antes do plano brasileiro, êste a converteu em opulenta fonte de ganho.

Foram, com efeito, os produtores estrangeiros e não os nossos, paradoxalmente, os beneficiários da valorização que aqui se pôs em prática.

Tal valorização, aliás, dava apenas aos interessados, entre nós, a ilusão do lucro, pois êles se satisfaziam com o elevado preço de venda, sem atentar no custo, cada vez mais exigente, da produção. Pelo barateamento desta, entretanto, é que devia ter começado a política de defesa do café. Isto é que seria racional.

Obtidas a redução dos gastos de produção e transporte, a diminuição de impostos e a supressão, tanto quanto possível, dos intermediários, que são os que mais ganham e cuja interferência a ação tutelar do Estado, por meio do Instituto respectivo, tornaria dispensável, o café, embora a preços eliminadores de qualquer concorrente, proporcionaria aos lavradores lucro, pelo menos, tão compensador como os auferidos em virtude da valorização artificial e muito mais certo e sólido do que os desta.

Não se sabe o que levou os governos a optar pela providência oposta. O que ninguém ignora é que dessa experiência colheu o Brasil os piores e mais amargos frutos.

O PRODUTO fundamental da nossa economia, mercê de valorizações sucessivas, carregava o pesado onus de todos os malefícios que nos afligiam. Superprodução e sub-consumo, aviltamento de salários e vida encarecida, dificuldades da política monetária e instabilidade nos negócios — constituíam o quadro sintomático do mal que minava o arcabouço econômico e financeiro do país.

Em face de situação assim calamitosa, não era possível abandonar de vez os rumos antigos, entregar a lavoura à própria sorte e lançar o país inteiro no caos econômico. Isso equivaleria a arruinar definitivamente a riqueza de São Paulo e fomentar a anarquia no país. Urgia, portanto, enfrentar a realidade, traçando rigorosamente, o plano que até agora foi executado: restabelecer o equilíbrio estatístico do café, em primeiro lugar, para voltar, depois, à liberdade dos negócios.

Fácil é verificar como êsse programa, tão simples de enunciado, apresentava-se complexo na execução. Libertar o mercado dos *stocks* acumulados e regular as entradas do produto foram as medidas iniciais, seguidas da criação de um im-

posto em espécie e dos entendimentos com os demais produtores, para a defesa do café.

Outras medidas protetoras foram postas em prática, segundo as exigências do momento. Para o efeito da compra, instituíram-se as taxas de 10 e 15 shillings e creou-se o Conselho, transformado, a seguir, em Departamento Nacional do Café — instrumento de uma das maiores experiências de economia dirigida que se tem feito no mundo. Nas últimas safras, resolveu-se a retirada das quotas de equilíbrio, sempre com o objetivo de restabelecer a confiança nos mercados e estabilizar os preços.

Fase houve em que tentámos, pelos convênios internacionais, obter a unidade de vistas dos países produtores em torno dos preços e da redução da produção. Falhadas estas tentativas, tivemos de recorrer à concorrência nos mercados.

Como era de esperar, a nova política havia de ter forte repercussão em nossa balança de contas. Obrigou-nos, de início, a suspender os pagamentos da dívida externa, além dos outros sacrifícios que vinham sendo feitos.

O governo não descurou, entretanto, nem um momento, do auxílio à lavoura, libertando-a de boa parte dos seus compromissos.

O reajustamento econômico já custou ao erário nacional mais de 830.000:000\$000, dos quais cerca de 450.000 destinados a São Paulo. Enquanto isto, melhorava-se, tècnicamente, a pro-

dução, aumentando o coeficiente dos cafés chamados finos, adaptando a êsses tipos a quota de equilíbrio e reduzindo o prazo de liberação da mercadoria despachada.

A partir de dezembro do ano último (1937), as cifras de exportação cresceram de modo animador. Enquanto, no primeiro semestre de 1937, exportámos 5.900.000 sacas, no segundo, ultrapassamos os 8 e $\frac{1}{2}$ milhões. Conservando êsse ritmo, deveremos exportar 17 a 18 milhões da safra em curso (1938), o que constituirá compensação inegável da queda de preços.

O êrro fundamental das valorizações consistia na manutenção e elevação sistemática das cotações, quando os mercados externos não as suportavam e éramos obrigados, para sustentá-las, a reter 3.000.000 de sacas, tendo, ainda, de dar escoamento a uma safra formidável, a de 1927-1928, computada em 27.000.000. Foi a essa altura que, num arranco espasmódico, ao envez de se acautelarem os interesses da produção cafeeira, manteve-se a valorização, com um apêlo desesperado ao crédito. O mais oneroso empréstimo de que se tem notícia foi realizado quando o futuro era alarmante, às portas da enorme safra de 20.000.000 de sacas, em 1929-1930, e em face de uma retenção de mais de 11 e $\frac{1}{2}$ milhões.

A-pesar das dificuldades sem conta, conseguimos desafogar os produtores e o comércio,

restituindo a confiança ao mercado e encaminhando-o à plena liberdade de ação.

Isso tudo não constitui louvor nem milagre: decorre de uma contingência a que tínhamos de fazer face com ânimo decidido. Através de experiências coroadas de êxito, vamos, felizmente, pondo em prova o acêrto das nossas resoluções.

Esta a situação atual, premissa de uma reconstituição completa da atividade econômica de São Paulo, padrão de trabalho e de empreendimentos fecundos.

O ânimo forte e a persistência não vos faltaram. Ao Governo sempre sobrou o desêjo de auxiliar a lavōura, amparando-lhe os interêsses legítimos.

Dias mais prósperos, negócios mais sólidos, crédito mais amplo e perspectivas de progresso seguro. — é o que temos a esperar, vencida a borrasca, que, por longos anos, desafiou os nossos esforços.

Confiemos e trabalhemos. O futuro há-de nos dar razão, justificando o desassombro com que enfrentamos as dificuldades.

NORMA DO MESTRE

Sumarização a explicar: — A defesa do café e o ouro reclamado ao equilíbrio da nossa balança comercial — Da sorte da rubiácea dependendo o câmbio e a estabilização do valor da moeda — Um plano menos de defesa da produção do que da sua valorização ime-

diata — Valorização, por etapas, em consequência da produção — Majorar preços de uma mercadoria nem sempre é defendê-la — Nossa valorização pretérita provocou a diminuição do consumo, fez surgir os sucedâneos e intensificou a concorrência — Os produtores estrangeiros beneficiários da valorização brasileira — Crítica do sistema pôsto em prática — O descalabro de uma experiência — Reação do Governo pelo restabelecimento do equilíbrio estatístico do café, para voltar, depois, à liberdade dos negócios — Medidas executadas objetivando êsse desígnio — Outras, de proteção, cumpridas — O Brasil atira-se à concorrência nos mercados, dada a impossibilidade de harmonizar os produtores alienígenas em tôrno dos preços e da redução da produção — Repercussão da nova política na balança de contas do país — Suspensão do pagamento da dívida externa — Auxílio à lavoura cafeeira — Custo do reajustamento econômico — Crescimento das cifras de exportação — Erro fundamental da antiga valorização — A onerosidade calamitosa do último empréstimo de sustentação — Restitue-se a confiança ao mercado, já encaminhado à plena liberdade de ação — Antevisão de dias mais prósperos, de negócios mais sólidos, de crédito mais amplo e de progresso seguro — São Paulo, padrão de trabalho e empreendimentos fecundos.

Questionário

Por que a defesa do café constitue séria cogitação governamental? — Que é que depende da sorte da rubiácea? — Por que é aconselhável a valorização por etapas? — Que provocou a pretérita valorização do café? — Por que os produtores estrangeiros se beneficiaram da valorização brasileira? — Quais os defeitos do sistema pôsto em prática? — Como reagiu o Governo contra

o descalabro de uma tal experiência? — Por que o Brasil se atirou à concorrência nos mercados do mundo? — Que repercussão teve a nossa política do café na balança de contas do país? — Quanto nos havia custado o reajustamento econômico (até agosto de 1938)? — No montante dêsse reajustamento quanto coube a São Paulo? — Quais as cifras de exportação do café nos primeiro e segundo semestres de 1937? — Qual o êrro fundamental da antiga valorização? — Em que condições se efetuou o último dos empréstimos de sustentação? — Que condições passou a apresentar o mercado do café? — Quais as suas tendências? — Que podemos antever do ponto de vista econômico e financeiro da atual política cafeeira? — Por que o Brasil, livre da preocupação de hegemonias estaduais, deve admirar o espírito empreendedor dos paulistas?

O ESCRAVO NA VIDA ECONÔMICA DO BRASIL

Excerto do discurso pronunciado
em Salvador, no dia 28 de agosto de
1933.

O FATO de perpetuar-se a escravidão no Brasil até 1888 constitue lamentável imprevidência da política e dos homens do segundo reinado. Quando todos os povos sul-americanos, vivendo em ambiente menos calmo, alicerçavam o progresso nacional na aptidão e no trabalho dos seus concidadãos, o Brasil mantinha o braço escravo como alavanca propulsora do seu desenvolvimento econômico.

A continuidade na conservação do trabalho servil, levado, teimosamente, quasi às portas da República, entrou a solução de um dos problemas capitais da nossa vida econômica. Feita a Abolição, o novo regime encontrou o trabalho desorganizado, e tão profunda foi a repercussão desse fato que, até hoje, só de fôrma parcial temos conseguido atenuar-lhe os efeitos nocivos.

A propaganda abolicionista, que constituiu, no Brasil, admirável movimento de patriotismo, ao serviço de nobre ideal, restringiu-se, exclusivamente, à libertação dos cativos, sem cogitar do grave problema da substituição, pela atividade livre, do trabalho escravo, sobre o qual repousava a nossa economia. Muitas regiões do país, outrora opulentas, ainda hoje sentem, decadentes, as consequências nefastas dessa desarticulação brusca.

Ao Sul do país, a imigração, em grande parte, renovou, revigorando, a prosperidade antiga; mas o Norte continua a sofrer os perturbadores efeitos de tamanha imprevidência.

Zonas florescentes, desbravadas pelo esforço do negro submisso, transformaram-se em caatingas, onde populações rurais empobrecidas, ao léu das inconstâncias do clima e à mingua de recursos, vegetam desenraizadas, por vezes quasi nômades, vivendo, dia por dia, jungidas à voracidade dos novos senhores que lhes exploram o trabalho rude, como se fôsem compostas de retardatários servos da gleba.

Agravando semelhante desorganização, verificou-se o êxodo dos habitantes do interior, atraídos pelas illusórias facilidades de trabalho abundante e bem recompensado, para os centros urbanos de vida intensa. O proletariado das cidades aumentou desproporcionadamente, originando o pauperismo e todos os males decorrentes do excesso de atividades sem ocupações fixas.

NORMA DO MESTRE

Sumarização a explicar: — O braço escravo, alavanca propulsora do nosso desenvolvimento econômico — Êrro da continuidade do elemento servil até 1888 — Imprevidência do Segundo Reinado — Idealismo da propaganda abolicionista — Nocividade da substituição abrupta do trabalho escravo pela atividade livre — A decadência da agricultura no Norte como consequência — Prosperidade do Sul em consequência da imigração — Causas do contraste (o clima) — A desproporcionalidade do proletariado das cidades — O pauperismo resultante.

Questionário

Qual a significação do escravo na vida econômica do país? — Por que foi grande êrro a manutenção por tão largo prazo do instituto do cativo? — De que feição se revestiu a campanha abolicionista? — Por que foi nociva a supressão de um só golpe, do trabalho escravo? — Por que decaiu o Norte da sua prosperidade? — Por que o Sul restaurou a sua economia rapidamente? — Por que aumentou o proletariado urbano? — Que é pauperismo?

7 DE SETEMBRO

Trechos do discurso pronunciado no
Rio de Janeiro, no dia 7 de setembro
de 1935.

A TRAVÉS da nossa terra moça e dadivosa, nesta grande hora de recolhimento cívico, como se fôsse a ressonância secular do Grito do Ipiranga, rebôa e se eleva aos céus o cântico de 50 milhões de vozes humanas, em louvor da nacionalidade.

Vencendo os obstáculos da natureza prodigiosa que, de Sul a Norte, ergueu altas montanhas, rasgou vales profundos, encachoeirou rios caudalosos, plantou florestas densas e invioladas, o homem brasileiro realizou o milagre de crear uma grande Pátria, unindo-se estreitamente à terra e plasmando os seus destinos com tenacidade dominadora.

Feitos destemerosos, lances de audácia sobre-humana — a epopéia das bandeiras, as lutas épicas pela integridade territorial, os movimentos de rebeldia emancipadora — fazem da nossa história uma lição de varonilidade e um exemplo

de ação construtiva. Conquistámos a terra através de lenta e penosa adaptação, que começou com a primeira entrada de sertanistas e desbravadores do interior desconhecido e, ainda hoje, se prolonga na vigorosa resistência oferecida às hostilidades permanentes do meio físico. Os direitos de autonomia e independência, antes de proclamados, já existiam, tácitamente impostos pelo nosso trabalho fecundo e pelo sangue generoso dos nossos mártires. Creámos, assim, a Nação e constituímos, depois, a Pátria, pelo fortalecimento da sua unidade política.

O ciclo do nosso crescimento apenas se inicia. O passado ainda vive em nós. Sentimo-lo arrastar-se com os nossos passos tateantes, entorpecendo-nos a marcha para a frente. A exuberância das energias em eclosão, os ímpetos de forças novas não disciplinadas, as vacilações próprias da inexperiência, fazem-nos, às vezes, hesitar. Poder-se-ia dizer que as nossas fraquezas resultam de um excesso de força. Quando conseguirmos dominar a nossa pujança, medindo-lhe as expansões da seiva moça e desbordante, os nossos destinos adquirirão, certamente, rumos definitivos.

A enormidade das distâncias, as diferenciações da nossa estrutura geográfica, a nossa posição continental, a diversidade de climas, a abundância das fontes de riqueza inexplorada, as deficiências inevitáveis da organização econômica e social — constituem fatores de difícil coordenação,

quando se nos impõe dirigir e assegurar o ritmo ascendente do nosso progresso e, principalmente, se outras causas perturbadoras, de origem externa, a êles se juntarem, agravando o desequilíbrio resultante dos males generalizados.

Vem daí a maior parte das nossas dificuldades presentes. Sofremos uma crise de crescimento, conjugada com os tremendos efeitos da desorganização da economia mundial. Os malsinadores e negativistas impenientes não enxergam o fenómeno e descobrem por toda parte perspectivas inquietadoras e possibilidades de desastres iminentes.

Neste dia consagrado às mais puras expansões patrióticas, precisamos esquecer dissídios e ressentimentos. Fique, assim, dominante em todos nós, apenas, a idéia consoladora de que somos todos brasileiros, irmanados e unidos pelos mesmos deveres para com a Pátria, a que nos cumpre servir, devotadamente, acima das mesquinhas competições do partidarismo estéril e contra quaisquer pretensões de ascendência regionalista.

Devemos ter fé. Não existem esforços inúteis se empenhados em prol do bem comum. As nossas dificuldades são mínimas em confronto com os nossos recursos e com as que enfrentam, no momento, outros povos. Havemos de vencê-las.

Somos “uma componente nova entre as fôrças cansadas da humanidade”. Nem mesmo a noção

de Pátria possuímos no estreito sentido das hegemônias imperialistas, em que preponderam as tradições das lutas de conquista, dos atritos seculares, dos antagonismos de raças e de crenças. Ao lado das demais nações do Continente, sentimo-nos em permanente comunhão de idéias e aspirações, como se fôssemos membros da uma só grande família.

NÃO DEVEIS duvidar um só momento dos grandiosos destinos de vossa Pátria. O Brasil nada teme no presente, orgulha-se do passado e confia serenamente no futuro!

NORMA DO MESTRE

Sumarização a explicar: — União à hora da Independência — O brasileiro domando a natureza para crear uma grande Pátria, plasmando os seus destinos com tenacidade dominadora — A epopéia das Bandeiras, as lutas épicas pela integridade territorial, e os movimentos de rebeldia emancipadora tornando-nos a história lição de varonilidade e exemplo de ação construtiva — Um ciclo de crescimento apenas iniciado — Hesitações e fraquezas resultando de um excesso de força — O domínio dessa pujança, após medição das expansões da seiva moça e desbordante, fará com que nossos destinos adquiram rumos definitivos — De onde nos advém a maior parte das dificuldades — Como vencê-las — LatITUDE da noção que temos de Pátria — O Brasil confiando serenamente no futuro.

Questionário

Por que nos cumpre, à hora da Independência, cada ano, recolhermo-nos civicamente? — Que obstáculos o brasileiro venceu para crear a grande Pátria? Por que a nossa história é lição de varonilidade e exemplo de ação construtiva? — Por que o ciclo do nosso crescimento está apenas iniciado? — Por que as nossas hesitações e fraquezas derivam do excesso de pujança? — Como dominar êsse desbordamento de força? — De onde nos advém a maior das dificuldades? — Que latitude temos da noção de Pátria? — Por que o Brasil confia no futuro?

O C O M U N I S M O

Trechos do discurso pronunciado no
Rio de Janeiro, no dia 7 de setembro
de 1936.

É DA TÁTICA comunista a dissimulação e o embuste. Precisamos, portanto, estar em guarda contra a investida bolchevista, anarquizadora e maléfica e alertar aqueles a quem se dirige, com insistência, a propaganda sinuosa e tôrva. O trabalhador desprevenido, votado aos problemas do seu ofício, e a mocidade, aberta a todos os entusiasmos nobres, são alvos preferidos dessa ofensiva dos inimigos da Pátria, da família e da religião. Não alimentemos dúvida sobre os processos e intuitos dos elementos empenhados em transformar-nos em colônia de Moscou. Enquanto, fronteiras a dentro, agem pela técnica da violência, solapam as crenças herdadas dos nossos maiores, provocam dissídios, desencadeiam a luta fratricida, no exterior, apresentam-se como vítimas da prepotência de governantes em cujas

mãos o Brasil não passa de uma terra bárbara, onde só o arbítrio decide e impera.

PARA CONTINUARMOS a desfrutar a paz e a tranquilidade, que outros povos menos felizes já perderam, torna-se imprescindível manter constante vigilância, afim de evitar que, num momento de perturbação, possam os inimigos ganhar terreno e, por um golpe traiçoeiro, de astúcia e violência, tão dos seus métodos, dominar-nos com as nossas próprias armas e escravizar-nos dentro da nossa própria casa.

Devo prevenir-vos contra as maneiras multiformes de favorecer a ideologia dissolvente. Não são perigosos, apenas, os comunistas rubros, ativos e práticos, que fazem claramente a sua nefasta propaganda e aliciamento. Igualmente o são os de outras variedades, mais difíceis de caracterizar e que, ao contrário dos primeiros, escapam à enérgica e pronta ação defensiva do Governo. Os disfarçados, intimamente vermelhos, atuando com duplicidade; os hipócritas, que afetam atitudes e, até, rótulos nacionalistas, acumpliciam-se à obra de destruição e, na treva, servem às ligações inimigas, encobrendo os manejos dos adversários da nossa existência de povo livre, não são menos temíveis.

Também não podem escapar ao vosso repú-

dio os sêres acomodaticios, inertes, colaboradores dos bolchevistas por complacência ou covardia, cúmplices pelo silêncio e a desatenção, indiferentes à luta, supondo, na sua triste ignorância, que nenhum mal lhes viria da vitória dos destruidores sistemáticos da ordem e da lei. E, finalmente, os aproveitadores de dissensões, estéreis, retóricos, perdidos no labirinto da própria confusão intelectual, inclinados a confundir as miúdas ambições de mandonismo político com os interesses superiores da coletividade.

Esses como aqueles, ativos uns, aparentemente passivos outros, servem de modo idêntico aos fins trágicos e espantosos do internacionalismo destruidor, que só chega a vencer aproveitando-se dessas neutralidades e isenções criminosas.

Tenho, entretanto, fé na vitória. Estou confiante em que os comunistas e os que se acumpliciam para aniquilar-nos serão abatidos pelo esforço comum, pelo devotamento de todos os brasileiros que querem, sob a égide da justiça, o ambiente de ordem imprescindível às realizações do seu destino creador de um Brasil maior e mais próspero.

Aos moços desejo dirigir-me de forma especial. São eles a garantia do porvir pacífico do nosso povo e deles dependem os rumos futuros do Brasil. Cumpre-lhes, por isso, defender, nas suas reservas morais, as gerações vindouras. Não devem consentir que os mistificadores e pregoei-

ros de reformas utópicas, profissionais da desordem uns, simples instrumentos da Internacional Comunista outros, por ela industriados e pagos, explorem a nobreza dos seus entusiasmos e façam das virtudes inerentes à mocidade resguardo e amparo aos objetivos criminosos que perseguem.

Todos vós — trabalhadores das cidades e dos campos, professores e intelectuais, magistrados e militares, comerciantes e industriais, educadores e jovens estudantes, mães amantíssimas, mulheres de alma fortalecida na piedade cristã — todos quantos me ouvís, através dos mais longínquos rincões da nossa bela e gloriosa terra, ponde os vossos sentimentos bem alto e estreitai vontades e corações, num voto ardente e sincero de tudo sacrificar pela integridade e engrandecimento da Pátria Brasileira!

NORMA DO MESTRE

Sumarização a explicar: — A tática comunista — Fórmulas de que ela se reveste — O materialismo caracterizador do bolchevismo — Condenação do materialismo — Dissolução dos sentimentos de pátria, família e religião — Defesa das crenças dos nossos maiores — Vigilância constante contra êsse inimigo interno e externo — Disfarces dos adeptos de Moscou — Repúdio dos acomodaticios, colaboradores dos marxistas por negligência, inércia, ou covardia — Combate ao internacionalismo destruidor das nossas tradições — Reação dos brasileiros que desejam sob a égide da justiça e da lei, um ambiente de ordem e de progresso — A mocidade

e o futuro do Brasil — Dever, que se lhe impõe, de escudar, com as suas reservas morais, as gerações vindouras — Sacrifício de todos os brasileiros pelo engrandecimento e integridade da Pátria.

Questionário

Quais os processos táticos e as fórmulas de que se reveste a ação comunista? — Por que o materialismo é doutrina condenável? — Que significam a família e a religião na comunidade pátria? — Por que é obrigação da juventude defender as crenças dos nossos antepassados? — Como se disfarçam os adeptos de Moscou? — Como devemos tratar os acomodaticios e indiferentes? — E os internacionalismos destruidores das tradições brasileiras? — Por que se nos impõe o sacrifício pelo engrandecimento da Pátria?

OURO PRETO

Trecho do discurso pronunciado de
improviso, em Ouro Preto, no dia 1
de julho de 1938.

AQUI, EM OURO PRETO, se condensam todas as tradições nacionais, como um patrimônio vivo da nossa história. Na contemplação das suas fases históricas, a partir da era do Descobrimento, nós desvendamos, através dos seus relevos típicos, o período colonial: a catequese, a mineração, as bandeiras e a Inconfidência, que constituiu o passo decisivo da formação da nossa nacionalidade. Todos êsses aspectos, que nos conduzem à evocação da história pátria, não sepultaram Ouro Preto no esplendor do passado. Exemplo do que afirmo testemunham toda esta multidão aquecida pelo calor do seu entusiasmo patriótico e a expressão representativa de várias gerações que aqui formaram seu espírito nas escolas e serviram, depois, com glória e com lustre, a Minas Gerais e ao Brasil. Anima-me a certeza de que toda esta multidão entusiástica, desde os jovens es-

tudantes até às suas classes trabalhadoras e industriais, é capaz de erguer comigo os alicerces da construção do Brasil Novo, que jurámos empreender. Mas, êsse esforço que nos empenhamos em realizar e estamos realizando, não se pode desprender das tradições e dos fatos predominantes de sua história. Haveremos de engrandecer o Brasil, para sermos dignos da herança que nos legaram os nossos antepassados.

NORMA DO MESTRE

Sumarização a explicar: — Ouro Preto, patrimônio vivo da nossa história — A catequese, a mineração, as bandeiras, evocações sugestivas das crônicas pátrias — Uma cidade cujo esplendoroso passado não a sepultou — Expressão representativa das gerações que espiritualmente se formaram e formam na antiga capital montanheza — A Escola de Minas — O Brasil Novo para ser construído não se pode desprender das tradições e dos fatos predominantes da sua história.

Questionário

Qual o antigo nome de Ouro Preto e os principais fatos históricos nela acontecidos? — Que episódios da formação nacional sugere Ouro Preto? — Têm expressão representativa as gerações formadas no ambiente da antiga capital mineira? — Que é a Escola de Minas? — Pode-se construir o Brasil Novo com olvido da tradição e da história?

RIACHUELO

Excertos dos discursos pronunciad-
dos no Rio de Janeiro, nos dias 11 de
junho de 1932 e 11 de junho de 1938,
na ordem em que vão transcritos.

ONZE DE JUNHO relembra data gloriosa nos fas-
tos navais brasileiros. Em Riachuelo, o
heroísmo das guarnições, a competência técnica
dos comandos, a audácia das diretivas e a bra-
vura com que foram executadas, conquistaram-
nos a vitória na maior batalha naval travada na
América do Sul. A nossa esquadra atingira, na
época, ao fastígio de seu poder. Éramos a pri-
meira potência naval, nesta parte do Continente.

Hoje, a bordo dêste velho couraçado, senti-
mos todos o prestígio do esforço e continuado
zêlo que representa a sua conservação, permitindo
que, ainda flutuante, nele se realize esta soleni-
dade. O dia rememora feito glorioso do passado,
e a nossa presença no convés do *São Paulo* con-
firma triunfo não menor a enaltecer a Marinha
de agora, pois em nenhuma armada do mundo

talvez exista, navegando, nau de guerra com a sua antiguidade.

Conhecendo as condições atuais da nossa esquadra, posso bem aquilatar do patriótico júbilo que empolga, neste instante, a totalidade dos seus quadros, e, especialmente, a sua valorosa oficialidade, que, cada vez mais, se via afastada do meio apropriado ao seu aperfeiçoamento — o oceano, onde se educam e aprimoram os marinheiros, relembrando, desesperançada, os períodos lapidares de Rui Barbosa: “O oceano impõe deveres. O mar é uma escola de resistência. Às suas margens, os invertebrados e os amorfos rolam nas ondas e somem-se no lôdo, enquanto os organismos poderosos endurecem às tempestades, levantam-se erectos nas rochas e cream, no ambiente puro das vagas imensas, a medula dos imortais”.

Com efeito, para marinheiros que se orgulham da profissão, exercendo-a fieis ao compromisso de garantir a segurança da Nação, devia ser doloroso contemplar, de ano a ano, a lenta extinção do nosso poder naval, composto de navios antiquados, cuja relativa eficiência se mantinha por milagre de tenacidade, com material insuficiente e gasto pelo uso excessivo.

A nossa política exterior foi sempre sinceramente pacifista. Os únicos litígios internacionais ocorrentes, ligados todos à fixação de fronteiras, resolveram-se amistosamente ou por arbitra-

mento. Sem agravos a vingar, vivendo em harmonia com os países vizinhos e possuindo vasto território a povoar, nenhum motivo existe capaz de modificar esta linha invariável de conduta.

Todo o aparelhamento marítimo do Brasil tem tido, por isso, como único objetivo, a sua defesa, para o que bastam pequenas unidades navais de movimentação rápida, em condições de assegurar a vigilância do nosso extenso litoral.

Cumprе observar que, em país de deficientes vias internas de acesso, qual o nosso, cujos núcleos de população mais importantes se abeiram da faixa litorânea, a Marinha de guerra, além de garantir a estabilidade das comunicações, constitue meio fácil para levar, quando necessário, o auxílio da União e a presença da sua soberania a qualquer parte do território nacional.

Afora tais razões de suma importância, não devemos, também, esquecer a hora de inquietação mundial que estamos vivendo, de perspectivas indefinidas e nada tranquilizadoras. Não se esboça ainda orientação segura e definitiva para a paz universal, e o próprio problema do desarmamento mantém-se insolúvel, e continuamente adiado.

Em situação assim instável, na qual o aparelho assecuratório da paz entre os povos se mostra, frequentemente, ineficaz, não pode ser considerado intento belicoso o fato de um país, com

1.600 léguas de costa, preocupar-se em prover sua vigilância marítima.

O FEITO da nossa esquadra nas águas do Riachuelo não constitue simples demonstração de bravura pessoal e acertada manobra estratégica: exprime e ensina mais alguma cousa.

A Marinha de guerra do Brasil, naquele tempo, não dispunha apenas de equipagens adestradas e comandos eficientes. Homens e instrumentos de luta sentiam-se perfeitamente conjugados.

Brasileiros pelo espírito e pelo coração, os combatentes tinham ainda o orgulho, que só lhes devia exaltar o patriotismo, de lutar em navios por eles mesmos construídos.

Dos porões aos mastros, encontrava-se, por toda parte, nos homens como nas cousas, pedaços vivos da própria Pátria, votados a tudo empreender e sacrificar na defesa da sua soberania.

Por isso, esse feito glorioso, que ainda hoje nos comove, não é uma tradição morta mas sim exemplo e estímulo das nossas energias.

NESTE passo decisivo da nossa vida, façamos tremular nos mastros a flâmula de Barroso na manhã histórica de Riachuelo.

O Brasil espera que cada um cumpra o seu dever.

Sentindo na alma a ressonância daquela heróica proclamação, eu vos asseguro que cumprirei o meu dever, seja a que preço fôr, e reafirmo perante vós o meu ardente desêjo de ver a Marinha brasileira acompanhar e impulsionar o fortalecimento da Nação, e com ela renovar-se, progredir e engrandecer-se.

NORMA DO MESTRE

Sumarização a explicar: — Onze de Junho, a maior data dos fastos navais brasileiros e a maior batalha naval travada na América do Sul — Nossa Marinha de outróra — A competência técnica dos comandos e a audácia e bravura da marujada — Situação da Armada no pretérito e no presente: idênticas qualidades de valor profissional e abnegação — Lapidar período de Rui Barbosa relativamente à “escola do mar” — A regra pacifista da nossa política exterior — Uma Armada de vigilância do extenso litoral, garantidora da estabilidade das comunicações marítimas, levando, quando necessário, o auxílio da União e a presença da sua soberania a qualquer parte do território nacional — As unidades navais de que precisamos — Reorganização do nosso poder marítimo-militar — Tamandaré, Barroso, Saldanha da Gama — Lema de um marinheiro, divisa da Pátria: “O Brasil espera que cada um cumpra o seu dever”.

Questionário

Qual a maior data dos fastos navais brasileiros?
— *Como se portaram os comandos e marujos na grande*

batalha? — Qual era a situação da Marinha Brasileira à época? — Como se pronunciou Rui Barbosa sobre a “escola do mar”? — Qual a regra da nossa política externa? — Que missão cabe à Armada no presente? — De que natureza devem ser as belonaves de que precisamos? — Por que é inadiável a reorganização do nosso poder naval? — Quais os capitais vultos da Marinha Brasileira? — Que sinal arvorou Barroso ao sol de Riachuelo?

A NOSSA BANDEIRA

Trecho do discurso pronunciado em
Petrópolis, no dia 29 de abril de 1937.

ENCARAI com orgulho a nossa bandeira e atentai na sua beleza simbólica. Ela é verde e encerra todas as nossas esperanças; é pequena mas cobre todo o nosso vasto território.

As fôrças armadas jamais permitirão que outras bandeiras tremulem mais alto do que a nossa; e todos os bons brasileiros, no momento preciso, acorrerão aos seus quadros, unidos na exaltação da mesma fé e decididos a viver para a Pátria ou a morrer pela Pátria.

NORMA DO MESTRE

Sumarização a explanar: — O simbolismo da Bandeira — Histórico do Pavilhão nacional — O verde da casa de Bragança e o amarelo da casa de Lorena — José Bonifácio — Teixeira Mendes e Benjamin Constant — A Bandeira, imagem da Pátria e sinal polarizador das energias e do brio de um povo — Significado frater-nista de sua comemoração.

Questionário

Que é um símbolo? — Como surgiram as bandeiras? — Como foi o primeiro pavilhão do Brasil? — Quem delineou a Bandeira do Império? — E a da República? — Por que a Bandeira nacional nunca se inclina, ou abate, nem mesmo nas continências? — Por que é considerada de fraternidade republicana, a festa da Bandeira?

A JUSTIÇA E O DIREITO

Excertos do discurso pronunciado no
Rio de Janeiro, no dia 4 de maio de
1931.

NOTA-SE no espírito renovador surgido após a guerra certa tendência, defendida, no passado, por Ihering, impondo a fórmula salvadora da substituição do *justo* pelo *útil*, como finalidade sociológica. Procurando evitar qualquer conceito errôneo, um dos notáveis da escola afirma, com agudeza: “A justiça e o direito guiaram-nos durante o percurso, a-pesar-de havermos partido em procura do útil: é que os homens não se podem fazer felizes sem se tornarem, também, mais inteligentes e mais justos”.

Na época em que os fins sociais são preponderantemente econômicos, em que se organiza de maneira científica a produção e o pragmatismo industrial é elevado a limites extremos, assinala-se a função do Estado, antes e acima de tudo, como elemento coordenador dêsses múltiplos es-

forços, devendo sofrer, por isso, modificações decisivas.

A ÉPOCA é das assembleias especializadas, dos conselhos técnicos integrados à administração. O Estado, puramente político, no sentido antigo do termo, podemos considerá-lo, atualmente, entidade amorfa, que, aos poucos, vai perdendo o valor e a significação.

A VELHA fórmula política, patrocinadora dos direitos do homem, parece estar decadente. Em vez do individualismo, sinônimo de excesso de liberdade, e do comunismo, nova modalidade de escravidão, deve prevalecer a coordenação perfeita de todas as iniciativas, circunscritas à órbita do Estado, e o reconhecimento das organizações de classe, como colaboradores da administração pública.

Os acontecimentos da atualidade permitem, no Brasil, salutar transfusão de valores, facultando, ao lado de reconstruções de interesse prático, notável aperfeiçoamento moral, imposto pela seleção espontânea, decorrente das grandes crises, sob cujo influxo se renovam as classes dirigentes. Estas, imbuídas de um alto sentimento de digni-

dade, trazem à gestão dos negócios públicos reservas de energias cívicas, capazes de vencer obstáculos e provações e de resistir à cobiça das sobras do Tesouro, como prêmio ou recompensa de situações políticas.

NORMA DO MESTRE

Sumarização a explicar: — Breves considerações sobre justiça e direito — Substituição do *justo* pelo *útil*, como finalidade sociológica — Preponderância econômica dos fins sociais — Organização científica da produção e pragmatismo industrial elevados a limites extremos — O Estado, como elemento coordenador dessas atividades assim orientadas, sofre modificações decisivas — Conselhos técnicos integrados na administração — Individualismo, sinônimo de excesso de liberdade — Comunismo, nova modalidade de escravidão — As instituições de classe como colaboradoras da pública administração.

Questionário

Que é justiça? — Que é direito? — Por que o “útil” deve prevalecer sobre o “justo”? — Quem defendeu no passado esta fórmula? — Por que os fins sociais são preponderantemente econômicos? — Por que ao Estado se impõe a coordenação de quaisquer atividades? — Que são órgãos técnicos? — Quais as características do individualismo? — Por que se considera o comunismo uma nova modalidade de escravidão? — Que entende por associações de classe?

PERNAMBUCO

Excerto do discurso pronunciado
em Recife, no dia 5 de setembro de
1933.

AINDA colônia, Pernambuco escreveu a página mais impressionante da nossa história: a resistência épica contra os holandeses — luta que foi a nossa primeira manifestação de brasilidade. Contrariando os desejos da metrópole, abandonado às suas energias incipientes, enfrentou o invasor. Para defender a Pátria que surgia, amalgamou, com o sangue vertido em comum, o branco, o índio e o negro, libertando-nos, para sempre, do preconceito da côr e fundindo as três raças que deveriam formar o cerne da nacionalidade.

Erguia, assim, o pedestal dos seus primeiros heróis, cuja estirpe se perpetuou no sacrifício dos precursores da Independência e da República, nos movimentos insurrecionais de 1817, 1824 e 1848.

Sempre fiel ao seu destino histórico, Pernambuco cresceu, através das lutas cívicas da nossa

formação política, as suas tradições de combatividade e inteligência, revividas por homens de rara têmpera moral e pujante intelectualidade, como o foram, entre outros, Joaquim Nabuco e Martins Júnior.

Esta fisionomia moral da terra pernambucana, ampliada a todo o Nordeste, caracteriza uma das tonalidades diferenciais da civilização brasileira.

Daí o proclamado contraste entre a faixa setentrional do país e a que se estende ao Sul, até aos limites extremos do território pátrio. As condições do meio físico, mais do que os fatores étnicos, diversificaram, para uma e outra, os problemas peculiares ao progresso de núcleos sociais, em natural e constante crescimento. A-pesar dessa diferenciação, não existe antagonismo entre Norte e Sul, como, aparentemente, poderia parecer ao exame de observador superficial e apressado. Na variedade de climas e multiplicidade de riquezas naturais, que se completam de zona em zona, defrontamos vasto campo de expansão econômica, sem perigo de atritos, confraternizados, em face ao futuro, por forte sentimento de coesão nacional, já pôsto à prova, decididamente, em ocasiões de graves abalos internos e perturbadoras crises internacionais.

NORMA DO MESTRE

Sumarização a explicar: Pernambuco e as primeiras manifestações nativistas — Desobediência à metrópole para defender a terra — A colaboração dos elementos raciais formadores da nacionalidade — Acontecimentos precursores da Independência e da República — Fidelidade a um destino histórico — Joaquim Nabuco e Martins Júnior — A fisionomia moral de Pernambuco ampliável por todo o Nordeste e caracterizando uma das diferenciais da civilização brasileira — Ausência de antagonismo entre Norte e Sul na aparente diversidade das condições mesológicas e dos fatores étnicos — O sentimento de coesão nacional.

Questionário

Quando se verificaram as primeiras manifestações nativistas dos brasileiros, em Pernambuco? — Por que os pernambucanos desobedeceram à metrópole? — Que elementos étnicos deram o seu sangue à causa da expulsão dos holandeses? — Qual a colaboração dêsses nossos patrícios à idéa da República? — Quem foi Joaquim Nabuco? — E Martins Júnior? — Que acontecimentos se verificaram no sentido da idéa republicana nos séculos XVIII e XIX? — Por que não existe antagonismo entre o Norte e o Sul do Brasil? — Como inferir positivamente a coesão nacional?

O PAPEL DO CINEMA

Trecho do discurso pronunciado no
Rio de Janeiro, no dia 25 de junho
de 1934.

SANEAR a terra, polir a inteligência e temperar o caráter do cidadão, adaptando-o às necessidades do seu *habitat*, é o primeiro dever do Estado. Ora, entre os mais úteis fatores de instrução, de que dispõe o Estado moderno, inscreve-se o cinema. Elemento de cultura, influindo diretamente sobre o raciocínio e a imaginação, êle apura as qualidades de observação, aumenta os cabedais científicos e divulga o conhecimento das coisas, sem exigir o esforço e as reservas de erudição que o livro requer e os mestres, nas suas aulas, reclamam.

A técnica do cinema corresponde aos imperativos da vida contemporânea. Ao revés das gerações de ontem, obrigadas a consumir largo tempo no exame demorado e minucioso dos textos, as de hoje, e principalmente, as de amanhã, entrarão em contacto com os acontecimentos da História

e acompanharão os resultados das pesquisas experimentais, através das representações da tela sonora. Os cronistas do futuro basearão os seus comentários nesses segmentos vivos da realidade, colhidos em flagrante, no próprio tecido das circunstâncias.

Se nos centros de civilização milenar já exerce o cinema tão alta função, muito maior será a sua importância nos países novos, a exemplo do nosso. Amparando a indústria cinematográfica nacional, o Governo Provisório cumpriu ditame imperioso e irrecusável. Por sua desmesurada grandeza geográfica, depara o Brasil, ao estadista, uma série de problemas complexos, de ordem econômica, política e social, cujas soluções dependem da análise rigorosa de certos dados fundamentais, em geral, obscuros e indécisos

O papel do cinema, nesse particular, pode ser verdadeiramente essencial. Ele aproximará, pela visão incisiva dos fatos, os diferentes núcleos humanos, dispersos no território vasto da República. O caucheiro amazônico, o pescador nordestino, o pastor dos vales do Jaguaribe ou do São Francisco, os senhores de engenho pernambucanos, os plantadores de cacau da Baía, seguirão de perto a existência dos fazendeiros de São Paulo e de Minas Gerais, dos criadores do Rio Grande do Sul, dos industriais dos centros urbanos; os sertanejos verão as metrópoles, onde se

elabora o nosso progresso, e os citadinos, os campos e os planaltos do interior, onde se caldeia a nacionalidade do porvir.

A propaganda do Brasil não deve cifrar-se, como até agora acontece, aos setores estrangeiros. Faz-se, também, mistér, para nos unirmos cada vez mais, que nos conheçamos profundamente, afim de avaliarmos a riqueza das nossas possibilidades e estudarmos os meios seguros de aproveitá-las em benefício da comunhão.

O cinema será, assim, o livro de imagens luminosas, no qual as nossas populações praieiras e rurais aprenderão a amar o Brasil, crescendo a confiança nos destinos da Pátria. Para a massa dos analfabetos, será essa a disciplina pedagógica mais perfeita, mais fácil e impressiva. Para os letrados, para os responsáveis pelo êxito da nossa administração, será uma admirável escola.

Associando ao cinema o rádio e o culto racional dos desportos, completará o Govêrno um sistema articulado de educação mental, moral e higiênica, dotando o Brasil dos instrumentos imprescindíveis à preparação de uma raça empreendedora, resistente e varonil. E a raça que assim se formar será digna do patrimônio invejável que recebeu.

NORMA DO MESTRE

Sumarização a explanar: — Deveres do Estado para com a Nação — O cinema, fator de instrução e educação,

influindo sôbre o raciocínio e a imaginação, apurando qualidades de observação, aumentando cabedais científicos e divulgando o conhecimento das coisas, suprimindo o esforço e as reservas de erudição reclamadas pelo livro e pelo mestre nas suas aulas — Correspondência da técnica do cinema aos imperativos da existência contemporânea — Minudenciagão das representações animatógráficas no campo da cultura brasileira — O que já empreendeu o Govêrno em favor da nossa indústria cinematográfica — A unidade nacional servida pelo cinematógrafo — Cinema, livro das imagens luminosas, que ensinará nossas populações praieiras e rurais a amar o Brasil — Disciplina pedagógica fácil e impressiva para os analfabetos, e admirável escola para os letrados e responsáveis pelo êxito da nossa administração — Cinema, rádio e desportos associados pelo Govêrno completando um sistema articulado de educação mental, moral e higiênica.

Questionário

Quais os primeiros deveres do Estado para com a Nação? — Qual a função do cinema como fator de instrução e educação? — Por que a técnica do cinema corresponde aos imperativos da vida contemporânea? — Quais as representações animatógráficas que poderão auxiliar eficientemente a cultura brasileira? — Que já fez o Govêrno a prol da nossa indústria cinematográfica? — Por que o cinematógrafo fortalecerá a unidade nacional? — Que benefícios traz aos analfabetos? — E aos letrados e administradores? — Que vantagens podemos esperar, do ponto de vista educativo, da conjugação do cinema, do rádio e dos desportos?

A IMPRENSA E A CULTURA POPULAR

Excertos dos discursos pronunciados no Rio de Janeiro, nos dias 20 de setembro de 1931 e 12 de julho de 1934, na ordem dos trechos transcritos.

O JORNALISMO no Brasil, já centenário, firmou-se com caráter periódico, nos pródromos das lutas pela Independência. Nasceu, pois, sob o influxo de um ideal de liberdade, para servir a uma grande causa. Creada a Pátria, tem acompanhado o evoluer da nacionalidade, ininterruptamente propugnando por todas as nobres reivindicações populares. Para o advento de 7 de abril, primeira reação conciente de brasilidade, jornada que legitimou a Independência nacionalizando-a, a Imprensa cooperou com bravura. Colaboradora na vitória de todas as nossas cruzadas liberais, a ação que desenvolveu na campanha abolicionista teve o efeito de uma catapulta irresistível e demolidora precipitando o 13 de maio. Assim foi, também, na proclamação da República. Assim

tem sido sempre, no Brasil, a função do jornal: acompanhando com serenidade as vicissitudes da Nação, compartilhando, sem desesperança, da mágua provocada pelos dias nefastos e vibrando de patriótico entusiasmo nas ocasiões de glória e de triunfo.

ENTENDIDA, como deve ser, a profissão do jornalista confina com o exercício de um sacerdócio. A crítica dos atos do poder, o exame das leis, a análise dos sucessos da vida quotidiana exigem serenidade de juízo, conhecimento exato da matéria em julgamento, amor desinteressado da verdade. O jornalismo, nos países como o nosso, onde ainda perdura percentagem dolorosa de analfabetos, não deve converter-se em arma para saciar paixões, mas cumpre que seja sempre uma tribuna de ensinamento equilibrado e seguro.

Grande mestra dos povos modernos, a Imprensa é o manancial em que êles se desalteram, em que vão beber os elementos essenciais ao cultivo da inteligência e do caráter. A palavra do jornal pode ser efêmera, pode luzir, apenas, um minuto e desaparecer na voragem dos dias. Mas permanece, indelével, o rasto que ela deixa no espírito.

A Imprensa, por bem dos fados, soube sempre cumprir o seu dever, nos passos graves da nossa história.

NORMA DO MESTRE

Sumarização a explicar: — A Imprensa — Sua gênese e importância no desenvolvimento da humanidade — Origens do jornalismo brasileiro — Seu papel nas lutas da Independência, da Abdicação, da Maioridade, da Abolição e da República — Periodistas brasileiros — O jornalismo como sacerdócio — Influência na opinião pública.

Questionário

Quando surgiu no Brasil a imprensa periódica? — Quais as campanhas nacionais que ela mais fortemente advogou? — Quem foram Evaristo da Veiga, José do Patrocínio e Quintino Bocaiuva? — Que qualidades deve possuir um jornalista? — Que é opinião pública?

O CARVÃO E O TRIGO NA ECONOMIA NACIONAL

Trecho da Plataforma lida no Rio de Janeiro, no dia 2 de janeiro de 1930.

NENHUMA política financeira poderá vingar sem a coexistência paralela da política do desenvolvimento econômico.

Para a determinação do rumo a seguir, é mister o acurado exame do ambiente geral da nossa atividade, mediante o balanço das possibilidades nacionais e o cálculo dos obstáculos a transpor.

O problema econômico pode-se resumir numa palavra — produzir, produzir muito e produzir barato, o maior número aconselhável de artigos, para abastecer os mercados internos e exportar o excedente das nossas necessidades.

Só assim poderemos dar sólida base econômica ao nosso equilíbrio monetário, libertando-nos, não só dos perigos da monocultura, sujeita a crises espasmódicas, como também das valoriza-

ções artificiais, que sobrecarregam o lavrador em benefício dos intermediários.

A agricultura, embora florescente em muitas zonas, ressent-se, por toda parte, da falta de organização e de método.

Possuímos excelentes condições de clima e de solo para a cultura do trigo; não nos faltam ricas jazidas de carvão. Entretanto, só no carvão e no trigo que importamos, anualmente, dispense o Brasil mais de um milhão de contos.

Se a nossa hulha negra não é das melhores, não é, tampouco, imprestável. Cumpra, portanto, aproveitá-la, adaptando as fornalhas à sua queima. É o que já se está fazendo, em larga escala, no Rio Grande, cuja viação férrea e cujas indústrias consomem, por ano, mais de 300.000 toneladas do carvão de pedra riograndense.

Com a utilização sistemática do carvão nacional, com o aproveitamento gradual das quedas d'água e com o uso do álcool adicionado, em percentagens razoáveis, aos óleos que nos faltam, fortalecer-se-á a economia do país, evitando-se, assim, a perda de grande parte do ouro que atualmente empregamos na compra de combustíveis estrangeiros.

Em não poucas das regiões mais próprias para a agricultura, impera ainda o latifúndio, causa comum do desamparo em que vive, geralmente, o proletariado rural, reduzido à condição de escravo da gleba.

Nessas regiões, seria conveniente, para os seus possuidores e para a coletividade, subdividir a terra, afim de colonizá-la, fazendo-se concessões de lotes a estrangeiros, como a nacionais, a preços módicos, mediante pagamento a prestações, além do fornecimento de máquinas agrícolas, mudas e sementes.

Para o completo êxito de tal obra, contribuiriam os poderes públicos, disseminando, em pontos convenientes, aprendizados agrícolas e facilitando os transportes.

Essa iniciativa parece-me bem mais útil e oportuna do que suscitar o aparecimento de indústrias artificiais.

O surto industrial só será lógico, entre nós, quando estivermos habilitados a fabricar, senão todas, a maior parte das máquinas que lhe são indispensáveis.

Daí, a necessidade de não continuarmos a adiar, imprevidentemente, a solução do problema siderúrgico. Não é só o nosso desenvolvimento industrial que o exige: é, também, a própria segurança nacional, que não deve ficar à mercê de estranhos, na constituição dos seus mais rudimentares elementos de defesa.

NORMA DO MESTRE

Sumarização a explanar: — A política financeira só poderá vingar coexistindo a la-par da do desenvolvimento econômico — Produzir muito e barato o maior

número de artigos, de maneira a abastecer os mercados internos, exportando-se o excedente — Disso depende a base econômica do nosso equilíbrio monetário, libertando-nos ainda dos perigos da monocultura e das valorizações artificiais — Organização e método para a agricultura — Condições favoráveis de clima e solo para a cultura do trigo — Nossas jazidas de carvão — Em 1930 importávamos anualmente mais de um milhão de contos de trigo e de carvão! — Se a nossa hulha não é a melhor, não é tampouco imprestável — Adaptação das fornalhas à sua queima — Estradas de ferro e indústrias gaúchas consumindo 300.000 toneladas de carvão riograndense (1930) — Aproveitamento sistemático do carvão nacional, gradual das quedas d'água, uso de percentagens de álcool na gasolina, visando-se o fortalecimento econômico do país pela retenção do ouro — O que já se praticou neste particular — O latifúndio reduzindo o proletariado rural à condição de escravo da gleba — Como eliminar o latifúndio — Aprendizados agrícolas e facilidade de transportes — Incrementar a indústria quando estivermos habilitados a fabricar a maior parte, senão todas as máquinas que lhe são indispensáveis — A solução siderúrgica.

Questionário

Em que condições vingará a nossa política financeira? — De que depende a base econômica do nosso equilíbrio financeiro? — Quais os perigos da monocultura? — Que é valorização artificial? — De que precisa a agricultura brasileira? — Por que devemos cultivar o trigo? — Por que devemos aproveitar a hulha nacional? — Como reter o ouro no país? — Por que o latifúndio escraviza o proletariado rural à gleba? — Que urge realizar para libertá-lo dessa condição? — Quando chegará a oportunidade de se incrementar a indústria?

A AÇÃO DA IGREJA

Excerto do discurso pronunciado no
Rio de Janeiro, no dia 20 de outubro
de 1934.

QUEM percorrer as páginas da fundação das nossas grandes cidades, do desenvolvimento da instrução, da origem e evolução das nossas liberdades e das nossas instituições sociais, encontrará, em todas elas, eficiente, perseverante e benemerita, a ação da Igreja. E desta ação imprescindível continua sempre o Brasil a esperar o concurso inestimável para a construção do seu porvir. É sobre a sólida formação cristã das consciências, é sobre a conservação e defesa dos mais altos valores espirituais de um povo que repousam as garantias mais seguras da sua estrutura social e as esperanças mais fundadas da grandeza, estabilidade e desenvolvimento das suas instituições.

NORMA DO MESTRE

Sumarização a explicar: — A benemerita ação da Igreja na evolução social do Brasil — Continuidade

da sua projeção — A formação cristã das consciências robustecendo, conservando e defendendo os mais altos valores espirituais de um povo.

Questionário

Qual o papel desempenhado pela Igreja em nossa evolução social? — Por que a sua projeção se continuou até os nossos dias e se estenderá pelo futuro? — Qual a vantagem da formação cristã das consciências?

O CARÁTER DO RIOGRANDENSE

Excerto do discurso pronunciado
em Pôrto Alegre, no dia 23 de no-
vembro de 1934.

A CONFIGURAÇÃO da nossa terra é o perfeito espê-
lho do caráter gaúcho. Foi ela que determi-
nou, que plasmou e afeiçãoou a *gens* riograndense.
Ao revés dos paredões graníticos da Serra do Mar,
das longas cortinas florestais e das praias que,
das costas catarinenses até à foz do Amazonas se
recortam em baías, angras e ancoradouros fáceis,
o nosso torrão não deslumbra, pela imponência
dos relevos. Alongando-se o nosso litoral em vasta
faixa luminosa de planície rasa, mal vislumbrada
por entre a oscilação das vagas, conservou-se,
durante muito tempo, quasi inabordável pelo lado
do Oceano. Só recentemente grandes e custosas
obras de engenharia nos deram um pôrto, no
extremo sul do território.

A nossa civilização não se fez do litoral para
o interior como no resto do país. Insulado entre

a serra e o mar, o gaúcho formou-se, antes, no interior, nas lides da vida rural, nas lutas para a conquista e conservação do território. Apartado, assim, do mar, limitado, na divisa norte, por serranias e, nas ocidentais e sulinas, por grandes caudais, campinas e lagoas, teve êle, ainda, para concentrar-se, para volver-se sôbre si mesmo, outro fator de ordem psicológica de suma importância: a fronteira espanhola. Foi essa vizinhança permanente que, desde o século XVIII, fixou ao solo, com todas as suas idiossincrasias, a raça gerada nos rincões do Sul. Nosso particularismo social proveiu, justamente, da missão política, da missão de vigilância que, numa era remota, hoje, felizmente, desaparecida, os governos da Metrópole, do Reino e do Império atribuíram aos nossos maiores.

Raça de soldados e cavaleiros, acostumaram-se os gaúchos a olhar o perigo rosto a rosto. Não chegavam aquí senão amortecidos os raios brilhantes da côrte de São Christovão. A inexistência de riquezas auríferas, de jazidas preciosas, de pedrarias de fino quilate, não permitiu que se levantassem nestes confins cidades opulentas, núcleos de requintada sociabilidade. O salão do gaúcho é a planura extensa; a sua prenda mais rara é o laço; as suas vestes mais luzidas são o poncho de côres flamantes, as botas de couro cozido, o chapeirão de barbicacho; a sua sege é

o cavalo; a sua companheira inseparável é a impetuosa coragem.

Enquanto, nas salas douradas de Ouro Preto, da Baía, do Rio de Janeiro e de São Paulo, nascia, para honra da nossa cultura, uma delicada aristocracia de parlamentares e pensadores, de juristas e poetas, surgia, entre nós, o tipo do gentilhomen da campanha, do senhor rural violento mas franco, desprovido de qualquer preconceito de casta, amigo dos seus servidores mais modestos, repartindo com êles todas as vicissitudes dos trabalhos da guerra e da paz.

Ao contrário do minerador, auxiliado por enorme escravaria, o estancieiro labuta com os peões, corre com êles nos rodeios, carnêa a rez, nos churrascos, em sua companhia e, na pelêja, morre ao seu lado, brandindo a mesma lança indômita. Sua vida, como a do gaúcho mais humilde, está sujeita a um ritmo paralelo: o entreviro, as longas marchas dos combates, os mistéres, penosos mas salutarés, do pastoreio e da agricultura. Nessas alternativas de inquietude e tranquilidade, flúi a sua existência.

A raiz do particularismo gaúcho encontra-se no amor da liberdade. Nenhuma noção está mais presente, mais viva, no seu inconciente.

Para que a Pátria fôsse sempre livre, o gaúcho escravizou-se ao torrão natal, plantou-se nele, como os umbús solitários, afim de ser o ponto

de referência, a primeira atalaia para atrair o raio das procelas. Nunca recusamos êsse pôsto, nunca o regateamos e nunca permitiremos que ninguém o ocupe. A marca do sangue riograndense é o seu índice de posse incontestável.

NORMA DO MESTRE

Sumarização a explicar: — A configuração do Rio Grande do Sul determinando, plasmando e aperfeiçoando a *gens* gaúcha — O litoral riograndense — Uma civilização que se processou no interior — Lides da vida rural — Lutas para a conquista e conservação do território — A fronteira espanhola fator de concentração e de ordem psicológica — Um particularismo social oriundo da missão política, da missão de vigilância que a Metrópole e o Império atribuíram aos sul-riograndenses — Raça lealdosa de soldados e cavaleiros — Espelho de uma sociedade rural na sua simplicidade sadia — Contraste entre a opulência social de outras províncias e a do Rio Grande — O rude gentleman da campanha, violento mas franco, destituído de preconceitos de casta, amigo dos seus servidores mais modestos, com êles repartindo as vicissitudes da guerra e da paz — Costumes guáscas — O amor da liberdade explicando o particularismo de um povo — Escravidão ao solo para que a Pátria fôsse sempre livre — Primeira atalaia do Brasil, baluarte da nacionalidade sagrado pela marca do sangue.

Questionário

Que influência determinou a plasmação da “gens” gaúcha? — Qual o aspecto do litoral do Rio Grande

do Sul? — Como se processou a civilização guásca? — Qual a razão do particularismo riograndense? — Qual a feição da sociedade gaúcha? — Que pensa do carácter do sul-riograndense? — Por que se escravizou êle ao sólo? — Por que o Rio Grande é a primeira atalaia da Pátria?

O PROBLEMA DA CULTURAÇÃO BRASILEIRA

Trechos do discurso pronunciado no
Rio de Janeiro, no dia 2 de dezembro
de 1937.

NA MISSÃO árdua e ingente a que se devotaram, orientando o problema da culturação brasileira, os nossos primeiros educadores chegaram aos resultados mais extraordinários. Só o espírito evangelizador e as virtudes da fé podem explicar o milagre de termos conseguido amalgamar, na sociedade colonial, os fatores dispares e primários da nossa formação — indígenas da idade da pedra, escravos africanos em diversos estágios culturais e imigrantes peninsulares — integrados todos na civilização cristã.

Com o decurso do tempo e a experiência adquirida, é fácil aquilatar quanto se tornou profunda e benéfica a influência moral dêsse período, que ainda hoje caracteriza a fisionomia das nossas instituições.

Vivemos, todos o sentem, uma hora conturbada, de verdadeira subversão de valores.

Fala-se, a miúdo, com insistência extremada, em perturbações de ordem econômica, oriundas do desequilíbrio na produção ou repartição das riquezas materiais, como se a vida do homem consistisse na mera satisfação das necessidades físicas. Mas, é fóra de dúvida que, no fundo dos angustiosos problemas da atualidade, se encontra, também, complicando-lhes a compreensão e dificultando as soluções, o fator de natureza espiritual — a desordem no domínio da inteligência.

Sob qualquer aspecto, menos que os povos da velha civilização, sofreremos, certamente, os danos dessas crises conjugadas.

Temos, porisso, o dever de prevenir maiores e mais profundos males, cuidando de organizar e disciplinar as nossas energias espirituais e materiais.

Precisamos reagir em tempo, contra a indiferença pelos princípios morais, contra os hábitos do intelectualismo ocioso e parasitário, contra as tendências desagregadoras, infiltradas, pelas mais variadas fórmulas, nas inteligências moças, responsáveis pelo futuro da Nação; precisamos, com maior urgência, dar sentido claro, diretrizes construtoras e regras uniformes à política educacional, o mais poderoso instrumento a utilizar, no fortalecimento da nossa estrutura moral e econômica.

O PROCESSO educativo mais adequado às nossas condições sociais, é o que consiste na preparação equilibrada do espírito e do corpo, transformando cada brasileiro em fator conciente e entusiasta do engrandecimento pátrio.

O dilema teórico, tão debatido pelos doutos — cultura de extensão, alfabetização rápida das massas ou alta preparação de *élites*, destinadas às tarefas de direção — não abarcava a realidade das nossas circunstâncias. Seria ingênuo pretender, num país escassamente alfabetizado, produzir, apenas, sábios e pesquisadores, como, da mesma forma, acreditar que o saber extensivo seja bastante para assegurar a reforma dos costumes políticos, a propulsão econômica e o progresso moral.

A obra educativa e cultural encetada pela administração é mais ampla e abrange o problema em todos os seus aspectos.

A Constituição em vigor (*) estabelece a obrigatoriedade e gratuidade do ensino primário. O volume de iletrados constitue obstáculo ponderável, tanto ao aparelhamento institucional, como para o desenvolvimento das atividades produtivas. É preciso reduzi-lo rapidamente, e nessa campanha devem empenhar-se todos, em estreita cooperação com o Estado.

(*) Constituição de 10 de Novembro de 1937.

O preparo profissional constitue outro aspecto urgente do problema, e foi igualmente considerado nas responsabilidades do novo regime. Cabe aos elementos do trabalho e da produção, agrupados corporativamente, colaborar com o Govêrno para formar os técnicos de que tanto carecemos.

Especialistas de renome mundial dão à nossa alta cultura lugar de destaque nos centros mais adiantados, e o Govêrno provê, ampara e impulsiona os seus trabalhos, creando facilidades ao desenvolvimento das pesquisas e dos estudos de ciência pura e aplicada.

Nos moldes do novo regime, o problema educacional recebeu, finalmente, diretrizes definidas. Podemos, agora, trabalhar com decisão e tenacidade sabendo para onde queremos ir e conhecendo os objetivos que nos conduzem.

NORMA DO MESTRE

Sumarização a explicar: — Esforços dos nossos primeiros educadores orientando o problema da culturação brasileira — O milagre do amalgamento, na sociedade colonial, dos fatores dispares e primários da nossa formação: o indígena da idade da pedra, o escravo africano em diversos estágios culturais, e os imigrantes peninsulares — Integração dêsses elementos na civilização cristã — A influência moral dessa época de formação caracterizando ainda hoje a fisionomia das nossas instituições — A vida do homem não se circunscreve à mera satisfação das necessidades físicas — O fator de natureza espiritual, a desordem na inteligência, com-

plicando a compreensão e dificultando a solução das questões oriundas do desequilíbrio na produção ou repartição das riquezas materiais — O Brasil sofrendo menos a consequência das perturbações econômicas que os povos da velha civilização — Disciplinação e organização de nossas energias espirituais e materiais — Investida contra a indiferença pelos princípios morais e contra o intelectualismo ocioso e parasitário — Liberação das inteligências moças das infiltrações desagregadoras — Sentido claro, diretrizes construtoras e regras uniformes na política educacional — Equilíbrio do espírito e do corpo na preparação dos brasileiros, transformando cada um em fator do engrandecimento pátrio — Alfabetização intensiva — Preparo profissional — Os elementos do trabalho e da produção, grupados corporativamente, colaborando com os governos para formar os técnicos de que carecemos — Conceito da nossa alta cultura nos centros mais adiantados do mundo — O Governo Brasileiro criando facilidades e amparando o desenvolvimento das pesquisas e dos estudos de ciência pura e aplicada.

Questionário

Como orientaram os nossos primeiros educadores a culturação brasileira? — Que fatores dispare e primários encontraram eles para realizar a sua grande missão? — Quais os resultados dos seus esforços? — Por que a vida do homem não se pode circunscrever exclusivamente à satisfação das necessidades físicas? — Qual a razão de sofrerem menos os brasileiros que os povos de velha civilização as consequências das perturbações econômicas que afligem o mundo? — Por que devemos organizar e disciplinar as nossas forças espirituais e morais? — Que é intelectualismo ocioso e parasitário? — Que compreende por infiltrações desagregadoras? —

Que sentido e diretrizes norteiam a política educacional do Estado Novo? — Por que devemos alfabetizar intensivamente o povo? — Por que é imprescindível o seu preparo profissional? — De onde devem sair os técnicos para colaborar com o Govêrno? — Qual o conceito da nossa alta cultura no mundo? — De que fôrma a administração pública auxilia e estimula as atividades científicas?

BAÍA

Excerto do discurso pronunciado
em Salvador, no dia 28 de agosto de
1933.

VISITANDO a Baía, sinto a comoção de abeirar-me, pela primeira vez, do berço da nacionalidade.

Antes de conhecê-la, a História fizera-me compreender o seu passado glorioso na formação da Pátria; aqui, santificando a terra virgem do Brasil, erigindo-se a primeira Cruz, símbolo sagrado, unindo o Novo Mundo, que surgia à civilização cristã renascente; daqui partiram os exploradores do Recôncavo; aqui fixaram-se os primeiros descobridores, tirando da terra dadivosa o seu sustento e perpetuando-se na sua descendência; aqui, constituiu-se o núcleo inicial de resistência para a manutenção e posse das terras descobertas; enfim, aqui, foram lançados os alicerces da Nação que hoje somos e da grande Pátria que devemos ser.

No processo da nossa evolução política, a Baía jamais desmereceu da honra que lhe adveiu de antiga metrópole do Brasil. A sua voz alteou-se sempre para prestigiar as grandes causas que empolgaram o país, no Império e na República.

Ao avistá-la por sôbre a curva suave da enseada, cuja moldura verdejante se alonga pela serra, a cidade de São Salvador relembra a evocação filial de Rui Barbosa “vendo pendurar-se do céu e estremecer para mim o ninho onde cantou Castro Alves, verde ninho murmuroso de eterna poesia, debruçado entre as ondas e os astros...” Completando a visão, associava no mesmo culto admirativo êsses dois grandes nomes da Baía-máter — um, o maior gênio verbal da nossa raça; o outro, poeta e precursor das reivindicações sociais da nacionalidade.

Mas, a Baía não evoca sômente estas glórias: evoca, também, as primeiras lutas do homem para dominar a terra selvagem do Brasil, transformando êsse esforço em riqueza que chegou a erguer a capitania nascente, durante muito tempo, à categoria de maior empório comercial da América do Sul.

NORMA DO MESTRE

Sumarização a explicar: — Baía, berço da nacionalidade — A primeira Cruz, símbolo sagrado unindo o Novo Mundo que surgia à civilização cristã renascente — Fixação dos descobridores da terra — Sua manuten-

ção e posse — Invasão dos holandeses e expulsão — O Visconde de Cairú e a abertura dos portos ao comércio internacional — Lutas pela Independência — A Baía na Colônia, no Império e na República — Rui Barbosa, gênio verbal da raça — Castro Alves, poeta e precursor das nossas reivindicações sociais — Produções baianas.

Questionário

Por que a Baía é o berço da nacionalidade? — Quando se erigiu em suas terras a primeira Cruz? — Que vantagens resultaram da fixação na Baía dos descobridores? — De quando data a invasão holandesa e quando se verificou a expulsão dos batavos? — Em que ano foi baixado o decreto real abrindo os portos do Brasil ao comércio internacional? — Que individualidade contribuiu para esse acontecimento? — Como e de que forma os baianos lutaram pela Independência da Pátria? — Quem foi Rui Barbosa? — Quais são as principais produções da Baía?

PROTEÇÃO AO TRABALHADOR

Trecho do discurso pronunciado no
Rio de Janeiro, no dia 29 de Outubro
de 1932.

A ORGANIZAÇÃO sindical, a lei de férias, a limitação das horas de trabalho, o salário mínimo, as comissões de conciliação, as caixas de pensões, o seguro social, as leis de proteção às mulheres e aos menores realizam velhas aspirações proletárias de solução inevitável.

O individualismo excessivo, que caracterizou o século passado, precisava encontrar limite e corretivo na preocupação predominante do interesse social. Não há nessa atitude nenhum indício de hostilidade ao capital, que, ao contrário, precisa ser atraído, amparado e garantido pelo poder público. Mas, o melhor meio de garanti-lo está, justamente, em transformar o proletariado numa força orgânica de cooperação com o Estado e não o deixar, pelo abandono da lei, entregue à ação dissolvente de elementos perturbadores, destituídos dos sentimentos de Pátria e de Família.

Faz-se mistér, aos que desfrutam os benefícios da riqueza e do conforto — regalias que aos pobres parecem um privilégio, mas que a lei transforma em prerrogativas jurídicas — reconhecerem que a essas prerrogativas correspondem deveres, convencendo-se de que todos quantos cooperam com o seu trabalho para semelhante resultado possuem, também, respeitáveis direitos ao bem-estar, aos cuidados da saúde e às garantias de previsão social contra os acidentes do labutar afanoso. Entramos definitivamente, num período de ordem, de segurança e de firmeza de ação. Aproveitemo-lo para concluir a obra de reconstrução social e política, que consagre, nos nossos anais, o pensamento de renovação triunfante em 1930.

NORMA DO MESTRE

Sumarização a explicar: — Primeiras outorgas da Revolução de 1930 ao trabalhador, visando-lhe a proteção — O interesse social superpondo-se ao individualismo excessivo do século passado — A transformação do proletariado numa força orgânica de cooperação do Estado melhor meio de garantia para o capital — Direitos das classes obreiras ao bem estar, à saúde, às garantias de previsão social contra os acidentes do seu labutar.

Questionário

Quais foram as primeiras leis de proteção ao trabalhador outorgadas pelo Governo surtido da Revolução de 1930? — Por que superpôr-se o interesse social ao

individualismo do século XIX? — Qual o melhor meio de garantia para o capital? — Como afastar o operariado da ação dissolvente de elementos perturbadores? — Quais os deveres dos que desfrutam os benefícios da riqueza e do conforto? — Que direitos assistem às classes trabalhadoras?

FRONTEIRAS ECONÔMICAS E FRONTEIRAS POLÍTICAS

Trecho da entrevista concedida em
São Lourenço, no dia 22 de abril de
1938.

AS NAÇÕES novas, formadas pela expansão colonizadora, apresentam, entre os fenômenos específicos do seu crescimento, a mobilidade de fronteiras. Não coincidem, nos primórdios da formação, as linhas de demarcação política e a extensão de apropriação econômica. Dessa diferenciação decorre a existência da *fronteira móvel*, que traduz a expansão do território integrado no sistema nacional de produção dentro da área política.

O Brasil é, na atualidade, um dos países em que se regista o fato, e, por isso mesmo, a sua expansão tem um caráter puramente interno, como processo de dar substância econômica ao corpo político e fazer coincidirem as duas fronteiras. Antes dessa integração necessária, todo o país sofre uma fragmentação nítida em que as etapas do desenvolvimento econômico são assinaladas de

modo evidente. Uma faixa é agente e sujeito da economia nacional; a outra é, apenas, objeto, servindo como mercado de consumo de manufaturas, em troca de matérias primas ou produtos extrativos. Naturalmente, a consequência mais imediata do fato é que uma parte dos brasileiros vive em condições de vida peculiares à fase colonial, enquanto a outra mostra uma evolução econômica acelerada. Exemplos exatos dos dois tipos encontramos nas unidades federais de São Paulo e Mato Grosso. O Brasil mostra, assim, dentro das suas divisas, regiões metropolitanas e zonas coloniais. O imperialismo brasileiro consiste, portanto, na expansão demográfica e econômica dentro do próprio território, fazendo a conquista de si mesmo e a integração do Estado, tornando-o de dimensões tão vastas quanto o país.

Com as imensas reservas territoriais de que dispomos, será possível formar um grande mercado unitário, de capacidade bastante para absorver a produção das zonas industrializadas e desenvolver a industrialização das zonas de recente ocupação. Por isso mesmo, o nosso país não atingiu ainda à fase em que necessitará de novos mercados nem de novos territórios ou da conquista de matérias primas. Efetivamente, possuímos quasi todos os vinte e três produtos naturais considerados indispensáveis à auto-suficiência econômica. O de que necessitamos, nesta etapa da evolução nacional, é levar avante iniciativas

extensas, mobilizando capitais e utilizando processos modernos.

NORMA DO MESTRE

Sumarização a explicar: — Noção de fronteira — Principais tipos de fronteira — Conceito de fronteira econômica — Desenvolvimento da tese e sua exemplificação no Brasil com os casos de São Paulo e Mato Grosso — Conquista pelos brasileiros do próprio território nacional pela expansão demográfica e econômica — Imperialismo intra-fronteiras, com o avassalamento das nossas imensas reservas territoriais, e pela formação de um grande mercado unitário capaz de absorver os produtos das zonas industrializadas, e crescente industrialização das novas zonas ocupadas — Mobilização de capitais e utilização de processos modernos a bem da nossa auto-suficiência econômica.

Questionário

Que é fronteira e quais os principais dos seus tipos? — Que é fronteira econômica? — Que é fronteira política? — Quais os exemplos que conhece de deslocamento da fronteira econômica? — Como devem os brasileiros expandir-se no âmbito territorial da Pátria? — Nesta fase da nossa evolução de que forma manifestaremos o Imperialismo nacional? — Quantos e quais os produtos que nos são indispensáveis à auto-suficiência econômica?

O IMPERIALISMO DO BRASIL

Trecho da entrevista concedida à
Imprensa, em São Lourenço, no dia 22
de abril de 1938.

O IMPERIALISMO do Brasil consiste em ampliar as suas fronteiras econômicas e integrar um sistema coerente, em que a circulação das riquezas e utilidades se faça livre e rapidamente, baseada em meios de transporte eficientes, que aniquilarão as forças desintegradoras da nacionalidade. O sertão, o isolamento, a falta de contacto são os únicos inimigos temíveis para a integridade do país. Os localismos, as tendências centrífugas, são o resultado da formação estanque de economias regionais fechadas. Desde que o mercado nacional tenha a sua unidade assegurada, crescendo-se a sua capacidade de absorção, estará solidificada a federação política. A expansão econômica trará o equilíbrio desejado entre as diversas regiões do país, evitando-se que existam irmãos ricos ao lado de irmãos pobres. No momento nacional só a existência de um governo

central forte, dotado de recursos suficientes, poderá trazer o resultado desejado. As incertezas, as dificuldades, os choques, promanam da existência de dois Brasis — um político e outro econômico, que não coincidem. A história da opulência e da decadência de certas regiões, baseada no valor e procura eventual de determinado produto, a tríplice tributação, as guerras de tarifas e as dificuldades creadas à circulação interestadual das riquezas são exemplos eloquentes da falta de um poder bastante para retificar as diretrizes erradas e corrigir as soluções parciais.

Abolir os obstáculos dessa natureza e unificar o mercado interno são medidas inadiáveis a tomar.

Se a produção das riquezas com o incremento das explorações existentes e a utilização dos potenciais constitue um programa imediato, seguramente, a sua circulação é a parte dinâmica de qualquer renovação nacional. Rodovias, ferrovias, navegação fluvial, são os escalões imprescindíveis para a perfeita e completa integração do país. Está em preparo o grande plano de ferrovias e estradas de rodagem, cuja execução progressiva será realizada. Seguramente, é trabalho para muitos anos, talvez para mais de uma geração, mas a existência da Nação conta-se por séculos, e a continuidade do desenvolvimento do país reclama um incessante esforço.

NORMA DO MESTRE

Sumarização a explicar: — O sentido do imperialismo do Brasil — Vias de comunicação — O sertão, o isolamento, os localismos e as tendências centrífugas, inimigos da integridade do país — Economias regionais fechadas atentando contra a coesão nacional — Asseguração da unidade do nosso mercado com o acréscimo da sua capacidade de absorção — Consolidação sequente da federação política — O equilíbrio entre as diversas regiões do país por força da expansão econômica, evitando a existência de irmãos ricos ao lado de irmãos pobres — Governo central forte evitando choques promanantes da existência de dois Brasís, que não coincidem: um político e outro econômico — Histórico das causas da opulência e da decadência de certas regiões nossas — Tríplice tributação, guerras de tarifas e dificuldades creadas à circulação interestadual das riquezas denunciando a falta de um poder bastante — A parte dinâmica da renovação nacional — Um grande plano de ferrovias e estradas de rodagem — A existência da Nação.

Questionário

Qual o sentido do nosso imperialismo? — Quais os inimigos da integridade do país? — Que vantagens traz a asseguaração da unidade do nosso mercado? — Como estabelecer o equilíbrio da Federação Brasileira? — Qual a função de um governo central forte? — Que fatos denunciam a falta de um poder bastante? — No conjunto das nossas atividades qual a parte dinâmica da renovação nacional? — Que vantagens surtirão do grande plano ferro e rodoviário elaborado pelo Governo?

MINAS GERAIS

Excertos do discurso pronunciado
em Belo Horizonte, no dia 17 de julho
de 1938.

MINAS GERAIS é um milagre de fé. E tudo o que me envolve são estímulos que nascem desse entusiasmo avassalador e esmagam e aniquilam as forças negativas do espírito. Todos aqueles que, de falsa fé, não se rendem à evidência; todos aqueles que, incapazes de construir, procuram, com o negativismo malsinador, ocultar a própria luz dos acontecimentos, estão dissociados do sentimento brasileiro. Não os acusemos, nem os censuremos. O que se verifica, enquanto vivem dominados por espírito puramente negativista, revelador da incapacidade de realizar e construir, é mais um fenômeno de incompreensão: eles estão no limite de um mundo novo, entre a realidade, que surge e o passado, que desaparece. Não puderam compreender a transição. Ficam nesse limite, perplexos e vacilantes, apegados às estra-

tificações fósseis de uma série de princípios e doutrinas que já desapareceram.

... **D**O ALTO destas montanhas, da claridade dos seus céus, na sua limpidez translúcida, parece-me que melhor se sente e se compreende o Brasil.

NORMA DO MESTRE

Sumarização a explicar: — O Estado de Minas Gerais — Breve noção de sua história, geografia e economia — Mineiros ilustres desde os tempos coloniais — Os poetas da Inconfidência — Tiradentes — O Aleijadinho de Vila Rica — Bernardo de Vasconcelos — O Marquês do Paraná — Os Otônias — Afonso Celso, Visconde de Ouro Preto — Bernardo Guimarães — Fernando Lobo — João Pinheiro — Carlos Chagas — Minas, milagre de fé, na compreensão dos destinos do Brasil.

Questionário

Onde fica Minas Gerais? — Qual a natureza do seu solo — E as suas principais produções? — Pode nomear alguns mineiros ilustres na política, nas ciências, nas letras e nas artes? — Que significa o Estado de Minas na Federação Brasileira?

ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA

Excerto do discurso pronunciado no
Rio de Janeiro, no dia 4 de maio de
1931.

EXAMINANDO detidamente o fator de maior predominância na evolução social, penso não errar afirmando que a causa principal de falharem todos os sistemas econômicos, experimentados para estabelecer o equilíbrio das forças produtoras, se encontra na livre atividade permitida à atuação das energias naturais, isto é, na falta de organização do capital e do trabalho, elementos dinâmicos preponderantes no fenômeno da produção, cuja atividade cumpre, antes de tudo, regular e disciplinar.

A racionalização, o *tailorismo*, a cartelização, os *dumpings* e outras soluções rotuladas com palavras mágicas, são, apenas, paliativos incapazes de resolver o problema econômico. Quando muito, possuem a virtude de provocar o advento de novo sistema, definitivo ou mais perfeito. Uma verdade ressalta incontestada de tudo isso: o aumento da

capacidade produtora, cada vez mais ampliada por êsses processos, trouxe a desigualdade entre a produção e o consumo e, conseqüentemente, a superprodução generalizada, causa precípua da crise atual.

Com esclarecido acêrto, pondera notável pensador: "Abandonar a economia universal ao livre jôgo das fôrças produtoras equivale a caminhar de olhos abertos para uma convulsão futura, pela agravação de seu desequilíbrio evidente". Daí se induz não devermos apoiar incondicionalmente o imperialismo econômico, que, de longa data, demonstrou as falhas da sua organização, nem fornecer amparo irrestrito ao proletariado, o que acarretaria o predomínio de outra tirania, talvez funesta à marcha da civilização.

Com grave êrro, a sociedade moderna ainda assenta a sua economia sôbre o lucro individual, concedendo ampla liberdade na escôlha dos meios para a sua consecução.

No sistema capitalista, observa-se o preceito perigoso de ser o poder aquisitivo sempre inferior à capacidade das indústrias, quando a produção devia limitar-se à capacidade aquisitiva das massas. Essa diferença, causa do desequilíbrio existente, tende a aumentar, porque, enquanto o capital estimula a produção, para ampliar-se, levando a indústria ao máximo de produtividade, o consumidor, defensivamente ou por hábito natural de

poupança, procura restringir o consumo ao indispensável às suas necessidades.

Como efeito inevitável, manifesta-se o descompasso da vida econômica, evidenciando que o seu mecanismo não foi organizado providentemente, uma vez que permite aos detentores das forças que o impulsionam movimentá-lo ao sabor dos seus interesses.

NORMA DO MESTRE

Sumarização a explicar: — A falta de organização do capital e do trabalho como causa principal de falharem todos os sistemas econômicos experimentados para estabelecer o equilíbrio das forças produtoras — Falência da racionalização, do tailorismo, da cartelização, dos *dumpings* e de outras soluções enganadoras — Desigualdade entre a produção e o consumo — A super-produção, genetriz precípua da crise mundial — Deficiências do imperialismo econômico, que não devemos apoiar incondicionalmente — Também não é prudente fornecer amparo irrestrito ao proletariado, o que redundaria no predomínio de outra tirania, talvez funesta à marcha da civilização — A sociedade moderna erra assentando sua economia no lucro individual, concedendo ampla liberdade na escôlha dos meios para a sua consecução — Um preceito perigoso do sistema capitalista — O “porquê” do descompasso da vida econômica.

Questionário

Qual a causa de falharem todos os sistemas econômicos experimentados para estabelecer o equilíbrio das forças produtoras? — Que é racionalização, tailorismo,

cartelização e “dumping”? — Quais os motivos da desigualdade entre a produção e o consumo? — Que fenômenos gerou precipuamente a crise mundial? — Por que não devemos aprovar incondicionalmente o imperialismo econômico? — Por que não devemos também fornecer amparo irrestrito ao proletariado? — Por que erra a sociedade moderna assentando sua economia no lucro individual? — Que preceito perigoso se observa no sistema capitalista? — Onde se encontra o “porquê” do descompasso da vida econômica?

EXPLORAÇÃO DAS RIQUEZAS MINERAIS

Trecho da entrevista concedida à
Imprensa, em São Lourenço, no dia 22
de abril de 1938.

Todos os países sul-americanos possuem, como é sabido, a sua economia fundada na larga exportação de produtos da agricultura ou da pecuária. Apenas o Perú, o Chile e a Bolívia contam como principais fontes de renda os produtos minerais. O Brasil, até aqui, tem dado pequena contribuição nas suas exportações do reino mineral. No cômputo geral da nossa exportação nos últimos anos, as matérias primas de origem mineral atingem apenas a 3 % do total. Estamos melhorando, de várias fórmulas, o nosso aparelhamento de transportes: temos em via de conclusão os estudos necessários e, dentro de pouco, aumentaremos de muito a nossa capacidade exportadora de minerais.

O nosso problema siderúrgico é, a um tempo, problema de importância vital para a defesa e

aparelhamento do país e problema de aumento das nossas exportações e diversificação das fontes de saldo da nossa balança comercial. Além disso, a margem de lucros que fica entre os preços médios dos produtos industriais e agrários, os reflexos das crises nacionais na economia do Continente, que se baseia no fornecimento de matérias primas e produtos de alimentação, deixam-nos em situação difícil para satisfazer compromissos. Vejamos, por exemplo, o que ocorreu nos últimos anos. Apesar dos esforços feitos no sentido de produzir mais e melhor diversificando a produção, estandardizando-a e obtendo novos mercados, passando de 182 milhões e meio de quintais, em 1930, a 200 milhões, em 1936, e quasi 50 milhões a mais, no ano findo (1937), essa melhoria quantitativa não aumentou o valor da produção. Os preços ouro dos produtos agrários dessangram os países que vivem principalmente de exportar matérias primas. É uma espécie de colonato econômico quasi insuperável; a libra ouro passou, nesse período, de 40\$ a cerca de 160\$. O quintal exportado baixou mais de 50 % do seu valor ouro, enquanto o importado conservou-se mais ou menos estável.

O valor médio, por tonelada, da nossa exportação, que era, em 1931, em libras ouro, 22,2, caiu para 18,7, em 1933, e para 12,3, em 1936. Como se vê os saldos da balança comercial vão minguando constantemente. Há melhoria quantitativa da ex-

portação e excessiva diminuição do valor. O resultado é que o ano de 1937 produziu um saldo de balança comercial inferior a 2.000.000 de libras ouro.

A conclusão a tirar destas considerações é que a exploração das riquezas minerais deve ser intensificada por todos os meios. Crearemos, ao mesmo tempo, mais um poderoso núcleo de resistência econômica e elevaremos o valor do ouro do nosso intercâmbio comercial.

CARVÃO NACIONAL

O aproveitamento do carvão nacional é outro assunto que vem sendo detidamente examinado.

Ainda importámos no último ano, 1.700.000 toneladas de carvão estrangeiro contra 2.000.000, em 1929. Dispondo de boas jazidas carboníferas em franca exploração e já tendo elevado o seu consumo de 370.000 toneladas, em 1929, para 720.000, em 1937, existe larga margem de aproveitamento, que é preciso preencher, em proveito da economia nacional.

Concorreu para a elevação do consumo a lei do Governo Provisório que determinou a mistura obrigatória de 10 % de carvão brasileiro por tonelada de carvão importado. Incrementada por essa fórmula a produção, a quota foi elevada, agora, para 20 %.

O crescente aproveitamento do nosso carvão

exige, entretanto, três medidas paralelas: a melhoria do combustível pelo processo de lavagem, a utilização da moínha e a construção de grêlhas adequadas à combustão. Já determinei ao Ministro da Viação apressar os estudos definitivos para uma solução satisfatória, capaz de remover as dificuldades que impedem o maior consumo de carvão nacional.

O PROBLEMA SIDERÚRGICO

Por falarmos em aproveitamento das riquezas minerais, não quero perder o ensêjo de tornar público o interesse com que o Governo vem examinando o problema capital da nossa expansão econômica — a siderurgia — e as providências tomadas para dar-lhe solução rápida e definitiva.

O assunto merece ser focalizado de forma clara e sem reservas.

Todos sabem que possuímos grandes jazidas e de incontestável pureza: que a exploração dessas jazidas em larga escala operará verdadeira revolução na economia do país; que essa exploração consiste em extrair minério e exportá-lo na maior quantidade, fundando, simultaneamente, a grande indústria siderúrgica. Não pode haver, no caso, solução satisfatória unilateral.

Devemos atacar ambos os problemas de modo que a indústria do ferro e do aço atenda aos obje-

tivos de engrandecimento da nossa economia e ao aparelhamento da defesa militar.

Pôsto o problema nestes têrmos, façamos, antes de ir adiante, uma rápida verificação do que produzimos e consumimos, de ferro, aço e produtos derivados.

A partir de 1932, a nossa produção aumentou sensivelmente: a de ferro gusa, de 28.800 toneladas, naquele ano, passou a 78.400, em 1936; a de aço, de 34.200 toneladas, em 1932, passou a 74.600, em 1936; a de ferro laminado, de 29.500, em 1932, passou a 62.900, em 1936. Houve, também, aumento proporcional de valor. Fixando, porém, como ponto de referência o ano de 1936, apura-se que a nossa produção foi de 214.900 toneladas, no valor de réis 130.000:000\$000. Vejamos, agora, a nossa importação, também em 1936. Excluídos os maquinismos, compreendendo, apenas, os produtos elementares de ferro e aço, ferro em barras, vergalhões, chapas, canos, tubos, arame, utensílos, etc., temos 186.000 toneladas, no valor de 220.000:000\$000. É oportuno salientar que êsses dados são relativos a um período de compras bastante limitadas, por causas diversas, entre elas, as dificuldades cambiais, no qual muito pouco se renovou do material ferroviário e quasi nada se empreendeu em matéria de construção e estrutura de aço e ferro. De qualquer fórmula, vê-se que, mesmo apreciada sem especificações, a nossa produção está longe

de satisfazer as necessidades mínimas do consumo nacional. E vê-se, ainda, que as próprias necessidades do consumo atual asseguram, por si só, a absorção de 400.000 toneladas de ferro, aço e produtos metalúrgicos, no valor de cerca de 400.000:000\$000.

Mas, o problema da nossa siderurgia não pode ser pôsto em quadro tão restrito, limitado às exigências do momento. Precisa abranger o futuro, prever o nosso desenvolvimento, do qual êle mesmo será fator decisivo, além das possibilidades que se nos oferecem nos países vizinhos, cuja indústria de ferro e de aço apenas começa a organizar-se.

NORMA DO MESTRE

I

Sumarização a explicar: — A agricultura e a pecuária elementos básicos da economia dos países sul-americanos — Os três principais exploradores de produtos minerais — Pequena contribuição brasileira neste setor da atividade — Tendências para aumentar a nossa capacidade exportadora de minerais — Relevância da siderurgia, como problema de importância vital — Seu significado para o aparelhamento e defesa do país — A siderurgia e o aumento das nossas exportações e diversificação das fontes de saldo da nossa balança comercial — Questões econômicas correlatas — Como aferir o valor da produção — O preço ouro dos países agrários e a exportação das matérias primas —

Considerações sôbre o colonato agrícola — Intensificação da exploração das riquezas do reino mineral, como poderoso núcleo de resistência econômica, e que elevará o valor do ouro do nosso intercâmbio comercial.

II

Sumarização a explicar: — O aproveitamento do carvão nacional — Localização das suas jazidas — Cifra da importação em 1937 — O consumo em 1929 e 1937 da produção das nossas minas — As leis determinadoras do aumento — Processos para a melhoria do carvão — Perspectivas alviçareiras.

III

Sumarização a explicar: — A siderurgia, problema capital da nossa expansão econômica — A quantidade e a qualidade do ferro brasileiro — Exportação do minério em larga escala, e fundação simultânea da grande indústria siderúrgica — Crescimento sensível da nossa produção — Dados estatísticos — A importação de produtos siderúrgicos — Dados estatísticos — Exigências do consumo — Necessidade de produção cada vez maior de ferro, aço e fábricas metalúrgicas — A indústria siderúrgica não comporta uma solução de emergência, mas uma fórmula que abraja o futuro, com previsão do nosso desenvolvimento.

Questionário

I

Quais os elementos básicos da economia dos Estados sul-americanos? — Que nações exploram principalmente os produtos minerais? — Qual a contribuição brasileira

nesse ramo de atividade? — Em que nos baseamos para afirmar a nossa tendência para aumentar a exportação de minérios? — Por que a siderurgia é considerada problema vital da nossa economia? — A defesa nacional dela depende? — Como a siderurgia influirá no aumento da exportação do Brasil? — Que problemas econômicos se relacionam com a siderurgia? — Que é colnato agrícola? — De que maneira poderemos elevar o valor do ouro do nosso intercâmbio comercial?

II

Que Estados do Brasil exploram o carvão de pedra, e em que lugares? — Qual a natureza geológica dessas nossas regiões? — Qual a cifra da importação em 1937? — Por que aumentou a produção das nossas minas? — Que processos melhorarão a hulha brasileira? — Que representará na economia nacional a utilização do nosso produto? — No desenvolvimento de qual indústria o carvão é fator relevante?

III

Que papel desempenhará a siderurgia em nossa expansão comercial? — É considerável a quantidade do ferro brasileiro? — É boa a sua qualidade? — Há vantagens da exportação do minério em larga escala? — Devemos paralelamente fundar a grande indústria siderúrgica? — Quais as desvantagens da importação de produtos metalúrgicos? — Quanto produzimos? — Quanto adquirimos no estrangeiro? — Depende o nosso futuro da indústria siderúrgica? — Porque?

PRODUÇÃO SIDERÚRGICA

Trecho da entrevista concedida à
Imprensa, em São Lourenço, no dia 22
de abril de 1938.

A NOSSA produção siderúrgica atual é reduzida, cara e anti-econômica, devido aos processos adotados. Trabalha com pequenos altos fornos a carvão de madeira. Ainda mais, o seu crescimento depende de reservas florestais, que vão diminuindo com o tempo e cuja reconstituição é demorada e custosa, sobretudo se considerarmos que só pode ser utilizado o carvão de madeira de lei. Admitindo-se, mesmo, a possibilidade de um reflorestamento regular, a siderurgia explorada nessas bases se tornará cada vez mais onerosa e precária, pelo consumo crescente das reservas florestais. Mas, o caráter anti-econômico da siderurgia a carvão de madeira mais se acentua diante destas duas observações: a destruição das reservas florestais sem nenhuma garantia de que serão reconstituídas, quando o interesse nacional aconselha defendê-las e melhorá-las; a limitação

do consumo interno de produtos siderúrgicos, que fica condicionado a um regime de preços altos, pelas deficiências dos processos de produção. Tão defeituosa economia de produção está, presentemente, agravada, em detrimento dos interesses nacionais, pela organização dos produtores em "trusts". Assim, se as condições de produção são, por si mesmas ou por motivos de ordem técnica, anti-econômicas, o "trust" as agrava com as despesas exigidas pelas manobras de açambarcamento, entre elas, subvenções e compra de altos fornos destinados a não funcionar. Há fatos identificados, que comprovam essas manobras. Em Belo Horizonte, o alto forno de Magnavaca esteve subvencionado, para não funcionar, com 12:000\$ mensais, durante cêrca de 15 anos. Outro, também em Minas, foi adquirido para ser apagado. Vigora, assim, o preço dirigido, sempre em condições favoráveis aos interesses do grupo que explora a nossa pequena siderurgia. A solução do problema está, portanto, na grande siderurgia — grande para nós, porque não poderá ser, é claro, a grande siderurgia alemã ou norte-americana. Falta-nos carvão? Teremos de importá-lo, pelo menos, enquanto o nosso não se ache em condições de substituí-lo. Encontrar-se-á uma fórmula para compensar essa importação com a exportação de minério. Esta é que não se deve fazer pura e simplesmente. É a única arma que possuímos para interessar os grupos metalúrgicos estrangei-

ros na instalação da siderurgia nacional. Cumpre utilizá-la com segurança e proveito. Resumindo as nossas considerações, podemos concluir que a instalação siderúrgica pode ser feita: 1) pelo Estado, com o levantamento de capitais estrangeiros ou mediante financiamento à base de minério exportado; 2) com capitais mixtos, do Estado e de empresas particulares nacionais; 3) por empresas particulares nacionais, com capitais próprios e estrangeiros, e controle do Estado.

NORMA DO MESTRE

Sumarização a explicar: — Situação atual da nossa indústria siderúrgica — O mal dos pequenos fornos a carvão de madeira — Diminuição das reservas florestais — Caráter anti-econômico da indústria assim praticada — O preço alto dos seus produtos por força da deficiência no processo da fabricação — Os interesses nacionais prejudicados pela organização dos produtores em *trusts* — Subvenção de um forno para não funcionar — Resolução do problema pela grande siderurgia — Tolhimento da exportação pura e simples como única arma que possuímos capaz de interessar os grupos metalúrgicos estrangeiros na siderurgia nacional — Utilização dessa fórmula com segurança e proveito. — Modalidades propostas para a instalação siderúrgica: pelo Estado com capitais estrangeiros, ou com financiamento à base de minério exportado; com capitais mixtos, do Estado e de empresas particulares estrangeiras; por empresas particulares brasileiras, com capitais próprios e estranhos, e controle do Estado.

Questionário

Qual a situação atual da nossa indústria siderúrgica? — Que males acarreta a indústria siderúrgica a carvão de madeira? — Por que é considerada anti-econômica a pequena siderurgia assim praticada? — Por que é elevado o preço dos seus produtos? — A organização dos produtores em “trusts” é prejudicial aos interesses nacionais? — Quais as vantagens que desfrutaremos com o tolhimento da exportação pura e simples do minério? — Quais as modalidades resolutórias do problema da instalação siderúrgica?

S Ã O P A U L O

Excertos do discurso pronunciado
em São Paulo, no dia 23 de julho de
1938.

(PALAVRAS AOS PAULISTAS)

AS RAZÕES profundas do crescimento de São Paulo estão, sem dúvida, na vossa tradição viva e dinâmica de pioneiros e desbravadores. Passada a época das entradas heróicas pelo sertão áspero e bravio, de caça febril ao ouro e às gemas preciosas, de desbravamento e conquista, soubestes manter noutro plano e noutros setores o mesmo ímpeto construtivo e civilizador. Realizastes, assim, com esforço tenaz e iniciativa inteligente, a obra de engrandecimento da terra paulista. Por vezes, as circunstâncias vos foram adversas, mas o ânimo viril e a coragem de empreender sobrepujaram as desvantagens ocasionais e venceram os obstáculos.

Na hora das grandes provações, parece resurgir no seio do vosso povo o espírito das velhas

bandeiras e dos seus chefes indômitos, afeiçoado e diferenciado pelo quadro novo de civilização que ideo criando.

E o que mais admira no vosso triunfante impulso expansionista é o equilíbrio, é a distribuição justa dos encargos e responsabilidades. Há comunidades ilustres pela fôrça creadora da ação humana mas retardadas ou descuidosas do cultivo do espírito. Outras que, contemplativas e amorfas, desprezam as realizações práticas. Tal não ocorre convosco. A riqueza material não vos entibiu a capacidade de cultura desinteressada, nem o trato da terra, bôa e fecunda, vos afastou das industriosas concentrações urbanas.

Ontem, como hoje, os vossos grandes homens são beneméritos da Pátria inteira. Os antigos dilataram os meridianos, fizeram, geograficamente, maior o Brasil; os contemporâneos, com o seu agudo senso das realidades, ampliam a apropriação econômica da terra e conquistam para a produção e a vida civilizada novas faixas de território.

A GLÓRIA maior de São Paulo deve consistir, na atualidade, como aconteceu no passado, em expandir-se dentro do Brasil coêso e forte, livre dos exclusivismos regionalistas e dos clans partidários que o dividiam, explorando-o em benefício das clientelas eleitorais.

Pioneiro das conquistas da terra, o vosso Estado há-de ser, também, o bandeirante dos novos rumos de unificação e engrandecimento da Pátria.

NORMA DO MESTRE

Sumarização a explicar: — O Estado de São Paulo — Breve notícia histórica, social e econômica — Razões do desenvolvimento paulistano — Ânimo viril dos paulistas — O espírito bandeirante afeiçoado e diferenciado pelo quadro novo da civilização regional resurgindo na hora das grandes provações — A expansão material de São Paulo equilibrando-se com o cultivo do espírito — Grandes homens, beneméritos da Pátria comum — O “Caçador de Esmeraldas”, Raposo Tavares, os Gusmões, os Andradas, Feijó, Varnhagen, Campos Sales, Prudente de Moraes, Rodrigues Alves e Osvaldo Cruz — Paralelo entre os paulistas de antanho e os contemporâneos — São Paulo, o bandeirante dos novos rumos de unificação e engrandecimento do Brasil.

Questionário

Como se originou o atual Estado de São Paulo? — Quais os principais marcos da sua história? — Quais as primeiras culturas paulistas no passado e no presente? — De que importância se lhe reveste a indústria no complexo dos labôres nacionais? — Em que motivos se funda o desenvolvimento paulistano? — Que compreende por espírito bandeirante? — O progresso material de São Paulo prejudicou-lhe o da inteligência no domínio das letras, ciências e artes? — Quais os seus vultos de maior altitude na História do Brasil? — Que paralelo podemos estabelecer entre os paulistas de hontem e de hoje? — Que posição lhes está destinada no Brasil contemporâneo?

O FERRO, O PETRÓLEO E O CARVÃO

Trecho do discurso pronunciado em
Campinas, no dia 7 de janeiro de 1940.

... **N**ÃO PODEMOS permanecer apenas naquelas indústrias que poderíamos chamar de “sobremesas”: o café, o açúcar e as frutas.

São realmente apreciáveis e dignos de todos os louvores os esforços feitos neste sentido e o muito que tem contribuído para o progresso da nossa exportação.

Precisamos, porém, cuidar das indústrias básicas, daquelas que constituem, pode-se dizer, a estrutura econômica de um país.

A ocasião é madura, o momento é propício, e tudo nos aconselha a não perdermos a oportunidade de cuidar do desenvolvimento dessas três grandes fontes de riqueza do país: — o ferro, o petróleo e o carvão.

O petróleo já está descoberto e em plena produção.

Breve se fará a sua exploração comercial.

Sôbre o ferro e o carvão, organizados os planos por técnicos brasileiros devo dar-vos, neste momento, a bôa nova de que êsses planos foram aprovados por técnicos estrangeiros de alto renome e que a indústria organizada de vários países se propõe colaborar com o Brasil técnica e financeiramente para organização da grande indústria siderúrgica nacional.

Temos, portanto, a colaboração do capital estrangeiro para formação da maioria do capital de uma grande empresa que brevemente será lançada. Para esta organização o Estado também contribuirá. Restará, talvez, um terço dêsse capital a ser coberto por capitalistas brasileiros, porque não é crível, nem se justifica que quando os estrangeiros depositam sua confiança no Brasil, aquí empregando seus capitais, os brasileiros não colaborem nesse esforço.

Aproveito a oportunidade nesta terra pátria de Campinas que vem de demonstrar sua capacidade, substituindo a indústria do café pela indústria algodoeira, e perante as forças conservadoras de São Paulo para dizer que conto com a colaboração do capital paulista para fundar a grande siderurgia do Brasil.

Não podemos viver do comodismo do emprêgo do capital em apólices e outras espécies de títulos.

Isso é próprio dos países de economia cansada e sem as nossas possibilidades.

Com a grande siderurgia fundiremos o aço para os nossos canhões e as chapas para os nossos navios. Faremos o material agrícola para lavrar as nossas terras, confeccionaremos os trilhos e locomotivas para as nossas estradas de ferro e fabricaremos os motores para acionar os braços mecânicos da indústria.

O momento é propício. Estamos na manhã de um novo dia e é necessário que o aproveitemos porque só assim poderá o Brasil entrar no rol das grandes potências pela estruturação das suas forças orgânicas e sob a base permanente das suas indústrias fundamentais, mas tranquilizando a todos porque será um fator de prosperidade e de paz.

NORMA DO MESTRE

Sumarização a explicar: — A aurora das nossas indústrias básicas — Subordinação da estrutura econômica do Brasil à existência dos altos fornos siderúrgicos — O ferro, o carvão e o petróleo, três fontes de riqueza, cuja oportunidade de exploração é chegada — Planos de especialistas brasileiros sobre o carvão e o ferro aprovados por técnicos estrangeiros de alto renome — Propostas de colaboração da indústria de vários países — Participação do capital estrangeiro na empresa — A contribuição do Estado — Um terço do capital a ser coberto pelos capitalistas nacionais — Condenação do capital em apólices e outras espécies de títulos —

Efeitos da implantação da siderurgia no parque industrial da Pátria — O Brasil, grande potência.

Questionário

Que são indústrias básicas? — Quais as fontes de riqueza que propiciarão ao Brasil sua independência econômica? — Que vantagens nos trará a colaboração da indústria estrangeira organizada no plano nacional de exploração do ferro e do carvão? — Por que o Estado e os capitalistas brasileiros devem cobrir uma parte considerável do capital da empresa? — É prejudicial o emprêgo de capital em apólices da dívida pública? — Porque? — Quais os efeitos que experimentaremos com a implantação da siderurgia?

C A M P O S

Excertos do discurso pronunciado
em Campos, no dia 23 de junho de
1936.

TODA A CIVILIZAÇÃO da baixada fluminense girou, no século passado, em tórno do açúcar. Campos foi sempre o empório da sua produção, no Sul do país. Dos quinhentos engenhos e engenhocas daquela época, passou, com primazia, a utilizar os processos técnicos mais avançados, que transformaram em grande indústria, com todas as características da mecanização e financiamento, a rudimentar economia patriarcal, baseada no trabalho escravo.

Da opulência da vida de Campos, no século XIX, dão notícias encomiásticas numerosos viajantes estrangeiros que percorreram o Brasil, nesse período de notória expansão da sua riqueza agrícola. Da feracidade dos canaviais, da abundância das colheitas, da vida brilhante e faustosa dos senhores de engenho, adveiu-lhe influência preponderante na própria política da côrte, com

projeção remarcável no cenário nacional. Período de tão acentuado progresso não resistiu, infelizmente, às profundas perturbações resultantes da mudança do regime de trabalho. Campos, como tantos outros centros de intensa vida econômica, sofreu os efeitos depressivos da brusca substituição do braço escravo pelo assalariado, com repercussão na própria vida administrativa, constantemente perturbada pelas lutas de um partidarismo extremado e dispersivo.

A lavoura do açúcar, que dera pujança ao grande trato de terras do Paraíba, decaíra, anemizada pelo aviltamento dos preços. Para reanimá-la, tomaram-se medidas de emergência de resultados sempre falhos. As oscilações do mercado faziam-se como jôgo de especulação, com sacrifício exclusivo dos interesses do produtor. A carência de crédito e de capitais disponíveis jungia à torina os processos de produção industrial, que, por falta de recursos financeiros, permaneciam impossibilitados de acompanhar os progressos técnicos.

CAMPOS precisa voltar ao seu esplendor de outrora, ao apogeu dos últimos tempos do Império. Para readquirí-lo, não deve cuidar apenas do aperfeiçoamento dos processos da lavoura açucareira. Precisa desenvolver, também, a poli-

cultura, de tal modo que o futuro da região não repouse num produto único, melhorando, ao mesmo tempo, os métodos de exploração do solo, não somente quanto à técnica, mas, ainda, quanto à forma. O cooperativismo de produção, a parceria agrícola, a constituição da propriedade média, muito mais apta a realizar o equilíbrio social do que a grande propriedade, a industrialização crescente, são outras tantas etapas do progresso a que estão fadadas as ricas margens do baixo Paraíba, capazes de produzir tudo em excelentes condições e dispondo do mais barato gênero de transporte, que é o fluvial-marítimo.

NORMA DO MESTRE

Sumarização a explicar: — O açúcar na baixada fluminense — Uma velha cultura que chegou ao seu apogeu no século XIX — Campos, grande empório do produto — Espírito progressista dos fabricantes de açúcar — A opulência pretérita dos senhores de engenho, e sua influência na política imperial — Efeitos desastrosos da substituição brusca do braço escravo pelo trabalhador livre — Necessidade da policultura no baixo Paraíba — Fórmulas resolutórias do problema econômico nessa região do país.

Questionário

Quando foi introduzida a cultura do açúcar no Brasil? — E em Campos? — Em que época ela atingiu o seu maior esplendor? — Quais as causas da decadência da indústria açúcareira? — Já o Brasil pre-

dominou no mercado mundial do açúcar? — Que benefícios surtirão da policultura? — No caso de Campos, qual a via de transporte mais conveniente pela sua barateza?

A V I A Ç Ã O

Trechos da Mensagem lida no Rio de Janeiro, no dia 15 de novembro de 1933 e do discurso pronunciado na mesma Capital, no dia 1 de janeiro de 1937, na ordem em que vão transcritos.

CONHECIDOS os valiosos serviços que, num país vasto como o nosso, presta a aviação, devemos considerar notável progresso de ordem militar a organização definitiva da quinta arma. Embora se encontre em início a constituição de três unidades aéreas, já são bastante satisfatórios os resultados obtidos, no treinamento dos pilotos, com a utilização de alguns aparelhos modernos ultimamente adquiridos. Para isso, também muito concorreu a criação do correio militar aéreo, que, familiarizando os aviadores com as condições geográficas e meteorológicas do país, facilita o estudo das rotas mais indicadas e do regime dos vôos de longa duração. O desenvolvimento do correio aéreo já deu lugar à formação de inúmeros campos de "atterrisage", que aumentarão, necessà-

riamente, à medida que os governos locais melhor compreendam a utilidade da iniciativa (*).

... **O** PROBLEMA da navegação aérea, de capital importância para um país extenso como o nosso, encaminhado com vivo interesse, já apresenta soluções parciais bastante satisfatórias. As aerovias em tráfego entrelaçam em diversos sentidos o território nacional; exploram-nas, não só as companhias estrangeiras transcontinentais, como diversas empresas brasileiras, todas orientadas e auxiliadas pelo poder público, contando-se, ainda, com os serviços regulares do Correio Militar, sob o controle direto do Exército e da Marinha. Para favorecer o desenvolvimento da aeronáutica, disseminaram-se, nas zonas interessadas, numerosos campos de pouso, trabalha-se na instalação da fábrica de aviões de Lagôa Santa, havendo sido inaugurado o aeródromo "Bartolomeu de Gusmão", para dirigíveis, e achando-se em construção, nesta Capital, o grande aeropôrto "Santos Dumont".

(*) Essas palavras foram pronunciadas no dia 15 de novembro de 1933. Achava-se, então, creado o Departamento de Aeronáutica Civil e apenas iniciada a construção do aeropôrto na ponta do Calabouço.

NORMA DO MESTRE

Sumarização a explicar: — Importância da aviação no mundo hodierno — O Brasil, berço da aeronáutica — Bartolomeu Lourenço de Gusmão — Júlio Cesar — Augusto Severo — Santos Dumont — Do mais leve ao mais pesado que o ar — A quinta arma de guerra — Correio militar aéreo — Campos de “atterrisage” — O aeroporto da capital da República — Entrelaçamento do nosso território pelas aerovias, por empresas nacionais e estrangeiras — A fábrica de aviões de Lagôa Santa — O aeródromo Bartolomeu de Gusmão.

Questionário

Qual a importância da aviação no mundo hodierno? — Por que o Brasil é considerado berço da aeronáutica? — Quem foram Bartolomeu de Gusmão, Júlio Cesar, Augusto Severo e Santos Dumont? — Por que a aviação é apelidada quinta arma de guerra? — Que serviços presta, e quais as vantagens do correio militar aéreo? — Onde está situado o aeropôrto Santos Dumont? — Já é saliente a navegação aérea em nosso território? — Que fábrica oficial de aviões possuímos? — Onde fica o aeródromo Bartolomeu de Gusmão?

PERANTE AS CINZAS DOS INCONFIDENTES

Trechos do discurso pronunciado
em Ouro Preto, no dia 15 de julho de
1938.

PARA DIGNIFICAR os esforços dos pioneiros da nacionalidade, cumpre persistirmos nas diretrizes que êles nos apontaram: evitar os grandes choques, impedir a fragmentação do país, colocar, invariavelmente, a grande Pátria acima das preocupações regionalistas, acompanhando-lhe o poderio crescente, sem comprometer os dias futuros com aventuras ideológicas ou exageros doutrinários.

... **H**ONRANDO e reverenciando a memória dos que sofreram pela nacionalidade nos seus primórdios, demonstramos quanto é enraizado o nosso sentimento de solidariedade no tempo, e, implicitamente, revigoramos os nos-

sos velhos pendores de sadio nacionalismo, bem diferente dos nativismos agressivos e imperialismos de moda.

A MINAS GERAIS, tão fiel às suas tradições, à sua veneranda Capital histórica, a antiga Vila-Rica de Albuquerque, hoje, Ouro Preto e cidade-monumento, entrego as cinzas dos Inconfidentes, trazidas do exílio para repousarem definitivamente na gleba em que êles sentiram palpitarem os corações generosos pelo ideal de nossa Independência.

Podemos olhar com desvanecido orgulho o longo tempo transcorrido. A tentativa utópica era, em verdade, uma antecipação creadora e realizou-se plenamente.

O Brasil livre e forte recolhe os despojos dos seus mártires, oferece-lhe abrigo condigno e paga uma dívida de gratidão, dando ao sonho dos precursores sacrificados a realidade das nossas conquistas atuais e a promessa de mais belos e gloriosos dias.

NORMA DO MESTRE

Sumarização a explicar: — Diretrizes dos pioneiros da liberdade — A grande Pátria acima das preocupações regionalistas — Um futuro livre de aventuras ideológicas ou exageros doutrinários — Nacionalismo

sadio *versus* nativismo agressivo — Nossa solidariedade no tempo — Ouro Preto, monumento histórico e túmulo dos Inconfidentes — A gratidão nacional para com os precursores da Independência.

Questionário

Que diretrizes seguiam os pioneiros da liberdade? — Colocavam êles a grande Pátria por sôbre as cogitações regionalistas? — Por que devemos repelir as aventuras ideológicas e os exagêros doutrinários? — Como define um nacionalismo sadio? — E nativismo agressivo? — Por que a cidade de Ouro Preto foi erigida em monumento histórico? — Qual o motivo da sua escolha para túmulo dos Inconfidentes?

PARAÍBA

Excerto do discurso pronunciado
em João Pessoa, no dia 8 de setembro
de 1933.

A PARAÍBA, terra de homens notáveis, que ilustraram o renome da Pátria, na glória das armas, das letras e da administração pública; berço de Vidal de Negreiros — herói de uma epopéia, de João Pessoa — o grande presidente sacrificado; — a Paraíba surgiu, aos meus olhos de filho do Sul, em relevos de contornos nítidos. Ao longe, divisava a terra calcinada pelo sol, incendiada à luz esbrasante dos trópicos; a gente, brava e intemerata na sua fé, a-pesar-de ferida pelo ódio e sitiada pela insídia.

NORMA DO MESTRE

Sumarização a explicar: — O Estado da Paraíba do Norte — Breve noção da sua história, geografia e economia — Paraibanos ilustres desde os tempos coloniais — Vidal de Negreiros — João Pessoa — Bravura cívica do seu povo.

Questionário

Onde fica a Paraíba? — Qual a natureza do seu solo? — E as suas principais produções? — Pode nomear alguns paraibanos ilustres nas armas, nas ciências, na política e nas letras? — Que ações meritórias praticou André Vidal de Negreiros? — Por que João Pessoa tornou-se figura relevante da moderna história do Brasil?

C E A R Á

Trecho do discurso pronunciado em
Fortaleza, no dia 18 de setembro de
1933.

O CEARÁ, rico de homens notáveis pelo pensamento e pela ação; berço do maior romanista nacional, que perpetuou na sua arte, primordial pela brasilidade, a beleza dos horizontes em que Iracema viveu e morreu de amor, e o verde dos “mares bravios” onde o jangadeiro audaz, entre o céu e as águas, afronta o desconhecido; o Ceará, terra fraternal, que, pelo impulso cívico de seus filhos, foi a primeira a livrar-se da mácula da escravidão; o Ceará, cujas valorosas populações, quando agredidas pelas calamidades naturais, nas épocas dolorosas em que a gleba nativa lhes nega o indispensável à vida, obrigadas a abandoná-las, encontram ainda energias para incorporar à economia nacional regiões desertas mas opulentas; o Ceará, lendário nas suas glórias, resistente nas suas horas de infor-

túnio, tenaz e aventureiro nas suas aspirações de prosperidade, há-de cooperar ainda mais, decisivamente, para o engrandecimento futuro da Nação Brasileira.

NORMA DO MESTRE

Sumarização a explicar: — O Ceará — Breve noção de sua história, geografia e economia — Cearenses ilustres — José de Alencar, romancista — Tibúrcio, bravura militar — Farias Brito, o pensamento filosófico — Capistrano de Abreu, intérprete da nossa história — O jangadeiro, seu destemor — A terra da luz — Calamidades naturais retemperando a fibra de uma gente — Tenacidade e glória do cearense.

Questionário

Onde fica o Estado do Ceará? — Qual a natureza do seu solo? — E as suas principais produções? — Qual o lugar de José de Alencar na literatura brasileira? — Quem foi o general Tibúrcio? — Que significação tem Farias Brito na cultura brasileira? E Capistrano de Abreu em nossa história? — Que é o jangadeiro? — Conhece algum feito que com êle se relacione? — Por que razão o Ceará é chamado terra da luz? — Que calamidades naturais o assolam periodicamente? — Que pensa da resistência física e moral dos cearenses?

A NOSSA LÍNGUA

Excerto do discurso pronunciado no
Rio de Janeiro, no dia 16 de junho
de 1934.

O POVO BRASILEIRO sofre, neste momento, o caldeamento das várias correntes imigratórias, que aqui se produz e que, naturalmente, o afasta de sua origem. É que, no Brasil, o índice da civilização transcende o tipo de Estado europeu. Pela vastidão do solo, pela variedade das condições mesológicas e do clima, temos quasi uma projeção continental. Por isso mesmo, dispondo de fatores próprios, não podemos procurar paralelo no tipo clássico do Estado europeu. As peculiaridades da nossa vida exigem métodos e processos originais. Se temos, porém, essas diferenciações, devemos confessar que um laço profundo e duradouro nos liga a Portugal: a língua, a admirável língua lusitana. Esse maravilhoso instrumento de expressão pode adquirir, entre nós, tonalidades novas; pode, pela nossa capacidade creadora, ter aumentado o seu vocabulário; pode, mesmo, alterar-se quanto

ao léxico, através do tempo, assim como quanto à prosódia ou à sintaxe — mas conservará sempre a força íntima que o gerou.

É comum a portugueses e a brasileiros a língua em que Camões exaltou os heróis, os santos e os grandes construtores da sua nacionalidade, para os quais êle creou, além da morte, uma vida eterna, vida que não morre, pois êle mesmo declarou que, por obras valorosas se vai da lei da morte libertando.

NORMA DO MESTRE

Sumarização a explicar: — As correntes imigratórias afastando o povo brasileiro de suas origens étnicas — Explicação do fato pela nossa extensão territorial e condições mesológicas — Nossas peculiaridades de vida exigindo métodos e processos originais — Ligação profunda e duradoura a Portugal pelo laço idiomático — Tonalidades novas opulentando no Brasil a admirável língua lusitana — Tendências para uma alteração futura no léxico, na prosódia e na sintaxe — Conservação perpétua da força íntima que a gerou — Camões.

Questionário

Que causas estão afastando o povo brasileiro das suas origens étnicas? — Que são condições mesológicas? — É possível estabelecer-se um paralelo entre o índice da nossa civilização e o tipo de Estado europeu? — Qual a importância do idioma lusitano na formação do caráter brasileiro? — Tende a língua lusitana a autonomizar-se no Brasil? — Porque? — Quem foi Luiz de Camões? — Conhece o soneto de Olavo Bilac, “Língua Portuguesa”?

A ENERGIA DO BRASILEIRO

Excerto do discurso pronunciado no
Rio de Janeiro, no dia 7 de setembro
de 1934.

EM POUCO mais de um século, a despeito de condições mesológicas duríssimas, conseguimos, mercê do esforço persistente das gerações passadas, construir, no trópico, o Estado mais importante, pela riqueza e variedade das suas contribuições morais, espirituais e materiais, situado neste paralelo geográfico. Há menos de cem anos, o Rio de Janeiro inscrevia-se entre as cidades exóticas, de clima inhóspito e malsinado. Os vestígios dessa era, ainda relativamente próxima, foram removidos definitivamente. As ruas tortuosas do período colonial, que eram o tormento dos cronistas e viajantes, os pardieiros pesados e desconformes, os mangues pestilenciais, onde reinava o paludismo endêmico, a febre amarela, que nos equiparava à costa d'África e aos ilhotes das Antilhas, a mancha da escravidão, desapareceram para sempre. Transformou-se a nossa Capital, com as

suas grandes artérias urbanas, com as suas diferentes técnicas da indústria moderna, as avenidas litorâneas, as luzes que a inundam, invadindo morros, praias e florestas, num índice de cultura, polimento e refinada civilização.

Ainda no começo dêste século, não possuíamos, sequer, um pôrto digno de tal nome; as nossas estradas de ferro venciam penosamente os declives das serras; a nossas rêde rodoviária cifrava-se, não raro, nas picadas, nos atalhos e nos caminhos vicinais da época do cavalo e do carro de boi. A energia do brasileiro, a sua capacidade creadora, a sua coragem paciente, dominaram os mais terríveis óbices. E o Brasil colocou-se, em alguns lustros, na fileira das grandes nações. Aí estão as suas numerosas cidades cuja população varia entre mais de um milhão e centenas de milhares de almas; os seus portos esplêndidos; as suas plantações, que rivalizam com as mais densas dos Estados Unidos, do Canadá e da Rússia; as suas fábricas, onde se produzem todos os artefatos e que constituem um parque industrial sem similar na América Latina; os seus laboratórios científicos, como Manguinhos, Butantan e o Instituto Vital Brasil, de onde têm saído pesquisadores e sábios admirados em todos os centros de cultura; as suas Academias, as suas Escolas; aí estão, em suma, as provas concludentes, meridianas, irrecusáveis, de que nem as vicissitudes políticas nem as crises econômicas impediram o surto

firme, constante, irrefreável, do progresso vertiginoso do Brasil.

NORMA DO MESTRE

Sumarização a explanar: — O Estado Brasileiro, criação admirável da energia patrícia na região tropical — No mesmo paralelo geográfico somos o mais importante dos países pela riqueza e variedade das contribuições morais, espirituais e materiais — Uma cidade exótica e malsinada há menos de século é hoje das de maior salubridade e imponência de quantas existem no mundo — O Rio de Janeiro e suas transformações — Portos e estradas de ferro — Nossa posição no concerto das grandes nações — Centros urbanos importantes — Plantações e indústria fabril — Laboratórios científicos, Academias e Escolas — Nosso vertiginoso progresso positivando a capacidade de realização de um povo.

Questionário

Em que zona terráquea está situado o Brasil? — A que força devemos atribuir a criação da mais povoada das nações latinas de todo o orbe neste paralelo geográfico? — Que outros povos existem no mesmo paralelo? — Que espécie de conglomerado urbano era o Rio de Janeiro há menos de um século? — Como se transformou a capital do país? — Qual a nossa posição entre os demais Estados do mundo? — Nossas plantações rivalizam com quais e de que povos? — É importante o nosso parque industrial? — Quais são os mais importantes laboratórios científicos do Brasil? — Que relevância têm as nossas Academias e Escolas? — Que é capacidade de realização de um povo?

CENTENÁRIO FARROUPILHA

Trecho do discurso pronunciado em
Pôrto Alegre, no dia 24 de setembro
de 1935.

TODAS as vozes que se fizeram ouvir nas celebrações a que temos assistido timbram em acentuar, confirmadas pelos aplausos gerais, o caráter de brasilidade, não só do grande acontecimento que se comemora, como também dos sentimentos externados nas manifestações oficiais e populares promovidas em homenagem aos heróis da epopéia de 1835.

Êsses sentimentos e afirmações da unidade pátria, tão vivos no povo riograndense, são os mesmos que dominam os povos argentino, uruguaio e paraguaio, como o Brasil, nações soberanas e perfeitamente concientes dos seus altos destinos.

Precisamos elevar os olhos além dos horizontes de cada país, para abranger o continente americano, numa confraternização afetiva e duradoura.

No momento em que as velhas nações, de civilização exausta, procuram limitar-se aos seus domínios coloniais para abastecimento de matérias-primas dos produtos lançados ao consumo mundial pelos países americanos, nada mais natural que estes se unam e congreguem, na legítima defesa dos seus interesses. Defrontando as barreiras levantadas sôbre o nacionalismo econômico, na preocupação de fechar ainda mais o círculo da economia mundial, as nações do nosso Continente precisam abater os obstáculos que as separam, sejam fiscais ou sejam de simples distanciamento político, guardando, embora, intacta a sua soberania. Constituirão, assim, um resistente bloco econômico, político e financeiro, capaz de reagir contra a depressão geral e de salvaguardar os interesses comuns dentro das atividades pacíficas e construtivas e sem espírito de hostilidade.

O exemplo desta comemoração é sugestivo e anima-nos a não considerar uma utopia a possibilidade de nos unirmos, formando uma só família e transformando, dessa forma, o Continente americano em Continente da Paz.

NORMA DO MESTRE

Sumarização a explicar: — A feição brasileira da Revolução Farroupilha — O riograndense, afirmação da unidade pátria — Confronto entre as velhas nações de civilização exausta e as do Novo Mundo — Conveniência do pan-americanismo no plano ideal — Sua

expressão econômica, política e financeira, guardando, embora, cada Estado, intacta a respectiva soberania — Reação contra a depressão geral e a salvaguarda dos interesses comuns dentro das atividades pacíficas e construtivas — Continente Americano, continente da Paz.

Questionário

Por que a Revolução Farroupilha teve caráter brasileiro? — Como serviram e servem os gaúchos à unidade pátria? — Que entende por nações de civilização exausta? — Qual o molde da civilização americana? — Que razões devem levar os povos do Novo Mundo a se unirem? — A paz é um anseio do Novo Mundo?

A PAZ AMERICANA E A GUERRA EUROPÉIA

Trecho do discurso pronunciado no
Rio de Janeiro, no dia 7 de setembro
de 1939.

ENQUANTO nesta parte do mundo vivemos em ambiente de serenidade e amistoso contacto, além Atlântico a guerra convulsiona a vida de povos admiráveis pelas obras que realizaram em todos os campos do progresso, povos que foram os nossos mestres e os nossos guias. Infelizmente, não lhes foi possível resolver os seus dissentimentos sem recorrer à violência que nada constroe, porque depois do morticínio a confusão será maior e o clima favorável a novas violências.

Olhemos a imensa desgraça, lamentando-a, pesemos-lhe as nefastas consequências e aproveitemos as suas lições para fortalecer os nossos propósitos de paz, realizando a unidade espiritual do continente pela comunhão de doutrinas e de interesses.

De nossa parte, ao presentirmos o temporal, procurámos alertar a consciência coletiva do Novo-Mundo, marchando resolutamente no sentido de uma completa aproximação dos países americanos, e esperamos possam êles, em breve, reunir-se em tórno de um programa comum, numa conjugação de esforços e atitudes para se fazerem mais fortes e respeitados.

Somos povos em estágio semelhante de evolução e, por isso, cumpre-nos educar, trabalhar, criar riquezas, civilização própria e cultura autónoma. Nada nos falta para levar a bom térmo êsses objectivos: — temos terras férteis, produzindo tudo; homens inteligentes e fortes, capazes de as desbravar e guardar. A união dentro dos ideais de soberania, e a fidelidade aos nossos valores morais e tradicionais, serão garantia suficiente contra todos os assaltos da desordem.

Sôbre tais bases, chegaremos a construir a felicidade dos nossos povos, servindo-os realmente, em vez de utilizá-los para satisfazer ambições, excitar rivalidades, animar disputas ou provocar dissídios.

No Brasil, esforçamo-nos por solidificar o edificio das novas instituições, sem nos escravizarmos à rigidez de esquemas doutrinários, que violentam e deformam a natureza humana.

NORMA DO MESTRE

Sumarização a explicar: — O ambiente de serenidade e amistoso contacto das nações americanas — Uma civilização admirável, a europeia, empolgada pela violência — A imensa desgraça e suas consequências — Marcha do Novo Mundo para uma completa aproximação dos povos do continente — Programa comum de fôrma a se fazerem todos fortes e respeitados — O que cumpre fazer afim de obterem cultura autônoma — União dentro de ideais de soberania e de fidelidade aos valores morais e tradicionais — Reação aos assaltos da desordem — O Brasil livre, solidificando um regime e isento de doutrinas violentadoras da natureza humana.

Questionário

Qual o estado de relações existente entre as nações americanas? — Qual a tendência dos Estados do Novo Mundo? — Que lhes cumpre fazer para se tornarem fortes e respeitados? — Que elementos possuem para realizar uma cultura autônoma? — Como reagir contra os assaltos da desordem? — Em que se preocupa principalmente o Brasil?

A DISCIPLINA

Excerto do discurso pronunciado no
Rio de Janeiro, no dia 12 de março
de 1938.

A GRANDE virtude nacional, neste momento histórico, deve ser uma virtude militar — a disciplina; as circunstâncias impõem à nossa conduta o atributo dos povos fortes — a tenacidade. A Nação, disciplinada e tenaz, há de realizar os seus objetivos de progresso, sob a proteção do pavilhão auriverde, símbolo da unidade e da grandeza do Brasil.

NORMA DO MESTRE

Sumarização a explicar: — A disciplina, subordinação conciente a um princípio — Da necessidade e das vantagens da disciplina — Disciplina, virtude militar, extensiva à sociedade em geral — O Brasil precisa robustecer a disciplina do seu povo.

Questionário

Que é disciplina? — Quais as vantagens da disciplina? — Deve ser a disciplina exclusivamente uma virtude militar? — Por que o povo brasileiro precisa de disciplinar-se?

AO LEITOR

... e terminado ficou o livro, que compendia a alma do Brasil ressurrecto.

Sua razão de ser, e o método sugerido ao mestre, êsse escultor de cérebros e modelador de caracteres, acham-se nas páginas que precedem o texto.

Ao leitor em geral, no entanto, imprecamos atente nos problemas equacionados, ou naqueles resolvidos pelo Snr. Getúlio Vargas, integrando-se no pensamento do Chefe da Nação, pensamento acionador de patriotismo, construtivo, emoldurado por profunda ciência das questões brasileiras, dos nossos fenômenos sociais, políticos, econômicos e financeiros. Não é a fórmula emprestada, o estilo apenas que seduz nas palavras escritas e pronunciadas por Getúlio Vargas: é a lógica inflexível, o nexó perfeito, a paixão pela nossa gleba, que estremece, e a que consagrou a melhor porção da sua vida. Mais. Queremos acreditar que as mesmas reacções em nós suscitadas pelo verbo creador de Getúlio Vargas produza efeitos iguais no ânimo dos que manusearem esta obra, levando-os conosco a explanar-lhe os excertos viris, às vezes

recamados de uma sensibilidade de poeta, na acepção elevada do conceito. Atinentemente aos questionários, ver-se-á neles o dinamismo emanante dos pensares do preclaro cidadão, pensares que nos alertam o espírito contra qualquer móvel faccioso para, de coração alçado, e genuflexos na ara ideal do templo votivo da Pátria Imortal, oferecermos o tributo de eterna fidelidade à terra do nosso berço, ao Brasil bem amado,

“Terra cheia de pássaros
Terra cheia de graça
Terra cheia de luz”.

J. P. S.

A VOZ DA PÁTRIA

Hino nacional brasileiro
Letra de Osório Duque Estrada

I

Ouviram do Ipiranga as margens plácidas
De um povo heróico o brado retumbante,
E o sol da Liberdade, em raios fúlgidos,
Brilhou no céu da pátria neste instante.

Se o penhor dessa igualdade
Conseguimos conquistar com braço forte,
Em teu seio, ó Liberdade,
Desafia o nosso peito a própria morte!

Ó Pátria amada,
Idolatrada,
Salve! Salve!

Brasil, um sonho intenso, um raio vivido
De amor e de esperança à terra desce
Se em teu formoso céu, risonho e límpido,
A imagem do Cruzeiro resplandece.

Gigante pela própria natureza,
És belo, és forte, impávido colosso,
E o teu futuro espelha esta grandeza.

Terra adorada,
Entre outras mil,
És tu, Brasil,
Ó Pátria amada!

Dos filhos dêste sólo és mãe gentil,
Pátria amada,
Brasil!

II

Deitado eternamente em berço esplêndido,
Ao som do mar e à luz do céu profundo,
Fulguras, ó Brasil, florão da América,
Iluminado ao sol do Novo Mundo!

Do que a terra mais garrida
Teus risinhos, lindos campos têm mais flores
“Nossos bosques, têm mais vida”
“Nossa vida” no teu seio “mais amores”

Ó Pátria amada,
Idolatrada,
Salve! Salve!

Brasil, de amor eterno seja símbolo
O lábaro que ostentas estrelado,
E diga o verde louro desta flâmula
— Paz no futuro e glória no passado.

Mas, se ergues da justiça a clava forte,
Verás que um filho teu não foge à luta,
Nem teme, quem te adora, a própria morte.

Terra adorada,
Entre outras mil,
És tu, Brasil,
Ó Pátria amada!

Dos filhos dêste solo és mãe gentil,
Pátria amada,
Brasil!

ÍNDICE

	<i>Págs.</i>
Introdução	7
Ao professor	11
Pátria	Rio — 7-9-38 e 7-9-34 15
O milagre da instrução	Baía — 28-8-33 19
A cidadania e o serviço mi- litar	Plataforma — 2-1-30 23
Ferro, opulência do Brasil ..	Belo Horizonte — 23-2-31 27
As forças armadas	Plataforma — 2-1-30 31
A escola do mar	Rio — 11-6-34 33
A lição do passado	Mensagem — 15-11-33 ... 37
Marcha para o Oeste	Rio — 31-12-37 55
A unidade brasileira	Rio — 7-9-34 57
América	Uruguaiana — 9-1-38 61
O segredo da nossa prosperi- dade	Baía — 28-8-33 63
A palavra do professor	Rio — 2-12-37 67
O lugar da Igreja Católica	Rio — no banquete ao Epis- copado Brasileiro, 1939 69
A pequena propriedade	Baía — 28-8-33 73
Alvorada de uma época	Rio — 11-6-33 75
Três problemas fundamentais	Manifesto — Junho 1934 77
O soldado brasileiro	Petrópolis — 29-4-37 81
Nossa história	Rio — 7-9-36 85
A ordem e o trabalho	Rio — 1-5-38 89
A Amazônia	Belém — 27-9-33 93
Solidariedade cristã	Rio — 25-12-39 99
D Pedro II	Petrópolis — 5-12-39 105
O direito novo	Rio — 4-5-31 111
A seca	João Pessoa — 8-9-33 ... 117
Instrução primária e profis- sional	Baía — 28-8-33 121
O café	Plataforma — 2-1-30, Ribe- irão Preto, 22-7-38 125
O escravo na vida econômica do Brasil	Baía — 28-8-35 133
7 de Setembro	Rio — 7-9-35 137

	<i>Págs.</i>
O comunismo	Rio — 7-9-36 143
Ouro Preto	Ouro Preto — 1-7-38 149
Riachuelo	Rio — 11-6-32 e 11-6-38 .. 151
A nossa bandeira	Petrópolis — 29-4-37 157
A Justiça e o Direito	Rio — 4-5-31 159
Pernambuco	Recife — 5-9-33 163
O papel do cinema	Rio — 25-6-34 167
A imprensa e a cultura popular	Rio — 20-9-31 e 12-7-34 .. 171
O carvão e o trigo na economia nacional	Plataforma — 2-1-30 175
A ação da Igreja	Rio — 20-10-34 179
O caráter do riograndense ..	Pôrto Alegre — 23-11-34 .. 181
O problema da culturação brasileira	Rio — 2-12-37 187
Baía	Baía — 28-8-33 193
Proteção ao trabalhador	Rio — 29-10-32 197
Fronteiras econômicas e fronteiras políticas	S. Lourenço — 22-4-33 .. 201
O imperialismo do Brasil ...	S. Lourenço — 22-4-38 .. 205
Minas Gerais	Belo Horizonte — 17-7-38 209
Organização econômica	Rio — 4-5-31 211
Exploração das riquezas minerais	S. Lourenço — 22-4-38 .. 215
Produção siderúrgica	S. Lourenço — 22-4-38 .. 223
São Paulo	São Paulo — 23-7-38 227
O ferro, o petróleo e o carvão	Campinas — 7-1-40 231
Campos	Campos — 23-6-36 235
Aviação	Rio — 15-11-33 e 1-1-37 .. 239
Perante as cinzas dos Inconfidentes	Ouro Preto — 15-7-38 ... 243
Paraíba	João Pessoa — 8-9-33 ... 247
Ceará	Fortaleza — 18-9-33 249
A nossa língua	Rio — 16-6-34 251
A energia do brasileiro	Rio — 7-9-34 253
Centenário farrroupilha	Pôrto Alegre — 24-9-35 .. 257
A paz americana e a guerra européia	Rio — 7-9-39 261
A disciplina	Rio — 12-3-38 265
Ao leitor	267
A voz da Pátria	Hino nacional brasileiro — Letra de Osório Duque Estrada 269

Duke University Libraries



D00626131J

“Todo o nosso esforço tem de ser dirigido no sentido de educar a mocidade e prepará-la para o futuro.”

“... somos todos brasileiros, irmanados e unidos pelos mesmos deveres para com a Pátria, a que nos cumpre servir, devotadamente, acima das mesquinhas competições do partidarismo estéril e contra quaisquer pretensões de ascendência regionalista.”

GETÚLIO VARGAS.